

MAGALI LUZIO FERREIRA

**RUA 14 DE JULHO DE CAMPO GRANDE - MS: UMA
INTERSECÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA
REDE MUNICIPAL DE ENSINO E O PATRIMÔNIO
HISTÓRICO-CULTURAL, NA PERSPECTIVA DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO / DOUTORADO
CAMPO GRANDE - MS
2021**

MAGALI LUZIO FERREIRA

**RUA 14 DE JULHO DE CAMPO GRANDE - MS: UMA
INTERSECÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA
REDE MUNICIPAL DE ENSINO E O PATRIMÔNIO
HISTÓRICO-CULTURAL, NA PERSPECTIVA DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Augusta de Castilho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO/DOCTORADO
CAMPO GRANDE - MS
2021**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Rua 14 de Julho de Campo Grande - MS: uma intersecção entre educação patrimonial da Rede Municipal de Ensino e o patrimônio-histórico cultural, na perspectiva do desenvolvimento local.

Área de concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial

Defesa de tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Doutorado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Local.

Data da defesa em: 01 de março de 2021

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Maria Augusta de Castilho - Orientadora
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Profª. Drª. Arlinda Cantero Dorsa - Membro
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Prof. Dr. Heitor Romero Marques - Membro
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Prof. Dr. Waldir Leonel - Membro
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

Profª. Drª. Terezinha Bazé de Lima - Membro
UNIGRAN - Dourados - MS

Dedico à minha família, amigos e à professora doutora Maria Augusta de Castilho, por toda a colaboração e paciência durante o desenvolvimento desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos Fábio (in memoriam), Carla, Marcela e Camila (afilhada).

A todos os meus netos Mateus, Lucas, Maria Júlia, Benício e, em especial, à minha neta Maria Clara, pela contagem regressiva até este momento.

Os meus sinceros agradecimentos e profunda admiração ao amigo Waldir Leonel, pelo incentivo, atenção e carinho que me foram dispensados durante todo o processo de doutorado.

À professora Aline Ferreira da Silva Santos, por colaborar com a pesquisa.

Aos professores da Secretaria Municipal de Educação/SEMED de Campo Grande - MS, da Divisão de Educação e Diversidade/DED, Maria das Dores Acosta, Sintia Câmara, Marcos Monteiro, Wendel Cedrão, Carlos Bernardes, Pricielen Ferreira, Marinês Soratto, Silvia Paixão, Itamar Jorge e Badira Abrão, pelo companheirismo.

“Só se ama aquilo que se conhece.”

Santo Agostinho

FERREIRA, Magali Luzio. Rua 14 de Julho de Campo Grande - MS: uma intersecção entre educação patrimonial da Rede Municipal de Ensino e o patrimônio histórico-cultural, na perspectiva do desenvolvimento local. 2021. 121 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2020.

RESUMO

A presente pesquisa investiga os pressupostos do patrimônio histórico-cultural, com enfoque na educação patrimonial, tendo por objeto de estudo a Rua 14 de Julho de Campo Grande - MS. Os participantes foram professores, alunos da Rede Municipal de Ensino, técnicos da Secretaria Municipal de Educação/SEMED e da Secretaria da Cultura e Turismo/SECTUR. Os métodos utilizados foram indutivo-dedutivo/quali-quantitativo, partindo da observação e análise de informação para se chegar ao consenso. Ocuparam-se desta análise a espacialidade, a história, as mudanças e permanências que ocorreram com o tempo neste lugar. As argumentações teórico-metodológicas estão presentes nos estudos de autores que se debruçam nos assuntos, tais qual: patrimônio cultural material/imaterial, memória, espaço, lugar, território/territorialidade, reterritorialidade e desenvolvimento local. O panorama histórico e patrimonial exibido compôs com as imagens e contextualizações históricas do mundo, Brasil e da cidade de Campo Grande - MS. Nesta pesquisa, discutem-se o histórico da Rua e sua necessidade de revitalização. Os dados foram coletados e apresentados partindo das experiências pedagógicas dos professores, depois de uma prévia preparação para a execução dos trabalhos. Desse modo, esta seara acadêmica proporciona esteio para os estudos e pesquisas em educação patrimonial, com vistas ao desenvolvimento local.

Palavras-chave: Educação patrimonial. Revitalização. Território. Desenvolvimento Local.

FERREIRA, Magali Luzio. Rua 14 de Julho de Campo Grande - MS: uma intersecção entre educação patrimonial da Rede Municipal de Ensino e o patrimônio histórico cultural, na perspectiva do desenvolvimento local. 2021. 121 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2020.

ABSTRACT

This research investigates the assumptions of Historical Cultural Heritage, with a focus on Heritage Education, with the object of study Rua 14 de Julho in Campo Grande - MS. The participants were teachers, students from the Municipal Education Network, technicians from the Municipal Education Secretariat/SEMED and of the Culture and Tourism Secretariat/SECTUR. The methods used were: deductive/quali-quantitative based on observation and analysis of information to reach consensus. This analysis was concerned with spatiality, history, changes and permanences that occur over time. Theoretical methodological arguments are present in the studies of authors who deal with subjects such as: material/immaterial cultural heritage, memory, space, place, territory/territoriality, reterritoriality and local development. The patrimonial historical panorama exhibited composed with images and historical contextualizations of the world, Brazil and the city of Campo Grande - MS. In this the history of the main Street of the city and its need for revitalization are discussed. Data were collected based on the teachers' pedagogical experiences after prior preparation for carrying out the work.

Keywords: Heritage education. Revitalization. Territory. Local Development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Objetivos gerais do Projeto Educação Patrimonial de Campo Grande - MS..	22
Quadro 2	- Objetivos específicos do Projeto Educação Patrimonial de Campo Grande - MS	23
Quadro 3	- Metas do Plano Municipal de Cultura de Campo Grande - MS	23
Quadro 4	- Etapas de Procedimentos Metodológicos e Coleta de informações.....	26
Quadro 5	- Identificações da pesquisa	28
Quadro 6	- Evolução do conceito e significado do patrimônio cultural	31
Quadro 7	- A evolução do espaço humano visão europeia	45
Quadro 8	- As diferentes abordagens do conceito de território.....	54
Quadro 9	- Percepções históricas da Migração	56
Quadro 10	- Encontros das realizações dos comitês para o patrimônio mundial.....	62
Quadro 11	- Alguns dos patrimônios históricos culturais do mundo	64
Quadro 12	- Livros Tombos - IPHAN	67
Quadro 13	- Livros de Registro do Patrimônio Imaterial - IPHAN	69
Quadro 14	- Bens tombados e registrados do patrimônio material e imaterial de Campo Grande - MS	70
Quadro 15	- Ações das políticas de educação patrimonial do Brasil	76
Quadro 16	- Algumas ações de educação patrimonial desenvolvidas no Brasil	77
Quadro 17	- Ações da educação patrimonial pós 2018	81
Quadro 18	- Nomes da Rua 14 de Julho	87
Quadro 19	- Ações do projeto - 2018	93
Quadro 20	- Motivos de adesão ao projeto	97
Quadro 21	- Informações sobre a temática	97
Quadro 22	- Expectativa docente em participar das atividades do projeto.....	98
Quadro 23	- Cognição dos alunos para a abordagem do tema	99
Quadro 24	- Incentivo à educação patrimonial	100

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Museu José Antônio Pereira.....	37
Foto 2 - Igreja de São Francisco	38
Foto 3 - Edifício José Abrão.....	37
Foto 4 - Morada dos Baís	38
Foto 5 - Viola de Cocho	40
Foto 6 - Roda de Capoeira.....	41
Foto 7 - Tereré	40
Foto 8 - Sobá	41
Foto 9 - Rua 14 de Julho - Campo Grande - MS, de 1933 a 1997	52
Foto 10 - Rua 14 de Julho - Campo Grande - MS, 2020	52
Foto 11 - Rua 14 de Julho - Campo Grande - MS, 2019	52
Foto 12 - Rua 14 de Julho - Campo Grande - MS, 2020	52
Foto 13 - Relógio da Rua 14 de Julho - Campo Grande - MS, 1933.....	57
Foto 14 - Relógio da Rua 114 de Julho - Campo Grande - MS, em 1970	57
Foto 15 - Relógio da Rua 14 de Julho - Campo Grande - MS, em 2020	58
Foto 16 - Manual de referência.....	62
Foto 17 - Cartilha sobre patrimônio	62
Foto 18 - Carro de boi	72
Foto 19 - Índia Terena.....	72
Foto 20 - Monumento em Homenagem à Imigração Japonesa	72
Foto 21 - Índios guerreiros da etnia guaicuru.....	72
Foto 22 - Mesquita Muçulmana.....	72
Foto 23 - Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.....	72
Foto 24 - Homenagem a Tia Eva	72
Foto 25 - Catedral Síria Ortodoxa.....	72
Foto 26 - Projeto ano 2005.....	79
Foto 27 - Mapa da realização do projeto ano 2005.....	79
Foto 28 - Placa alusiva ao projeto ano 2005	79
Foto 29 - Livro O Bairro da Nossa Escola	79
Foto 30 - Projeto 2007	80
Foto 31 - Projeto 2009	80
Foto 32 - Formação de professores (A).....	81
Foto 33 - Formação de professores (B).....	81
Foto 34 - Formação de professores (C).....	82
Foto 35 - Formação de professores (D).....	82

Foto 36 - Formação de professores (E).....	83
Foto 37 - Formação de professores (F)	83
Foto 38 - Formação de professores (G).....	83
Foto 39 - Visita Guiada - Aldeia Água Bonita II.....	83
Foto 40 - Encerramento do projeto - Escola Municipal Nerone Maiolino	83
Foto 41 - Alunos visitam <i>in loco</i> ao museu Polônio de Carvalho	83
Foto 42 - Rua 14 de Julho (década de 1910).....	87
Foto 43 - Rua 14 de Julho (década de 1920).....	88
Foto 44 - Rua 14 de Julho, Casa Haddad - (década de 1920)	88
Foto 45 - Rua 14 de Julho, Jardim Municipal (atual Praça Ary Coelho) - 1935.....	88
Foto 46 - Rua 14 de Julho, Prédio José Abrão, construído em 1939.....	88
Foto 47 - Rua 14 de Julho 1949.....	88
Foto 48 - Rua 14 de Julho (década de 1950).....	88
Foto 49 - Rua 14 de Julho	89
Foto 50 - Rua 14 de Julho - Campo Grande - MS	90
Foto 51 - Rua 14 de Julho - Campo Grande - MS	90
Foto 52 - Rua 14 de Julho ano de 2020.....	91
Foto 53 - Rua 14 de Julho - Campo Grande - MS	91
Foto 54 - Projeto 2018 nas Escolas (A)	94
Foto 55 - Projeto 2018 nas Escolas (B).....	94
Foto 56 - Projeto 2018 nas Escolas (C).....	94
Foto 57 - Projeto 2018 nas Escolas (D)	94
Foto 58 - Projeto 2018 - visita guiada - Rua 14 de Julho (A)	95
Foto 59 - Projeto 2018 - visita guiada Rua 14 de Julho (B).....	95
Foto 60 - Projeto 2018 - visita guiada Rua 14 de Julho	95
Foto 61 - Projeto 2018 - exposição de trabalhos - Rua 14 de Julho	95
Foto 62 - Projeto 2019 - finalização da pesquisa.....	95

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - As primeiras cidades	48
Mapa 2 - Cidade de Campo Grande - MS - aldeia urbana e comunidades quilombolas.	49
Mapa 3 - Rua 14 de Julho - Campo Grande - MS	85
Mapa 4 - Escolas envolvidas no projeto - 2018.....	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação dos continentes nas convenções/comitês - UNESCO	64
Gráfico 2 - Aulas no centro-histórico, na cidade de Campo Grande - MS	96
Gráfico 3 - Participação em projetos sobre educação patrimonial	98
Gráfico 4 - Expectativas docentes atendidas - visita guiada	99
Gráfico 5 - Avaliação dos docentes	100

LISTA DE ABREVIATURAS

AFAPEDI	- Associação dos Ferroviários Aposentados, Pensionistas, Demitidos e Idosos
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
FUNDAC	- Fundação de Cultura
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	- Ministério de Educação
MuArq	- Museu de Arqueologia
ONU	- Organização das Nações Unidas
PDDE	- Programa Dinheiro Direto na Escola
PMCG	- Prefeitura Municipal de Campo Grande
ProExt	- Programa de Extensão Universitária
RFFSA	- Rede Ferroviária
REME	- Rede Municipal de Ensino
SECTUR	- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
SEMED	- Secretaria Municipal de Educação
SPHN	- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UCDB	- Universidade Católica Dom Bosco
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USAID	- Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

MEMORIAL	16
1 INTRODUÇÃO	19
2 METODOLOGIA	21
2.1 Método	21
2.2 Abordagem	22
2.3 Natureza	25
2.3.1 Revisão bibliográfica e documental	27
2.3.2 Pesquisa de campo	28
3 MARCOS CONCEITUAIS	30
3.1 Patrimônio histórico-cultural	30
3.2 Patrimônio cultural e material	35
3.3 Patrimônio cultural e imaterial	39
3.4 Memória	42
3.5 Espaço	44
3.5.1 As cidades: espaços de reconstrução cultural	47
3.6 Lugar	50
3.7 Território/territorialidade	53
3.8 (Re) territorialidade	55
3.9 Desenvolvimento local	58
3.9.1 O Desenvolvimento local pela ótica educacional	60
4 PANORAMAS HISTÓRICOS PATRIMONIAIS CULTURAIS PONTUAIS	61
4.1 Patrimônio histórico-cultural/mundo	61
4.2 Patrimônio histórico-cultural/Brasil	67
4.3 Patrimônio histórico-cultural de Campo Grande - Mato Grosso do Sul	69
5 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	74
5.1 Conceitos	74
5.2 Educação patrimonial no Brasil	75
5.3 Educação patrimonial na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande - MS	78
6 REVITALIZAÇÃO/RETERRITORIALIZAÇÃO DA RUA 14 DE JULHO/ CAMPO GRANDE - MS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	85

6.1 Aspectos gerais do Projeto Educação Patrimonial da Rede Municipal de Ensino/REME Campo Grande - MS.....	92
6.2 Dados estatísticos da pesquisa de campo	96
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS.....	104
APÊNDICE	112
ANEXOS	114

MEMORIAL

O tema educação patrimonial desenrolou-se em meus estudos depois do contato com o patrimônio histórico-cultural. Em minha graduação em História, a menção direta ao patrimônio histórico-cultural e, conseqüentemente, a educação patrimonial, não ocorreram, pois se situavam apenas de complementação de áreas afins, tais quais história da arte e outras ciências ligadas ao estudo de monumentos, hábitos culturais e arquivos históricos.

O interesse pelo assunto surgiu no ano de 2000, início de minha docência na Faculdade Estácio de Sá, no curso de Turismo, com a disciplina de patrimônio histórico-cultural. Naquele primeiro momento, a pesquisa fluiu em paralelo com a ementa recebida pela Instituição, com os seguintes conteúdos: Conceito de patrimônio histórico-cultural; patrimônio material/imaterial; registro; formas de preservação; tombamento; cartas patrimoniais e patrimônio natural e paisagístico, os quais me levaram à problematização e contextualização não só dos temas já citados, mas a monumentos, museus, artes, literatura, pintura, escultura e música, trajetória histórica do patrimônio no mundo, no Brasil e na região, identidade, diversidade cultural, legislação e educação patrimonial.

Outro fator que impulsionou o meu interesse pelo tema foi ministrar aulas nos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda, na mesma Faculdade, e em Estética e História da Arte. Na oportunidade, tive contato com estudos e pesquisas sobre o conceito de belo, obras de artes, com os períodos historicamente constituídos: pré-história, antiguidade, antiguidade clássica, medieval, renascimento, maneirismo, barroco, neoclássicismo, romantismo, realismo, impressionismo e arte moderna. Isso facilitou e me instigou a saber mais sobre patrimônio histórico-cultural, uma vez que os temas se sobrepõem.

Contudo a educação patrimonial em minha trajetória profissional ganha passos para a pesquisa fora do meio acadêmico, pois pertencia ao quadro de professores efetivos da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande desde 1989, lotada na Secretaria Municipal de Educação/SEMED de Campo Grande - MS, no setor de currículo escolar de História. Em 2004, a SEMED, em parceria com a Fundação de Cultura/FUNDAC, hoje Secretaria Municipal de Cultura e Turismo/SECTUR, elaborou o projeto de educação patrimonial, para ser implantando nas escolas da Rede Municipal de Ensino. De início foi implantado em 14 escolas, com o objetivo de levar o educando ao conhecimento, valorização e apropriação cultural, fato que, em contato com acadêmicos de graduações já citadas nesta pesquisa,

identifiquei que lhes faltava uma formação básica para o aprimoramento da disciplina, e a educação patrimonial possibilitaria uma formação cultural e uma vivência cidadã.

A equipe para a implementação do projeto em educação patrimonial era composta por pedagogo, arte educador e historiador, que optaram por desenvolverem o trabalho com diversos temas, tais qual: “História da Rua da minha Escola”, “Meu Patrono” e “História que os Bairros Contam”. Este período foi concomitante ao trabalho, pesquisa e estudos ao ministrar as disciplinas de patrimônio histórico-cultural e história da arte. Assim, operando nestes dois pontos da educação, inicial e final, foi-me revelada a importância do tema para a continuidade de vida sociocultural do campo-grandense.

Por outro lado, ser componente da equipe de implantação do projeto e participar de cursos sobre o assunto, de 2004 a 2009, pela Secretaria Municipal de Educação/SEMED, em parceria com a Fundação de Cultura /FUNDAC, levaram-me a situações esclarecedoras, mas, também, de questionamentos que precisavam ser aprofundadas. Gradativamente, os conceitos e teoria encontraram-se no mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco/UCDB, em 2006, com a pesquisa voltada ao patrimônio imaterial e outras atividades voltadas para o patrimônio.

Participei de congressos, com apresentações dos artigos “Direitos Humanos & Educação Patrimonial Histórico-Cultural”, no Congresso Internacional de Direitos Humanos, em 2017, e “Educação Patrimonial, Memória e Sociedade & Escola, Cidade e Identidade”, no I Congresso Internacional e III Congresso Nacional Movimentos Sociais e Educação, em 2016, em Ilhéus/BA.

Também participei de outras apresentações: “História, patrimônio e Turismo no contexto do território”/2017; “Patrimônio Histórico -Cultural de Campo Grande - MS”/2017; “Patrimônio Histórico-Cultural: Revista Arca - Campo Grande - MS”/2012. Tive participação em trabalhos técnicos sobre “Conversas Patrimoniais”/2017; “Contexto Patrimônio-Cultural Local”/2017; “V Seminário Memória, Cultura e Identidade”/2006. Nestes eventos apresentei “A educação patrimonial”/2019; “Catálogo Patrimônio Histórico -Cultural de Mato Grosso do Sul”/2017”; , “4ª Conferência Municipal sobre Patrimônio Histórico-Cultural”/2005; “I Conferência Municipal de Patrimônio Histórico-Cultural”/2003.

Em outro aporte, tive muita experiência nas orientações de trabalho de conclusão de curso, com os temas “Sobá: patrimônio histórico-cultural de Campo Grande - MS” e a “A História e a Importância da Construção de Rede Ferroviária em Campo Grande - MS”, ambos em 2008. Neste último, o enfoque dado foi sobre o patrimônio histórico-cultural, por ser um edifício histórico tombado.

Em relação à intersecção educação patrimonial & desenvolvimento local, no mestrado, em 2006, e no doutorado, em 2021, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, serviu-me para ampliar minhas percepções a respeito do tema no ambiente escolar, pois a escola existe para servir a comunidade, e ambas estão nas discussões que permeiam o desenvolvimento local.

Toda a atuação em cursos, participação em eventos, congressos e orientações na área de patrimônio histórico-cultural, além de integrar o Grupo de Pesquisa da UCDB: Cultura, Religiosidades e Saberes Locais, levaram-me a buscar a educação patrimonial, por destacar a preservação, conservação de bens patrimoniais, com ações educativas que tratam os homens por sujeitos de próprias obras. Neste contexto, vale ressaltar Bertolt Brecht 1898 - 1958:

Perguntas de um operário letrado

Quem construiu Tebas, a das sete portas?
 Nos livros vem o nome dos reis,
 Mas foram os reis que transportaram as pedras?
 Babilônia, tantas vezes destruída,
 Quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas
 Da Lima Dourada moravam seus obreiros?
 No dia em que ficou pronta a Muralha da China para onde
 Foram os seus pedreiros? A grande Roma
 Está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem
 Triunfaram os Césares? A tão cantada Bizâncio
 Só tinha palácios
 Para os seus habitantes? Até a legendária Atlântida
 Na noite em que o mar a engoliu
 Viu afogados gritar por seus escravos.
 O jovem Alexandre conquistou as Índias
 Sozinho?
 César venceu os gauleses.
 Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?
 Quando a sua armada se afundou Filipe de Espanha
 Chorou. E ninguém mais?
 Frederico II ganhou dos sete anos
 Quem mais a ganhou?
 Em cada página uma vitória.
 Quem cozinhou os festins?
 Em cada década um grande homem.
 Quem pagava as despesas?
 Tantas histórias
 Quantas perguntas

1 INTRODUÇÃO

A realização desta tese com o título: Rua 14 de Julho de Campo Grande - MS: uma intersecção entre educação patrimonial da Rede Municipal de Ensino e o patrimônio-histórico cultural, na perspectiva do desenvolvimento local, objetiva analisar a importância do fomento à valorização ao patrimônio histórico-cultural pela educação patrimonial, visando ao desenvolvimento local. Assim como conceituar e evidenciar o patrimônio histórico-cultural e suas ramificações, referentes à tipologia, espacialidade e função histórica; analisar a educação patrimonial tal qual um processo ativo metodológico que busca levar os educandos, educadores e sociedade à valorização da herança cultural local. Para isso se ocupou por objeto de estudo a Rua 14 de Julho de Campo Grande - MS, identificando as mudanças e permanências históricas ao longo do tempo.

Nesta pesquisa constam cinco capítulos, divididos em: I- Metodologia; II- Marcos Conceituais; III- Panoramas Históricos Patrimoniais-Culturais Pontuais; IV- Educação patrimonial; V- Revitalização/Reterritorialização da Rua 14 de Julho de Campo Grande - MS no Contexto da Educação patrimonial.

No capítulo I, são apresentados os aspectos metodológicos da pesquisa, os procedimentos utilizados, abordagens, natureza e as técnicas para a coleta de informações, análises e interpretações dos dados coletados. Também se descrevem os métodos de análise utilizados, pautados no método indutivo-dedutivo/quali-quantitativo, que parte da observação e análise de informação para a conclusão da pesquisa.

No capítulo II, ocorre a apresentação e contextualização dos conceitos que sustentam o tema. Neste destacam-se: patrimônio cultural material/imaterial, memória, espaço, lugar, território/territorialidade, reterritorialidade e desenvolvimento local. Com a retórica de salvaguarda histórica voltada às questões culturais e patrimoniais, analisa e discute o posicionamento de autores, tais qual Lowenthal (1998), que discorre sobre o culto à herança; Funari e Pelegrini (2009), que tecem acerca do conceito de patrimônio histórico-cultural por fases históricas; Choay (2001), que enriquece com a obra “Alegoria do Patrimônio”; Vianna (2004), que submete a cultura imaterial não antagonica à material, mas, sim, cúmplice. No contexto da memória, temos as contribuições de Pollak *et al.* (1989); Nora *et al.* (1993); Le Goff (2003), dentre outros que, em suma, qualifica o que hoje se pode conceituar de patrimônio histórico-cultural & desenvolvimento local.

No capítulo III, exibem-se os panoramas histórico-patrimoniais, culturais, pontuais: mundo, Brasil, e a cidade de Campo Grande - MS, no intuito de tecer que os povos se refletem nos símbolos e estes nos povos. Admite-se que simbologia e identidade sejam sinônimos culturais e que se resumem em ações humanas que dão origem e ramificam a história.

No capítulo IV, destacam-se conceitos defendidos por diversos autores sobre educação patrimonial, tal qual Horta *et al.* (1999), Fratini (2004), Silveira (2007), Medeiros e Surya (2009), Teixeira (2008) e Scifoni (2017), os quais cercam os valores culturais de memórias sociais e assumem *status* de promoção à identidade do educando.

No capítulo V, descreve-se a Rua 14 de Julho de Campo Grande - MS, dos primórdios aos dias atuais, e apresenta a necessidade de sua revitalização. A pesquisa foi realizada em duas etapas: a primeira, em 2018, quando se iniciaram as obras; a segunda, em 2019, com a conclusão da pesquisa. Os professores foram preparados nesses espaços de tempo, para aplicar os conhecimentos, com formações pedagógicas sobre o assunto, em aulas teóricas e práticas, cujo propósito era de elevar a educação patrimonial para o estudo da preservação histórica e, assim, funcionar de aporte para que outros trabalhos nessa área viessem a acontecer no espaço escolar.

Portanto o patrimônio histórico-cultural e a educação são conexões que existem, porém ainda bastante invisível, tanto no espaço escolar quanto na sociedade. A escola tem o papel de formar o indivíduo, preparando-o para o convívio social, e isso pressupõe colaborar para o desenvolvimento local, por ser capaz de vincular os atores sociais de diversas camadas sociais em uma correspondência biunívoca endógena e exógena.

2 METODOLOGIA

O presente capítulo tem por objetivo apresentar os aspectos metodológicos da pesquisa, os procedimentos utilizados, abordagens, natureza e as técnicas de coleta de informações, análises e interpretações dos dados coletados. Também nele se descrevem os métodos de análise utilizados.

2.1 Método

O estudo foi pautado no método indutivo-dedutivo/quali-quantitativo, e partiu da observação e análise de informação que nos leva a uma conclusão, tendo por base os autores Marques *et al.* (2006), que afirmam que, considerando que a dedução parte do geral para o particular, este em relação à pesquisa tem a função de levar à conclusão a partir de teorias e leis gerais, ou seja, previsões de fenômenos particulares. Paulo Neto (2004), por sua vez, assinala que o raciocínio dedutivo é considerado verdadeiro e indiscutível.

Grounded theory (teoria fundamentada), apresentada por Fernandes e Maia (2001), destaca que uma metodologia qualitativa deve ser utilizada em pesquisas, sobretudo em ciências sociais. Neste sentido, Strauss (1987) enfatiza que o método qualitativo é estruturado em contextos situacionais.

Brêtas (2000) cita Minayo, Sanches (1993), quando se posiciona quanto à interação das duas abordagens quali-quantitativa, apesar de naturezas diferentes, compactua que a complementariedade ou uso das duas em uma só pesquisa para andamento e conclusão faz-se necessário no estudo qualitativo ou quantitativo, para que os conteúdos sejam embasados e aprofundados.

Desse modo, o método dedutivo e as abordagens quali-quantitativa presentes na pesquisa buscam as influências migratórias para o espaço pesquisado, do geral histórico para as influências particulares, conforme aponta esta pesquisa, cujo tema é “Rua 14 de Julho de Campo Grande - MS: uma intersecção entre educação patrimonial da Rede Municipal de Ensino e o patrimônio histórico-cultural, na perspectiva do desenvolvimento local”.

2.2 Abordagem

Segue o método dedutivo e abordagem quali-quantitativa, para que os dados coletados e interpretados, com base na fundamentação teórica, propiciem um aprofundamento na compreensão, análise e explicação do espaço estudado e seus aspectos. Neste prisma, o assunto tem a função de inquietar e, posteriormente, acomodar o público-alvo (educando, docentes e sociedade), para que adquiram conhecimentos básicos necessários ao entendimento da necessidade de valoração ao patrimônio histórico-cultural.

Já a abordagem que perpassa a análise e a explicação do espaço estudado e seus aspectos, referem-se aos objetivos gerais e específicos do Projeto Educação Patrimonial, elaborado pela SEMED e SECTUR (anexo 1), que subsidiou esta tese (quadros 1 e 2).

Quadro 1 - Objetivos gerais do Projeto Educação Patrimonial de Campo Grande - MS

I. Contemplar metas (11, 15 e 18) do Plano Municipal de Cultura, referentes ao patrimônio cultural campo-grandense.
II. Ampliar o diálogo cultura e educação, compartilhando esforços para a permanência das ações de fomento à educação patrimonial.
III. Promover a alfabetização cultural, para possibilitar ao público-alvo uma leitura crítica de mundo e compreensão do universo sociocultural e sua trajetória histórico-temporal.
IV. Consolidar a aquisição de valores e comportamentos que permitam o reconhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio cultural campo-grandense.
V. Evidenciar a importância da Rua 14 de Julho e entorno, por serem polo de patrimônio cultural e material e suas potencialidades para o desenvolvimento local.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS (PMCG) - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECTUR) - Secretaria Municipal de Educação (SEMED), 2018.

O item número I do quadro 1 assegura o cumprimento das metas previstas no Plano Municipal de Cultura. Outros itens concedem o diálogo permanente cultural com a educação, difunde a alfabetização cultural e consolidam valores que estão configurados em patrimônio cultural e material da Rua 14 de Julho.

Portanto o projeto vem delinear os anseios dos órgãos institucionais mencionados, de prestígio à cultura, com o apoio educacional, para que os campo-grandenses cultivem hábitos culturais, não só para simples entretenimento, mas, acima de tudo, para conhecer, valorar e exaltar o legado histórico da cidade, em especial, neste projeto, a Rua 14 de Julho e seu entorno, espaços primórdios da constituição e prolongamento.

Quadro 2 - Objetivos específicos do Projeto Educação Patrimonial de Campo Grande - MS

a)	Elaborar ações, projetos e programas que busquem o alcance das metas estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, realizando parcerias, quando necessário, para a potencialização das mesmas.
b)	Implantar programa de educação patrimonial na REME, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação - SEMED, tendo por apoio a participação e o diálogo entre os agentes culturais e sociais e comunidades detentoras e produtoras das referências culturais.
c)	Desenvolver pensamento crítico e refletir a dinâmica passado, presente e futuro, sensibilizando para a relevância da preservação do patrimônio cultural e considerando as variáveis responsáveis pela formação de Campo Grande.
d)	Oferecer recursos para o reconhecimento e a valorização da diversidade e do legado cultural existente em Campo Grande, a partir de suas influências histórico-culturais, fortalecendo a identidade local, o sentimento de pertença e o comportamento cidadão;
e)	Traçar a trajetória histórica da Rua 14 de Julho, com abordagem dos principais elementos que levaram à sua revitalização e à importância dessa preservação para o desenvolvimento local da região.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS (PMCG) - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECTUR) - Secretaria Municipal de Educação (SEMED), 2018.

Os objetivos específicos norteiam o desenvolvimento do projeto, desde elaborar ações para a implantação do programa de educação patrimonial, na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande - MS, até garantir recursos para a promoção do pensamento crítico reflexivo quanto à trajetória histórica da Rua 14 de Julho.

As metas do Plano Municipal de Cultura de Campo Grande - MS (quadro 3) mencionadas no quadro 1, item I, objetivos gerais do projeto, assinalam seu compromisso com a população local.

Quadro 3 - Metas do Plano Municipal de Cultura de Campo Grande - MS

Meta 11	Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas, anualmente, com ações de educação patrimonial.
Meta 15	Realização permanente de eventos de capacitação e formação, por meio de cursos, oficinas, palestras, fóruns e seminários, com conteúdos técnicos, artísticos, de gestão cultural e formação de público.
Meta 18	Aumento em 100% do número de pessoas que frequentam bibliotecas, museus, centros culturais, cinema e espetáculos de teatro, circo, dança e música em equipamentos públicos.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS (PMCG) - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECTUR) - Secretaria Municipal de Educação (SEMED), 2018.

Posto isso, o Projeto De Educação Patrimonial da Rede Municipal de Ensino, de 2018, retoma a parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que ocorreu no período de 2004 a 2009. Nesta nova etapa, o projeto foi reelaborado, tendo por base o Plano Municipal de Cultura, com as respectivas metas que complementam a educação patrimonial dos órgãos gestores citados. Todavia o Plano Municipal foi construído em concordância ao Plano Nacional de Cultura, Brasil (2012), que foi augurado no artigo 215 da Constituição Federal, Brasil (1988), e criado pela Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

A retomada para a renovação das parcerias SEMED e SECTUR, quanto à educação patrimonial nas escolas da Rede Municipal de Ensino, aconteceu com o projeto Reviva Centro, previsto no Decreto n. 11.510, de 23 de maio de 2011 (PMCG, 2011), o qual obrigava os comerciantes a retirarem os letreiros das fachadas das lojas do centro da cidade, tendo em vista que poluíam as ruas e encobriam o visual arquitetônico e histórico-patrimonial dos prédios.

No período de 2018 e 2019, foi desenvolvido o projeto de alargamento de calçadas e mudança total do cenário da Rua 14 de Julho, cuja revitalização foi terreno fértil, não só para o desenvolvimento da pesquisa, que gerou essa tese, mas, sobretudo, para continuação do Projeto Educação Patrimonial na Rede Municipal de Ensino, adormecido desde 2009.

Assim, o percorrido até então, foi o pilar para a elaboração do projeto que designa esta tese: “A educação do patrimônio cultural na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande - MS: Rua 14 de Julho”, que tem por objetivo geral analisar a importância do fomento à valorização do patrimônio histórico-cultural pela educação patrimonial, com vistas ao desenvolvimento local. Quanto aos específicos, assinalam-se: 1- conceituar e evidenciar o patrimônio histórico-cultural e suas ramificações referentes à tipologia, espacialidade e função histórica; 2- analisar a educação patrimonial como sendo processo ativo metodológico que busca levar os educandos, educadores e sociedade à valorização da herança cultural local; 3- identificar as mudanças e permanências históricas ao longo do tempo; 4- reconhecer as mudanças ocorridas na Rua 14 de Julho de Campo Grande - MS.

Este estudo objetiva contribuir para a ampliação de conhecimentos necessários para a identificação e valorização histórico-patrimonial e cultural, hábito pouco usual pela sociedade, uma vez que, para valorar e salvaguardar o que vivemos e conhecemos, precisamos aprender a contemplar nossos bens culturais.

Na revisão teórica, vale ressaltar Scifoni (2017, p. 5), que expõe que [...] “é preciso superar as abordagens mais tradicionais e conservadoras nessa área, e que isso somente será

possível com investimento em reflexão crítica e no campo conceitual”. Em relação à consciência crítico-reflexiva, Pinto (2015, p. 203) relata que “[...] tal como o património, a consciência histórica comporta um processo de apropriação simbólica do real”. Ambas as autoras citadas interligam a criticidade ao pertencimento simbólico. Pinto (2015, p. 203) relata que “[...] tal como o património, a consciência histórica comporta um processo de apropriação simbólica do real”. Esta afirmação assevera a importância da educação patrimonial e, para tanto, Muniz, Pelacani e Sánchez (2017, p. 2) ressaltam que, “a educação se concretiza pela ação em pensamento e prática, pela práxis, em interação com o outro no mundo”. Essa interação, práxis e interação do eu e o outro, conciliam os fazeres da educação ao patrimônio histórico-cultural.

Pereira e Cardoso (2016, p. 113), quanto à abordagem para a educação patrimonial, posicionam-se:

A educação patrimonial deverá procurar estabelecer uma relação de afecto da comunidade pelo património. Desta forma desencadeia-se um processo de aproximação da população ao património, à memória, aos bens culturais, de forma agradável e lúdica, devendo contemplar todos os grupos de idades e ser aplicada a qualquer bem cultural.

O planejamento para o trabalho com a educação patrimonial deve partir do princípio de proporcionar ao educando o valor do pertencimento e, assim, desenvolver o afeto, a aproximação ao objeto de estudo, e resguardar a memória, uma vez que tal postura pedagógica enquadra-se em todas as idades, desde que com metodologias diferenciadas, conforme analisa o autor.

2.3 Natureza

O estudo é de natureza descritiva com características exploratórias; os dados investigativos, referentes ao assunto, quer sejam em depositórios bibliográficos, *sites* e campo (*in loco*), são incipientes até o momento, em se tratando do tema proposto.

Nesse sentido, Medeiros e Surya (2009, p. 7) dizem que “a educação patrimonial pode ser um instrumento de ‘alfabetização cultural’ e que o ambiente escolar é adequado para desenvolver esta habilidade alfabetizadora que possibilita a interação exógena local”. Somando-se a isso, Horta (1991, p. 15) defende o aprendizado do patrimônio histórico-cultural “como fonte primária de conhecimento e aprendizado, a ser utilizada e explorada na

educação”. Posto isso, sabe-se que o conhecimento é libertador e funciona de construtor de identidades individuais e coletivas.

3.4 Procedimentos metodológicos e coleta de informações

Os procedimentos metodológicos envolveram a busca de fontes secundárias (com base na original) e primárias (fonte original) desenvolvidas por meio das etapas descritas no quadro 4.

Quadro 4 - Etapas de procedimentos metodológicos e coleta de informações

Etapa 1	Produção do estado da arte/pesquisa bibliográfica.
Etapa 2	Elaboração do projeto da tese.
Etapa 3	Apresentação do projeto às unidades a serem desenvolvidas e espera do aceite.
Etapa 4	Preparação dos professores para a visita técnica na Rua 14 de Julho de Campo Grande – MS; Entrega dos roteiros para o início do projeto nas escolas.
Etapa 5	Preparação dos alunos para a visita técnica na Rua 14 de Julho de Campo Grande – MS; Exposição fotográfica, varal cultural e palestras nas escolas.
Etapa 6	Visita técnica na Rua 14 de Julho de Campo Grande - MS.
Etapa 7	Avaliação do projeto e tabulação de dados
Etapa 8	Encerramento do projeto.

Fonte: Quadro elaborado pela própria autora/2020

Ruiz (1996, p. 1) determina por “objetivo central da metodologia científica, compreender, explicar, predizer e controlar os fenômenos da realidade empírica (fatos)”. Rampazzo (2005, p. 33) explica que “o método se concretiza nas diversas etapas ou passos que devem ser dados para solucionar um problema: entende-se, então, como a coordenação unitária dessas diferentes etapas”. Portanto, em pesquisa, quando é definido o que se pretende, conforme sugere Ruiz, os caminhos a seguir, na visão de Rampazzo, são necessários ao percurso para a conclusão.

2.3.1 Revisão bibliográfica e documental

Os estudos de Choay, Françoise (2001), em “A Alegoria do Patrimônio”, esclarecem a relação de identidade, época e patrimônio; Horta, Grunberg, Monteiro (1991, 1999), em o “Guia básico de educação patrimonial”, abordam um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como sendo fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo; Yáñez Casal (1999), com “Patrimônio e Modernidade”, relata a relação do passado e presente; Le Goff (2003), em “História e Memória”, aponta os aspectos da memória social e sua relação com o tempo e a história.

Ainda, quanto à sensibilização da consciência histórica, pontuam-se os estudos de Lowenthal, David Lowenthal (1998), “*The heritage crusade and the spoils of history*”. Nesta obra, o autor vê a capacidade de nos identificarmos com o nosso passado, em sentido próprio de valor de existência; Murta (2002) contribui com o desenvolvimento das comunidades locais e a preservação para as interações turísticas. Nessa trajetória, Delgado (2017) estuda a história oral como sendo expressão de memória, em sua obra, “História oral-memória, tempo, identidades”; Pesavento (2013) trata a cultura como sendo vivência partilhada e construída que se transforma em símbolos, e alerta para a responsabilidade do historiador; Catroga (2016) faz uma alerta para os historiadores e pronuncia, em sua obra, “Memória, História e Historiografia”, que a narrativa da história é de responsabilidade dos historiadores ante tantas outras problemáticas.

A bibliografia abordada voltada ao patrimônio cultural está referendada nos estudos de Fratini (2009), que chama à atenção para os arquivos inexistentes ou poucos sobre a educação patrimonial; Silveira (2007) questiona o papel da educação na constituição do patrimônio; Medeiros e Surya (2009) prolongam-se no discurso de Silveira, e ressaltam a eliminação sobre a falta de conhecimento acerca do assunto. Nesse diapasão, Teixeira (2008) expõe a importância do tema na escola e dá a função principal para as aulas de história, marca para que a bibliografia sobre patrimônio e memória seja incorporada à educação e ao patrimônio; Scifoni (2017) e Florêncio (2019) destacam, também, este panorama, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Na assertiva governamental, encontram-se leis e decretos, tais qual A Constituição da República Federativa do Brasil (1988); o Decreto-Lei n. 2848, de 7 de dezembro de 1940; o Código Penal; o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); o Decreto n. 11.510, de 23 de maio de 2011, dentre outros.

2.3.2 Pesquisas de campo

Foram realizadas por meio da aplicação de questionários em oito escolas, com 18 professores que atuam nos 9^{os} anos do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande - MS e quatro técnicos/professores das Secretarias envolvidas (quadro 5).

Quadro 5 - Identificações da pesquisa

ESCOLAS/SECRETARIAS	ENDEREÇOS	N. DE PROFESSORES
Escola Municipal Nelson de Souza Pinheiro	Rua Francisco Serra, 319 - Vila Corumbá, Campo Grande - MS Região: Centro	Dois
Escola Municipal Hércules Maymone	Rua Celina Baís Martins, 31 - Nova Lima, Campo Grande - MS Região: Segredo	Um
Escola Municipal Padre José Valentim	Rua das Violetas, 538 Bairro Jockey Club, Campo Grande - MS Região: Anhaduizinho	Dois
Escola Municipal Desembargador Carlos Garcia de Queiroz	Rua Itaporanga, s/n. - Jardim Zé Pereira, Campo Grande - MS. Região: Imbirussu	Dois
Escola Municipal José Mauro de Vasconcelos	Rua Ivo Osman Miranda, 13 - Vila Moreninha IV, Campo Grande - MS Região: Bandeira	Dois
Escola Municipal Dr. Eduardo Olímpio.	Rua Lúcia Martins Coelho, 793 - Ouro Verde, Campo Grande/MS Região: Lagoa	Dois
Escola Municipal Leovegildo de Melo	Rua Barão de Campinas, 309 - Universitário, Campo Grande - MS Região: Segredo.	Dois
Escola Municipal Lenita de Sena Nachif	Rua Enchova, 305 - Centro-Oeste, Campo Grande- MS Região: Centro	Dois
Secretaria Municipal de Educação/SEMED	Rua Onocieto Severo Monteiro, 460 - Vila Margarida, Campo Grande - MS.	Dois
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo/SECTUR	Rua Usi Tomi, 567 - Carandá Bosque, Campo Grande - MS	Dois
Total		18

Fonte: Elaborado pela própria autora/2019

A pesquisa foi realizada em duas etapas: a primeira em 2018, quando se iniciou a revitalização da Rua 14 de Julho; a segunda em 2019, com o final da obra e conclusão da pesquisa. Os professores foram preparados, nestes espaços de tempo, para aplicar os

conhecimentos, com formações pedagógicas sobre o assunto, em aulas teóricas e práticas. Para Spink (2003), a pesquisa de campo é feita nos lugares da vida cotidiana. De modo que a rua principal de uma cidade é o marco do cotidiano do começo de sua história que constrói toda a formação da cidade.

3 MARCOS CONCEITUAIS

Neste capítulo são abordados os marcos conceituais que permeiam a tese, embasando, de forma sólida, o respectivo trabalho, destacando-se, dentre eles, patrimônio cultural material/imaterial, memória, espaço, lugar, território/territorialidade, reterritorialidade e desenvolvimento local. Apresenta-se, também, a salvaguarda histórica voltada às questões culturais e patrimoniais, analisando e discutindo o posicionamento de autores que contribuíram e contribuem para qualificar o que hoje se pode conceber por patrimônio histórico-cultural e educação patrimonial.

3.1 Patrimônio histórico-cultural

Patrimônio histórico-cultural refere-se à promoção da vida, por estar ligado a algo que nos pertence, ingressado ao mundo como sendo parte de uma história. Patrimônio é uma palavra de origem latina que significa pai, aquele que nos possibilita o nascimento, nos dá a origem; é a ramificação da história que é construída com o conjunto de bens, manifestações populares, cultos e tradições.

Canini (2005) expõe que o termo patrimônio, em espanhol *herencia* e na língua inglesa *heritage*, remete à herança, ou seja, algo a ser transmitido, herdado a sucessivas gerações. Segundo os estudos de Lowenthal (1998), o culto à herança é tão antigo quanto à humanidade, quer seja de caráter privado ou público.

Funari e Pelegrini (2009) conceituam patrimônio cultural por fases históricas, de início aristocrático, ou seja, privilégio de poucos. Do século V ao XV, somente por patrimônio simbólico, coletivo e sacro. Ao renascimento histórico soma-se a preservação de peças antigas, assumindo uma nova roupagem, já na reconstrução pós-guerras mundiais, cria-se a preservação e conservação da maneira e forma de fazer a cultura. Assim, o patrimônio foi se desenvolvendo de acordo com sua temporalidade (quadro 6).

Quadro 6 - Evolução do conceito e significado do patrimônio cultural

Época	Concepção	Ideias relacionadas
Idade Antiga	Patrimônio - coleção de riquezas, raridades e antiguidades de caráter extraordinário ou de grande valor material, indicadores de poder, de luxo e de prestígio	Butina de guerra. Troféus. Tesouros. Oferendas religiosas. Propriedades privadas. Desfrute individual. Inacessibilidade.
Grécia, Roma e Idade Média	Patrimônio - vestígios de uma civilização considerada superior, que, por isso, é imitada. Valorização estética e herança cultural de interesse pedagógico.	Escavações arqueológicas. Colecionismo seletivo. Tráfico de obras de arte. Cópias de modelos originais. Museus e câmaras de maravilhas. Relíquias. Exposição pública de alguns elementos com intensa propaganda.
Renascimento e séculos: XVI - XVIII	Patrimônio - objetos artísticos especialmente belos ou meritórios, também valorizados por sua dimensão histórica e rememorativa. A obra de arte pode ser um documento para conhecer o passado	Cultura elitista de intenção pedagógica. Academicismo. Colecionismo artístico e científico. Primeiros estudos rigorosos de história da arte. Desfrute por grupos eruditos. Certo grau de acessibilidade.
Século XIX e início do século XX	Patrimônio - conjunto de expressões materiais ou não materiais que explicam, historicamente, a identidade sociocultural de uma nação e, por sua condição de símbolos, devem ser conservadas e restauradas	Nacionalismo. Investigações históricas, artísticas, arqueológicas e etnológicas. Importância do folclore. Educação popular. Legislação protetora. Conservação coletiva. Restauração monumental. Museus. Arquivos e bibliotecas estatais a serviço do público.
1945 - 1980	Patrimônio - elemento essencial para a emancipação intelectual, para o desenvolvimento cultural e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Começa-se a considerar seu potencial socioeducativo e econômico, além de seu valor cultural.	Reconstrução do patrimônio destruído. Políticas de gestão educativa. Exposições e ciclos de atos culturais para que toda a população conheça o patrimônio. Difusão dos bens culturais. Consumo superficial. Turismo de massa.
Atualidade	Patrimônio - riqueza coletiva de importância crucial para a democracia cultural. Exige-se o compromisso ético e a cooperação de toda a população para garantir tanto sua conservação como sua exploração adequada.	Legislação. Restauração. Plena acessibilidade e novos usos. Participação. Envolvimento da sociedade civil. Turismo sustentável. Cultura popular significativa. Criatividade. Descentralização. Didática do patrimônio

Fonte: Penàlba, José llull (2005, p. 74-75).

O quadro 6 mostra, de forma sintética, a evolução do conceito e significado do patrimônio cultural, conforme ocorreu ao longo da história, por meio de um processo complexo de atribuição de valores e mudanças contínuas próprias do dinamismo das sociedades.

Com o desenvolvimento tecnológico, fomentado pelo campo digital, o conceito e significado de patrimônio cultural foi depois consolidado com a reabilitação dos centros históricos, da cultura popular, modos de viver em comunidade, que os autores exemplificam com o reconhecimento do Terreiro da Casa Branca, como sendo patrimônio da cidade de Salvador - BA. Portanto os conceitos vão se moldando às características históricas de cada época e de cada lugar.

Tais concepções se expressam também baseadas no paradigma historiográfico da época. Meira (2004) reafirma que as concepções culturais mudam com o tempo, devido aos valores sociais que se modificam; Zanirato e Ribeiro (2006) definem tal conceito em duas fases distintas: a primeira diz respeito à exaltação aos grandes monumentos artísticos do passado, referentes às identidades coletivas. A segunda fase trouxe à luz temas patrimoniais de naturezas material e imaterial que passaram a ser mais reconhecidos, valorizados, também em formas de tombamentos¹, em esferas mundiais, nacionais, estaduais e municipais. Tais reconhecimentos em esferas governamentais foram possíveis, na medida em que os valores afetivos e o legado das sociedades desejam ser preservados por patrimônio cultural do local. Dias (2006) as apresenta de forma resumida, desde a evolução histórica do conceito de patrimônio histórico cultural (anexo 1), que é relatado à época, até à concepção e às ideias relacionadas à Idade Antiga e à atualidade, as quais começaram com a coleção de ricas obras de arte, riquezas de signos de poder, de exaltação, tal qual o conhecimento do passado e melhoria da qualidade de vida e terminaram com o discurso atual de conservação e exploração.

As necessidades de preservações de bens materiais como expressões culturais, históricas e patrimoniais, impuseram-se com o desenvolvimento do Estado Moderno.

As transformações conceituais de patrimônio cultural no mundo de forma mais sistematizada, a constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais iniciou com o surgimento dos Estados modernos, quando monumentos do passado passaram a ser símbolos do que se desejava preservar. Na França, por exemplo, as primeiras medidas de proteção ao patrimônio pelo Estado apareceram no fim do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa (VOGT, 2008, p. 15 - 16).

¹ O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal (IPHAN, 2019).

Pode destacar, ainda, o valor das reconstruções das obras depredadas ocorridas nos períodos de guerras, pós-guerras e por insatisfações políticas, mostrando a importância da preservação histórica para os habitantes de um país, em um processo de cidadania. Identifica-se, nestes casos, por exemplo a Revolução Francesa, com a tomada da Bastilha², símbolo central da revolta burguesa, situado, atualmente, na Praça da Bastilha, em Paris, França. Para Dias (2006, p. 68):

O patrimônio cultural constitui o testemunho da história, aquilo que restou de antigas sociedades e que nos possibilita compreender a relação entre esses bens - materiais ou não - e o contexto sociocultural em que foram criados, os valores simbólicos que tinham e o modo de vida da comunidade.

Vestígios históricos são testemunhos que nos auxiliam não só para compreender o passado, mas, também, conhecer valores, hábitos diferentes dos atuais e a atribuir-lhes respeito. Esta consagração, quando preservada, quer seja de bens materiais ou imateriais, é a expressão viva de uma história, porém presente nas lembranças e nos sentimentos de muitos, o que estabelece o elo passado e o pertencimento intrínseco nos conceitos sobre patrimônio histórico-cultural.

Nesta mesma vertente, Funari (2006) expressa que os bens transmitidos aos herdeiros têm significados econômicos, sociais e emocionais, relações estreitas que se transformam em patrimônios individuais. Já para a configuração do patrimônio coletivo, são necessárias reflexões sobre o individual em consonância ao viver em sociedade.

Para Yáñez Casal (1999), patrimônio é trabalhar com memória, em relação ao passado e presente, não só no sentido de lembrança, mas sobre algo que está inserido no presente, dando um sentido de pertencimento. Choay (2001) complementa o pensamento de Casal, assinalando que o patrimônio é como um revelador cultural, remetendo-se este pensar, também, à memória, à história e à identificação.

A Constituição Federal Brasileira (1988) estabelece, no artigo 216, que:

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais

² A tomada da Bastilha foi o assalto popular à Bastilha, antiga prisão, símbolo da opressão do Antigo Regime francês. A tomada dessa prisão foi consequência da tensão popular provocada pela crise econômica e política que a França enfrentava no final do século XVIII.

espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O patrimônio cultural brasileiro, tanto de natureza material quanto imaterial, representa não somente a identidade e cidadania dos cidadãos que aqui nasceram, mas, também, a daqueles que, por pertencimento e afetividade, tornaram-se brasileiros. Com suas formas de expressões que criam, vivem e fazem suas criações científicas, artísticas e tecnológicas. Quanto ao conceito de patrimônio histórico-cultural, segundo Oliveira (2008, p. 31):

O processo/projeto de preservação do patrimônio histórico e consequentemente a criação de um determinado conceito sobre o mesmo, baseava-se na possibilidade do contar da história através do construído, do edificado, do monumental, iniciou-se oficialmente no ano de 1936, com a criação do SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e obteve força de lei com o Decreto Lei nº 25, de novembro de 1937, que tinha por finalidade: [...] organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico e artístico nacional.

A solidificação do registro histórico como força e proteção ganhou êxito com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHN) - 1936, hoje Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional.

Desde a criação do Instituto, em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, assinada pelo então presidente Getúlio Vargas, os conceitos que orientam a atuação do Instituto têm evoluído, mantendo sempre relação com os marcos legais. A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 216, define o patrimônio cultural como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver. Também são assim reconhecidas as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e, ainda, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (IPHAN, 2019).

À proporção que as formas de expressões, modos de criar e de viver foram passando por transformações, e com a substituição do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHN), criado em 1936, pelo Instituto de Patrimônio Histórico Cultural (IPHAN), tais conceitos passaram a ter uma valorização do edificado, tanto material quanto imaterial e paisagístico. Outro fator que influencia em sua conceituação é eleger o que é significativo para que seja declarado por patrimônio histórico-cultural.

Posto isso, é fundamental o pertencer a um espaço em mobilidade cultural e fazer parte de uma história ramificada, quer individual ou coletiva, em que os símbolos locais

significativos, tanto materiais quanto imateriais, ficam perpetuados por patrimônio histórico-cultural. Abreu e Chagas (2003) destacam não haver limites para o processo de qualificação da palavra patrimônio, por ser uma palavra que se usa no cotidiano de maneira informal ou formal; explica porque, para nossa subsistência, ocupamo-nos dos patrimônios econômicos, financeiros, culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos dentre outros. A autora ainda destaca que os seres humanos usam símbolos, tanto para agir quanto para se comunicar, e que o patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar, comunicar-se, mas é, acima de tudo, ação, categoria que é a mediação entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, passado e presente, céu e terra, enfim, todas as coisas em oposições temporais.

Embora este assunto apresente diversos conceitos em diferentes épocas, espaços e paradigmas, as expressões como cultos, tradições, legados, valores, hábitos, memórias, histórias, identificações e outros que se submetem às heranças estão presentes em seus inúmeros conceitos, com o objetivo de salvaguarda cultural.

3.2 Patrimônio cultural material

Patrimônio cultural material são elementos que estão presentes em um espaço e simbolizam a identidade de um grupo. São objetos de “pedra e cal” que se podem ver, tocar e sentir. Dessa forma,

O patrimônio material é formado por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis - núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais - e móveis - coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (IPHAN, 2020).

O legado cultural material está estruturado ao físico, são bens imóveis, da mesma maneira que as cidades históricas, os sítios arqueológicos e paisagísticos, os móveis, os documentos, as fotografias e as coleções museológicas. Importante ressaltar que esses existem por uma consequência de hábitos e valores históricos dos sujeitos. Silva (2000, p. 2) assinala que:

No entanto, nem todos os vestígios do passado podem ser considerados patrimônio. O patrimônio não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população

deseja legar ao futuro. Ou seja, existe uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o patrimônio cultural a gerações futuras. E existe também uma noção de posse por parte de um determinado grupo relativamente ao legado que é coletivamente herdado.

De fato, o patrimônio eleito por um grupo é a expressão histórica da população local, e a escolha do guardar para as futuras gerações é deixar para a memória de um local evidentes sinais de pertencimentos, de identidade e cidadania. “Não há expressão possível do patrimônio cultural dissociado das pessoas que o ergueram e daqueles que lhe constituíram o destino” (PIRES, 1994, p. 2). A chave dessa premissa está em manter o vínculo constante entre pessoas moradoras do local com os órgãos que cuidam, sinalizam e preservam esse existir, para que não caiam no esquecimento ou na depreciação. Schneider (2006, p.5) enfatiza que a história local é o resultado da ação do homem em seu meio, o que gera o patrimônio.

Neste contexto, resgatar a cultura local, seus valores, tradições e legados como elementos de destaque no município, conhecendo e respeitando as demais etnias que colaboraram na construção da nossa História e assim, desenvolver estratégias que visam, desde a escola a população em geral, a se sentir motivada a refletir e participar deste processo.

Tal resgate pode ser levado em conta via reflexão sobre o pertencer a uma comunidade, sentir-se incluso e construtor de uma história arraigada de legado, valores e tradições e que vêm a somar, não só na extensão da história vivida cotidianamente, mas na perpetuação histórica cultural.

Murta (2002) menciona que o pertencimento local ocorre por nascimento ou por migrações. Mesmo que estas pessoas se mudem para outros espaços, levarão consigo modos de viver, modelos arquitetônicos que se transformarão em patrimônios culturais.

Para elucidar o contexto, Marques (2007) destaca que a arquitetura de alguns edifícios que compõem a cultura material da cidade de Campo Grande - MS, tais qual o Museu José Antônio Pereira, é uma edificação de inspiração colonial, legado dos colonizadores (foto 1), e a Igreja Franciscana é uma edificação voltada ao ecletismo³, com inspiração nas missões⁴ (foto 2).

³ Ecletismo é uma doutrina ou tendência que recolhe e seleciona elementos de outras teorias que parecem apropriados. A essência do ecletismo está na liberdade de escolher e conciliar diversos estilos. O termo eclético é aplicado, sobretudo, aos representantes da filosofia helenística, aos neoplatônicos e filósofos renascentistas que procuraram conciliar o pensamento de diversos autores clássicos (SIGNIFICADOS, 2019).

⁴ As missões eram povoados indígenas, criados e administrados por padres jesuítas no Brasil Colônia, nos séculos 16 e 18. O principal objetivo era catequizar os índios. A catequização, no entanto, tinha efeitos colaterais que não interessavam aos conquistadores portugueses. Para que adotasse a fé cristã, a população indígena tinha de ser instruída e ganhava conhecimentos de leitura e escrita. Além disso, os índios reunidos

nesses aldeamentos não eram escravizados, como geralmente ocorria em outros lugares. Eles viviam do cultivo da terra e se valiam de técnicas agrícolas ensinadas pelos religiosos. Com o tempo, muitas missões prosperaram e acabaram virando uma ameaça à centralização de poder pretendida pela Coroa. Resultado: em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil, acusados de controlar um “Estado dentro do Estado” e de insuflar os guaranis contra o domínio português (LIMA, TREVISAN, 2011).

Foto 1 - Museu José Antônio Pereira

Fonte: www.campogrande.ms.gov.br/2019.

Foto 2 - Igreja de São Francisco

Fonte: www.google.com/2019.

Marques (2007) assinala, ainda, a construção do Edifício José Abraão, em 1939, como art déco⁵(foto 3), e a Morada dos Baís uma arquitetura eclética com inspiração neoclássica⁶ (foto 4).

Foto 3 - Edifício José Abrão

Fonte: www.google.com/2019.

Foto 4 - Morada dos Baís

Fonte: www.google.com/2011.

Estas construções que adentraram o território brasileiro, ficando sua marca progênita greco-romana com suas extensões nacionais europeias e sua afirmação artística, exibem a exuberância da arte neoclássica e *art déco* e o ecletismo e demonstram a sua interculturalidade.

O patrimônio cultural e material tal qual o imaterial é resultado, ao longo do tempo, de critérios que perpassaram por categorias que se alargaram, e é assim que seus conceitos contemporâneos postos configuram-se na essência atual. Tais conceitos, mesmo que possam parecer velhos, a cada olhar sua roupagem muda e se estende.

⁵ Art Déco é um estilo artístico de caráter decorativo que surgiu na Europa, na década de 1920 e atingiu os Estados Unidos e outros países do mundo, na década de 1930. Este estilo esteve presente na arquitetura, *design* industrial, mobiliário, moda e decoração (SUA PESQUISA, 2019).

⁶ Arquitetura neoclássica é um estilo arquitetônico que foi predominante no final do século XVIII. Ele resgatou características da arquitetura greco-romana: as colunas, frontões, arcos romanos e balaústres (VIVA DECORA, 2019).

3.3 Patrimônio cultural imaterial

Patrimônio cultural imaterial são elementos estão presentes em um espaço, simbolizam a identidade de um grupo e estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser e viver dos sujeitos. No aporte de Viana (2019, p. 132):

Patrimônio Imaterial é um conceito adotado em muitos países e fóruns internacionais como complementar ao conceito de *patrimônio material* na formulação e condução de políticas de proteção e salvaguarda dos patrimônios culturais, sob a perspectiva antropológica e relativista de cultura. Usa-se, também, *patrimônio intangível* como termo sinônimo para designar as referências simbólicas dos processos e dinâmicas socioculturais de invenção, transmissão e prática contínua de tradições fundamentais para as identidades de grupos, segmentos sociais, comunidades, povos e nações.

O patrimônio cultural imaterial, significado também de intangibilidade, termo adotado por inúmeros países para representar o jeito de fazer, associa-se à integração de hábitos que são repassados para gerações, quase sempre de maneira informal e oral. A sensibilidade para o recebimento e o repasse deste patrimônio é fundamental para a sua continuidade histórica cultural.

Funari e Pelegrini (2017) consideram que o conceito de patrimônio imaterial passa por recriações decorrentes das mudanças de convivências entre as comunidades e os grupos, porém, apesar de ser um conceito emulativo, necessita de cultivo para enraizamento e, assim, desenvolver o sentimento de pertença.

O conceito de patrimônio imaterial, no Brasil, foi redigido na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em Paris, no período de 29 de setembro a 17 de outubro de 2003, como:

[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (CABRAL, 2018, p. 5).

A concepção adotada pela Unesco (2003), transcrita por Cabral em sua discussão sobre o assunto, fortalece o compromisso feito pelo Brasil, em 2000, de que as formas e representações culturais são resultados de o saber fazer que se desenvolve nas comunidades.

Vale ressaltar que a recriação do patrimônio imaterial ocorre com maior mobilidade cultural quando comparado ao material.

Vianna (2004) parte do princípio de que, para além da cultura imaterial, o patrimônio cultural compreende processos e significados das criações humanas, já Telles (2007, p. 43) acrescenta que “a dimensão imaterial do patrimônio possui características diferenciadas de sua versão material”, ou seja, perfis antagônicos, principalmente de natureza jurídica, por diferir no campo de análise e julgamento.

Cabral (2018) salienta, ainda, que o debate que ocorreu no encontro da Unesco promoveu o respeito à diversidade cultural e reafirmou o conhecimento e a aplicabilidade do Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000, que cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial Brasileiro, instituindo-o como forma de preservar o registro e entrelaçando-o com questões culturais, sociais, políticas e econômicas do Brasil. Neste contexto, as três últimas dimensões interagem com os fatores culturais, por abarcarem pessoas, órgãos governamentais e os setores turísticos, sabendo-se que tais práticas patrimoniais são apropriadas pela sociedade, como consumo com valores simbólicos, que transcende a mercadoria. A admissão de tal conceito permeia o patrimônio cultural imaterial em sua perspectiva turística (VELOSO, 2009).

Sandroni (2010) esclarece que o referido decreto, assinado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, criou um instrumento jurídico, que é o ato de registro para salvaguardar o que é considerado patrimônio cultural imaterial. Por mais que, neste decreto, não esteja explícita sua definição, contempla os meios pelos quais é realizado e pontua em dois tipos, os distribuídos em livros: das formas de expressão, saberes, celebrações e dos lugares, o critério que permite o território nacional brasileiro preservar sua memória e identidade.

Sobre a cultura imaterial presente em Campo Grande - MS, Ferreira, Castilho e Oliveira (2019) destacam, em suas pesquisas, que é caracterizada por pessoas que se estabeleceram no local: indígenas, espanhóis, portugueses, italianos, sírio-libaneses, paraguaios, bolivianos, dentre outros. O jeito de ser e de fazer desses povos são marcantes no cotidiano da cidade, como o artesanato, a música, a dança, a gastronomia dos habitantes. Reforça Veloso (2009) que tais valores simbólicos são referências culturais advindas de um universo exógeno, embora algumas tenham sido moldadas às necessidades locais e compartilhadas.

Nesse diapasão, Castro e Fonseca (2008) pontuam que o patrimônio imaterial é produto de concepções, de democratização cultural e de programas educacionais que podem

subsidiar a sociedade em suas diferentes camadas e grupos a conhecer e valorizar esse tipo de cultura, conforme se revela nas fotos 5, 6, 7 e 8.

Foto 5 - Viola de cocho



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/2020>.

Foto 6 - Roda de capoeira



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/2020>.

Foto 7 - Tereré



Fonte: www.fundacaodecultura.ms.gov.br/2020.

Foto 8 - Sobá



Fonte: www.campograndenews.com.br/2020

A viola de cocho (foto 5) é um instrumento elaborado artesanalmente, com matérias-primas da Região Centro-Oeste do Brasil. Fabricada pelos mestres da dança do siriri e por cururueiros, que fabricam tanto para uso próprio quanto para atender ao mercado. Foi registrada no Livro dos Saberes pelo IPHAN, em 2005.

Quanto à roda de capoeira (foto 6), teve sua origem no território brasileiro, no século XVII, durante o período escravista. Seus significados vão desde a sociabilidade, solidariedade até para funcionar de proteção contra a violência que os negros escravizados sofriam durante a escravidão. Considerada um dos grandes símbolos de identidade, não só no território nacional, mas praticada também em outros países com influência africana. Inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão, em 2008, pelo IPHAN, com representatividade por essa consideração, no estado de Mato Grosso do Sul.

O tereré (foto 7), bebida herdada dos nossos vizinhos paraguaios, fusão de erva-mate com água e gelo, para sua preservação e fortalecimento da identidade local, está registrada no Livro dos Saberes do ano de 2011, em instância estadual e, em março de 2019, declarada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como sendo de Patrimônio Imaterial da Humanidade.

Outro exemplo significativo de herança cultural imaterial é o sobá (foto 8). Prato gastronômico originário da ilha de Okinawa (Japão). Marques (2009) diz que o sobá campo-grandense não é encontrado dentre os demais núcleos de imigrantes japoneses do país; é uma especificidade da cultura local. Assinala Calado (2012) que o seu registro no Livro de Saberes, que o institui patrimônio imaterial de Campo Grande – MS, ocorreu com o Decreto n. 9.685, de 18 de julho de 2006.

Patrimônio imaterial é um legado de cheiros, cores, sons, formas, mitos, lendas e folclore. Nasce de hábitos, lutas por subsistências, modos de vida e criação do belo enquanto produções artísticas. Cada cultura tem as simbologias que as definem e se entrelaçam com outras e, assim, surgem novos paradigmas culturais imateriais com suas raízes seguras na mesma célula mãe. De todos os ângulos e processos culturais até agora já postos, este é o mais movediço, pois sua memória é audaz em sua perpetuação.

3.4 Memória

A memória serve para afirmar o pertencimento de si mesmo (reafirmação da identidade) e o pertencer ao local. Pollak (1989) refere-se ao passado/memória não só por conceito de lugar, coesão de grupo e de instituições que compõem uma sociedade. “A priori, a memória parece ser um fenômeno individual”. POLLAK (1992, p. 201) classifica, em primeiro lugar, pelos acontecimentos vividos pessoalmente, ligados mais precisamente à memória individual e, em segundo lugar, os acontecimentos que o autor chama de vividos por tabela, ou seja, aqueles dos quais o indivíduo não participou, mas que está no seu imaginário, tão grande é a relevância do acontecimento que se torna impossível saber se faz parte de sua história ou não.

Os acontecimentos vividos por tabela, na visão de Pollak (1989, 1992), são os que não se situam no espaço-tempo de uma pessoa ou grupo. É denominado de memória herdada por circunstância de socialização político-histórica, projeção e identificação com o passado, memória quase herdada.

A memória, quando registrada, nasce de operações não naturais, tais qual criação de arquivos, comemorações de aniversários, celebrações etc. Sem essa vigilância, a história deixaria de existir. Nora *et al.* (1993) considera que não há memória espontânea, pois cabe uma seleção não natural realizada por sentimento e julgamento humano, do que se oculta e o que se perpetua para a história.

A memória no campo da psicologia ressalta que as pessoas idosas fazem uma mediação informal da cultura, mas que a geração atual e os mediadores formais são instituições, tais quais escolas, igrejas, partidos políticos e outras. Ambas intermediárias com o intuito de transmitir valores, conteúdos e atitudes (BOSI, 2003).

Le Goff (2003) relata que a oposição passado e presente, ou seja, o velho e o novo, é primordial na consciência do tempo. O mesmo autor cita Piaget (1968)⁷, que argumenta: compreender o tempo significa libertar-se do presente; mas Le Goff (2003) volta a destacar que o tempo da história não é o tempo do psicólogo e nem do linguista, mas que o tempo da memória pertence à seara da história enquanto ciência.

Visto que a memória humana se ocupa do tempo, cabe-lhe ressaltar seu imenso desenvolvimento na contemporaneidade. Oliveira (2010) faz menção à memória eletrônica, a qual não passa de uma auxiliar daquela, cuja ampliação arquiva pesquisas históricas de instrumentos orais, individuais e coletivos. Com recursos audiovisuais, de filmagens e computadorizados, armazenam dados e histórias para as futuras gerações, com infinitas repercussões, já que informações são passadas em redes no mundo globalizado.

A globalidade significou uma mudança qualitativa do planeta, não só porque o transformou em um único sistema, o sistema-mundo, mas também porque as interações em rede ocuparam todo o espaço possível existente, transformando-o em um organismo independente e auto-organizador. Isso só foi possível, com o surgimento de uma estrutura de organização e movimento, muito complexa, constituída por vários campos de interação em rede, que se integram, se colidem ou se superpõem, atingindo várias dimensões da realidade, com unidades ordenadas em várias escalas, desde a local até a global (LE BOURLEGAT, 2004, p. 93).

O sistema-mundo contemporâneo reconhece que, quase na sua amplitude, situações que variam de lugares e pessoas, mesmo em se tratando de universo e, embora não se pode generalizar, pois os espaços/pessoas têm suas peculiaridades, as invasões tecnológicas estão a galope em todos os setores e estão imperando, principalmente nos setores de comunicação e

⁷ Jean William Fritz Piaget (Neuchâtel, 9 de agosto de 1896 - Genebra, 16 de setembro de 1980) foi um biólogo, psicólogo e epistemólogo suíço, considerado um dos mais importantes pensadores do século XX. Defendeu uma abordagem interdisciplinar para a investigação epistemológica e fundou a Epistemologia Genética, teoria do conhecimento com base no estudo da gênese psicológica do pensamento humano (WIKIPEDIA, 2019).

mídia. É fato que se toma conhecimento do que acontece, a menos de segundos, do outro do lado do mundo, e isso possibilita viver em cadeias interativas de redes. Atualmente, os depoimentos orais, coletivos e individuais históricos são apresentados em conexões, como se nada estivesse ilhado; são memórias que se instalam globalmente, cujos registros são compartilhados.

As memórias registradas por depoimentos orais apresentam tópicos em relação ao tempo, espaço, experiências vividas individualmente ou na coletividade que dialogam entre si, com as lembranças, muitas de maneira velada, inconscientemente, protegendo-se de emoções dolorosas ou não (DELGADO, 2017). Desse modo, esta tese vem com o intuito de preservar a história da Rua 14 de Julho de Campo Grande - MS, a qual carrega memórias da ação de seus habitantes.

A memória coletiva existe por vivência também individual, que se interage em um mesmo espaço. Catroga (2016, p. 4) assinala que: “[...] a memória coletiva emerge substantivada como memória histórica e, sobretudo, como memória nacional”. Portanto pode-se pontuar que a memória, história e patrimônio coletivo são vividos, contemplados e respeitados com pontuações também individuais.

Na visão de Delgado (2017), ao se processar a memória, verificam-se as dimensões de tempo individual e coletivo, e estas não existem apenas para representar ideias e valores do sujeito contemporâneo, mas para construir e formar pessoas com legados que possam afirmar-lhe a identidade.

3.5 Espaço

Espaço é uma terminologia que vem do latim *spatium*, usado desde os primórdios, para se referir à localidade da atuação humana. Na especificidade histórica, passou por transformações devidas: via, caminhos percorridos pela humanidade. As contextualizações, reflexões e compreensões de espaços estão configuradas, também, ao tempo e periodização histórica (quadro 7).

Quadro 7 - A evolução do espaço humano visão europeia

<p>Pré-História Das origens da humanidade à invenção da escrita. 1+ 4000 a.C</p>	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;"> <p>Foto 1 – Paleolítico</p>  <p>Fonte: portalprehistoria.com/2020</p> </div> <div style="text-align: center;"> <p>Foto 2 – Neolítico</p>  <p>Fonte: portalprehistoria.com/2020</p> </div> </div>
<p>Idade Antiga Da escrita até 476 d.C</p>	<p style="text-align: center;">Foto 3 – Antiguidade</p>  <p style="text-align: center;">Fonte: guiadoestudante.abril.com.br/2020.</p>
<p>Idade Média Entre o ano de 476 d.C. até 1453.</p>	<p style="text-align: center;">Foto 4 - Idade Média</p>  <p style="text-align: center;">Fonte: garanhunshistoria.blogspot.com/2016/06/a-idade-media/2020.</p>
<p>Idade Moderna De 1453 até 1789.</p>	<p style="text-align: center;">Foto 5 - Idade Moderna</p> 

Idade
Contemporânea
Compreende de
1789 até os dias
atuais.

Foto 6 - Idade Contemporânea



Fonte: www.google.com/2020.

Fonte: www.google.com/2020. Adaptação própria da autoria/2020

Periodização, história e tempo, tríade que acompanha as questões referentes aos espaços físicos. Em cada época vivida, as configurações são diversificadas e apresentam características específicas do momento vivido. O quadro 7 mostra que os caminhos percorridos pela humanidade obtiveram cenários espaciais, de acordo com o momento vivido. Na Pré-História, identificam-se dois aspectos: o nomadismo e o sedentarismo; na Idade Antiga, as primeiras civilizações, nas quais a caracterização espacial preponderante está nas grandes e exuberantes construções; na Idade Média o destaque é para o trabalho campesino (feudos); a Idade Moderna marca as grandes navegações; a Idade Contemporânea destaca-se por ter um terreno pulverizado de revoluções.

Santos (2002, p. 46) preconiza que “o conteúdo técnico do espaço é, em si mesmo, obrigatoriamente, um conteúdo em tempo - tempo das coisas”. Cada momento vivido deixa a marca de seu tempo, mesmo com o advento de outros acontecimentos, com expressões de vidas que só podem ser construídas em espaços.

A progressão dos acontecimentos no espaço é mencionada por Santos (1985), ao destacar que, na história, todas as variáveis estão sujeitas a evoluções e revoluções. Isto é, pela ótica das migrações, têm-se as revoluções demográficas com significados diferentes, uma vez que as formas de migrações variam no tempo do espaço que as acolhem.

Em se tratando de variáveis históricas, em um espaço, percebem-se as consequências dessa realidade que deixam símbolos desses personagens históricos, os quais se instalam nos espaços ou passam por eles. Corrêa (1989) prescreve que o conjunto de símbolos dentro de um espaço representa a sociedade em suas dimensões.

3.5.1 As cidades: espaços de reconstrução cultural

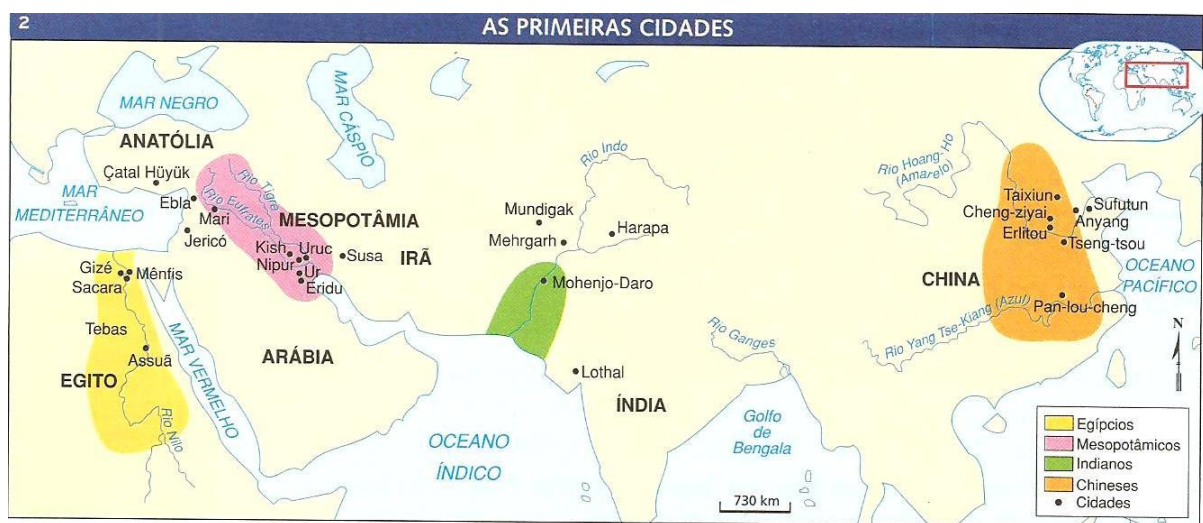
As cidades, que se formam a partir da ação humana, constituem-se em espaços que são palcos de afirmações de identidades, com políticas amparadas por leis que acomodam os direitos e deveres de seus habitantes, entretanto suas normas estabelecidas estão vinculadas, mesmo que de forma discreta, à história que a perpassa.

Quanto à ação humana nos espaços, Pinski (2005) elege o homem o mais poderoso dos animais. Prolonga-se, ao afirmar que “Os animais herdaram, individualmente, suas capacidades; cada rato nasce sabendo roer, cada lhama nasce com seu casaco natural, cada peixe nasce sabendo procurar seu alimento”. Já o humano desenvolve capacidades de sobrevivência e construção históricas com o exemplo dos ancestrais. Ou seja, pela aprendizagem.

A cidade, para Westphal (2000), com base no conceito de Duhl (1963), é entendida como:

[...] uma estrutura geográfica na qual se vive e se trabalha. Pode também ser vista como uma entidade administrativa, ou como uma estrutura social e comunitária. Nela diferentes sistemas interagem, buscando o equilíbrio urbano em meio a conflitos de poder e de relações.

Sob essa ótica, podemos afirmar que na cidade, o cotidiano está integrado com o trabalho, à administração pública e à vida social. É impossível ver uma cidade de forma fragmentada, pois seus componentes estão associados de forma que um subsidia o outro. Para exemplificar, temos saúde, educação e segurança, uma tríade que é apoio para todas as outras áreas. Le Goff (1998, p. 29) ressalta que [...] “as funções essenciais de uma cidade são a troca, a informação, a vida cultural e o poder”. Assim se ergueram as primeiras cidades (mapa 1).

Mapa 1 - As primeiras cidades

Fonte: *A aurora da humanidade*. Rio de Janeiro: Time-Life/Abril Livros, 1993. p. 22-23. (Coleção História em Revista).

Fonte: ligadosnahistoria.blogspot.com/2010/04/assunto-novo-o-surgimento-das-cidades.html/2021.

O mapa 1 mostra que as primeiras cidades se desenvolveram às margens dos grandes rios Nilo, Tigre, Eufrates, Indo e Yang-Tsé-Kiang. Elas se ergueram com os canais de irrigações, e hoje, pela antiguidade, suntuosidade e simbologias, são pontos turísticos. Assim, a título de exemplo, para visita turística, temos as Pirâmides do Egito, os Jardins Suspensos da Babilônia (Mesopotâmia), o Mausoléu de Taj Mahal, em Agra, na Índia, a Grande Muralha da China, dentre outros. Neste sentido, Hayllar (2011) manifesta que as áreas turísticas de uma cidade estão estabelecidas em espaços que também são não só visitados por pessoas exógenas, mas, também, frequentadas por habitantes do local; portanto locais compartilhados para fins comuns.

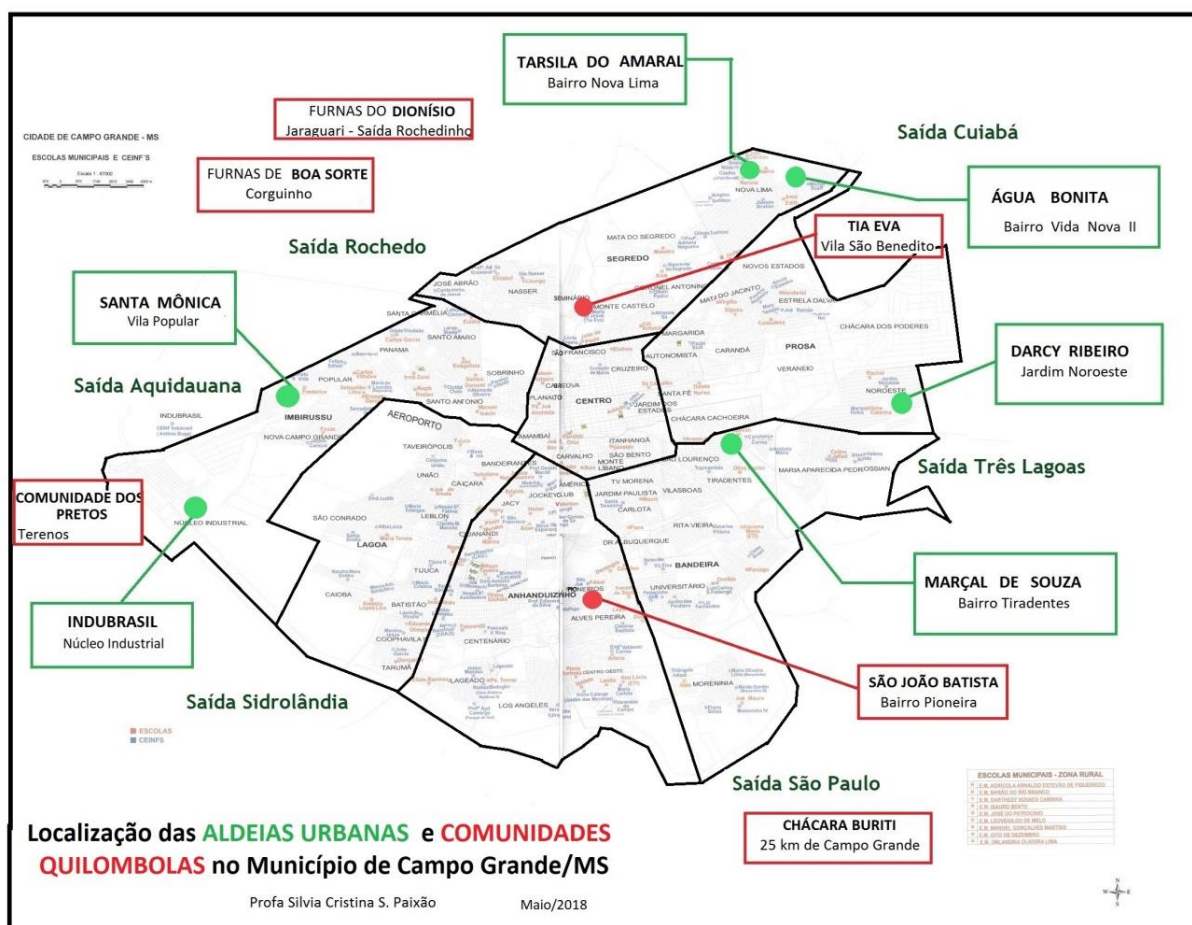
Dessa forma, no sentido de nascer e formar uma cidade, Campo Grande - MS nasce em 1899, em um solo disposto por dois córregos: Prosa e Segredo, fundamentais para a formação desta metrópole que é hoje, tal quais as cidades antigas. Isso possibilita o objeto desta pesquisa, voltada para A Educação do Patrimônio Cultural na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande - MS: Rua 14 de Julho. Em se tratando da dimensão do espaço *versus* sociedade, percebe-se que as dimensões sociais materializam as formas sociais de um espaço.

A grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais há acumulação de capital e a reprodução social tem importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana (CORRÊA, 1989, p. 1)

As demandas sociais em um espaço sempre foram responsáveis pela forma de distribuição espacial, durante os períodos da história, ocasião em que há uma produção por subsistência, e a ordem espacial era uma sociedade dividida em estamentos, ocupando praticamente o mesmo espaço. Quando ocorre a acumulação de capital e transações comerciais visando ao lucro, ou seja, a impetração do sistema capitalista, verificam-se acentuadas divisões sociais formando uma ordem espacial de nichos populacionais. A cidade de Campo Grande - MS torna elucidativa a ordem espacial urbana *versus* reprodução social (mapa 1).

O mapa 2 a seguir explica a alienação em Campo Grande - MS, com os povos indígenas em suas aldeias urbanas, às margens dos limites da cidade, e as comunidades quilombolas, algumas na periferia e outras nos municípios limítrofes, compondo, dessa maneira, o entorno do Município, como em Jaraguari, saída para Rochedinho; Corguinho; Terenos e Chácara Buriti, há 25 km de Campo Grande.

Mapa 2 - Cidade de Campo Grande - MS - Aldeia urbana e comunidades quilombolas.



Fonte: Silvia Cristina S. Paixão/2018.

Os espaços de uma cidade são divididos entre o público e o privado, com hábitos capitalistas e se subdividem em dominantes e dominados e a população em vulnerabilidade, tal qual é a situação da cidade de Campo Grande - MS, como mostra o mapa, com as aldeias urbanas e comunidades quilombolas, que ocupam as margens geográficas limítrofes, afastadas do centro da cidade. No mapa, identifica-se a disposição da população indígena e negra na cidade e em seu entorno; as aldeias urbanas: Tarsila do Amaral, Santa Mônica, Indubrasil, Marçal de Souza, Darcy Ribeiro e Água Bonita; comunidades quilombolas: Furnas do Dionísio, Furnas de Boa Sorte, Comunidades dos Pretos, Chácara Buriti, São João Batista e Tia Eva.

Desta forma, verifica-se que a estratificação social e, conseqüentemente, econômica, está posta também nas divisões espaciais. A presença destes espaços no centro da cidade torna-se, por vezes, emblemática e pontual, por ocasiões de chamadas comemorativas ou apenas por exposições turísticas.

Com base nas questões que permeiam os espaços, localidade de atuação humana, tempo, periodização histórica e mutações geográficas, não se pode deixar esses atributos ignorados em uma pesquisa científica que envolve os problemas e que devem assumir compromisso de lançar as discussões que abrirão conceitos que poderão contribuir com o diálogo científico. Estas estratificações espaciais contemporâneas assumem caráter mundial, uma vez que as sociedades atuais estão imersas em redes.

3.6 Lugar

Com o objetivo de estender as discussões sobre espaço, abordam-se as peculiaridades do lugar que fazem parte do espaço, com suas pontualidades e, assim, sua totalidade, porém com visões de estudiosos que trazem à luz reflexões que contribuem com conceitos a respeito do assunto e promovem o surgimento de outros para a contribuição do universo científico.

O conceito de lugar é antigo, pois remete à criação da pólis (cidade-estado da Grécia antiga), época de Aristóteles. Buttimer (1985, p. 228) refere-se a “lugar” como “qualificado pela experiência humana, que lhe confere significados particulares; é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas”. Dimensões que fazem parte do lugar e seu uso delimita o espaço.

Sodré (2005) questiona o conceito de lugar e menciona como sendo um espaço ocupado que passa a ser um lugar de ação humana. Seu discurso é inovador quando coloca questões que ampliam o conceito trazendo para esse “lugar de ação humana” a lógica das

articulações do lugar, não mais de forma topográfica, mas, sim, topológica com pontos, forças e campo de fluxos que disseminam as diferenças e guiam as identificações.

Carlos *et al.* (1996) discute a natureza social da identidade, que consubstancia com a apropriação do espaço a ação transformadora da prática social, a construção histórica, a transformação da natureza, devido à interferência humana e à acumulação cultural que acontece em um espaço e tempo. Todas essas percepções tornam-se evidentes os sentimentos de pertencimento ao lugar.

No entanto, essa relação de afetividade que os indivíduos desenvolvem com o lugar só ocorre em virtude de estes só se voltarem para ele munidos de interesses pré-determinados, ou melhor, dotados de uma intencionalidade (LEITE, 1998, p. 2).

Anteriores ao sentimento de pertencimento ao lugar estão os interesses que levam os indivíduos às escolhas, os quais têm suas intencionalidades, quando se dirigem para um determinado local, interagindo com as características físicas, geográficas, econômicas, sociais, culturais, ideológicas e históricas.

Nessa busca por subsistência, Tuan (1965) enfatiza que as relações no mundo são estruturadas entre o eu e o outro, e em cujas redes encontram-se as coisas, os outros e a nós mesmos. Por este viés de pensamento, assinala-se que estes encontros contribuem para o movimento espacial da população e seu assentamento.

Tuan (2013) traz a reflexão de que lugares e objetos definem o espaço, são núcleos de valor e exemplifica com a figura geométrica do triângulo, que, para reconhecê-lo, é preciso identificar seus ângulos, isto é, lugares. Assim funciona o reconhecimento de um bairro, precisa-se da identificação de seus locais significativos, tais quais as esquinas, as características arquitetônicas e outras peculiaridades.

Os locais significativos de um bairro estão em nas ruas, e Carlos *et al.* (1996) argumentam que, se a rua é lugar de manifestação da diferença, ela é a expressão da normatização do cotidiano, uma vez que sustenta os lugares, delimita os espaços, dá a identidade aos habitantes e desenvolve o sentimento de pertencimento local.

Outro fator apresentado por Carlos *et al.* (1996) é que, nestes espaços metropolitanos, o cotidiano forma-se com novos e velhos usos do espaço, e exemplifica assinalando as características marcantes dos bairros italianos antigos da cidade de São Paulo - Brasil. Nesse contexto, para elucidar melhor o assunto, optou-se por mostrar aspectos da Rua

14 de Julho de Campo Grande - MS (fotos: 9, 10, 11 e 12), parte central da cidade (espaço de pesquisa da presente tese) com novos e velhos usos.

Foto 9 - Rua 14 de Julho - Campo Grande - MS, de 1933 a 1997



Fonte: www.google.com.br/2020

Foto 10 - Rua 14 de Julho Campo Grande - MS, 2020



Fonte: www.google.com.br/2020

Foto 11 - Rua 14 de Julho Campo Grande - MS, 2019



Fonte: www.google.com.br/2020

Foto 12 - Rua 14 de Julho Campo Grande - MS, 2020



Fonte: www.google.com.br/2020

As fotos 9 a 12 mostram velhos lugares e novos usos, pois, no aporte de Carlos *et al.* (1996), a cultura é mobilidade e a arquitetura reveste-se nesta adequação. Tanto na foto 11 quanto na 12, tem-se o mesmo espaço, porém em tempos e personagens diferentes. O mesmo se processa nas fotos 11 e 12, em que o cenário e o enredo histórico estão de acordo com as exigências do momento, mas sem a pretensão de exclusão do velho.

Cunha (2008) reforça as discussões sobre o item em questão e atribui às transformações do espaço em lugar à ação humana. Assim, um espaço quando ocupado torna-se lugar. Cunha (2008, p. 3) afirma que: “minha gaveta pessoal de pertences é um espaço; porém, quando coloco minhas coisas e reconheço a propriedade dessa organização, defino um lugar”.

No lugar está o conhecimento local, que é conectado em redes, isso no sentido da globalização atual. Porém estudos impõem teorias que, com a globalização, o lugar

desapareceu. Outros, porém, acusam sua permanência, baseando-se na teoria pós-desenvolvimento, sobretudo capitalista. Escobar (2005) aponta que, nestes estudos, ficam em oposição lugar/espço e o não capitalismo/capitalismo como utopia de uma sociedade. Portanto o lugar está conectado ao espaço e este sofre as influências locais e não locais, por meio do processo em redes de comunicações sociais mundiais. No espaço está o íntimo do humano, a criação, os hábitos e os símbolos que ultrapassam fronteiras e se interagem, fazendo do lugar um espaço único.

3.7 Território/territorialidade

O local de atuação humana é permeado e perpassado por temporalidade, periodização histórica e mutações geográficas. Todas essas questões se desenvolvem em um espaço/lugar. Ambos formam o território e, assim, sua territorialidade. Escobar (1992 *apud* MACHADO, 1997) apresenta a terminologia de território derivado da língua latina - *terra* -, que corresponde ao termo *território*. Ou seja, terra do sufixo *torium*, que designa o lugar, qualquer lugar que tenha espaço, superfície, formas e limites.

No que concerne ao espaço, Raffestin (2005, p. 38) posiciona-se da seguinte forma, ao afirmar que “o espaço e território não são termos equivalentes nem sinônimos”. Posto isso, para o nascimento de um território, com limites, regras, quer sejam disciplinares ou por hábitos culturais, precisa-se, antes, de um espaço com os respectivos lugares.

Machado (1997) debate a territorialidade como sendo movimento praticado por agentes sociais e históricos, e estende a reflexão para a vida privada e coletiva. No privado, depara-se com o lugar, a casa, o escritório e seus compartimentos; no coletivo com o externo, ou seja, a rua, o bairro, a cidade, a região, o estado, o país e o mundo. Na realidade, no século XXI, com o mundo conectado em redes, os comportamentos humanos absorvem posturas exógenas que são influenciáveis. “A globalidade significa contextos territoriais diferentes entre si, mas interagidos, em reciprocidade” (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005, p. 15). Já a territorialidade é mais cultural do que física, pois, em um mesmo território, podem ocorrer múltiplas territorialidades.

Segundo as análises de Gottman (2012), território são materiais ordenados no espaço geográfico, relacionados às leis da natureza, e ressalta que é ilusório pensar em território como sendo presente divino ou fenômeno. Ele ainda defende a delimitação do território em processo político usado pelo homem por razões específicas. Tal conceito surgiu na Europa, no

século XIV, para proteger as cidades, os feudos ou os reinos e, conceitualmente, foi transformando-se ao longo dos séculos.

Ainda acompanhando as ideias propostas por Gottman (2012), do século XV ao século XX, a representação territorial passa a ser vista gradualmente por soberania nacional territorial, espaço de poder e autonomia endógena, que funcionava de proteção das investidas externas, e a causa dessa delimitação eram os poderes imperiais, de início impostos por submissão colonial. Essas situações foram impostas com maior evidencia pós século XV, quando surgiram as explorações marítimas em busca de novas terras com feições geográficas que vieram a enriquecer o território do colonizador.

Bordo (2012) pontua sua explanação sobre território com base em autores renomados, conforme se observa no quadro 8.

Quadro 8 - As diferentes abordagens do conceito de território

Autores	Abordagens:
Caio Prado Júnior (1987)	Econômica.
Claude Raffestin (1993)	Poder e trabalho humano.
Manuel Correia de Andrade (1995)	Político estatal e poder econômico (grandes empresas).
Rogério Haesbaert (1997) (2004) (2002)	Jurídico-político, econômica, cultural, poder estatal, identidade social e relação capital-trabalho.
Milton Santos (2002) (2003) (1996) (1985)	Histórica com seus aspectos sociais, econômicos e culturais e o trabalho.
Marcelo Lopes de Souza (2001)	Múltiplos territórios culturais dentro do território: prostitutas, homossexuais, gangues, mendigos, narcotráfico etc. Existência destes temporários ou permanentes.
Marcos Aurélio Saquet (2004)	Política, econômica, cultural, relações de poder centrada em um grupo social e natureza.

Fonte: Elaboração da própria autoria/2020 in Bordo, 2012

Bordo (2012), em seu ensaio, “As diferentes Abordagens sobre Território”, ocupa-se destes autores e respectivas obras citadas no quadro 8, para que se possam conhecer e comparar as diversas formas de mencionar conceitos sobre território. No entanto estes autores sinalizam fortes aspectos comuns, tais qual poder, política administrativa, econômica, social e cultural, ao passo que alguns outros intelectuais, a saber, Raffestin acrescenta o trabalho humano; Haesbaert identifica a identidade social e a relação capital-trabalho; Souza destaca os múltiplos territórios no território; Santos, a história do território. Esses autores aderem às contextualizações mais abrangentes, pelo menos no ensaio em questão. Desta forma, pode-se

afirmar, também, que o território é tudo que se dirige ao espaço, tempo e lugar, em pretensão de esvaziar as diversas abordagens existentes sobre o conceito de território.

Quanto à referência de fronteira que informa a delimitação de território/territorialidade, Bourdieu (2010) coloca por ato jurídico que faz a vontade de poderes e, assim, pode desfazer a construção real da história, com a pretensão de uma nova territorialidade. O que está à nossa frente (*front*) são decisões de instâncias jurídico-administrativas que atuam de proteção, posse em exercício soberano. Todavia Bourdieu (2010) vai além com sua análise e contribui com esta pesquisa, quando Souza (2001 *apud* BORDO, 2012) mensura o território de prostitutas, homossexuais, gangues, mendigos, narcotráfico etc. Esses grupos estão presentes nas metrópoles e nas cidades, em busca de vida plena, singular aos olhos de outros grupos, aceitos formalmente no espaço e seus lugares funcionam de refúgio. Bourdieu (2010, p. 118) explica, ainda, que: “o mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto”.

Território versus territorialidade, questões antagônicas e parcialmente similares são perfis que se interagem; um não respira sem o outro, mas com conceitos disformes. A abordagem de território requer olhar para questões de espaço/lugar/tempo histórico, permutações e mudanças, quer sejam pela condição do ambiente natural/humano ou por situações políticas e, conseqüentemente, ideológicas.

Portanto são questões que estão postas nesta pesquisa, por ser a Rua 14 de Julho de Campo Grande - MS um território que não foge das performances de outros territórios e carrega, também, a tríade espaço/lugar/tempo histórico, com seus lugares que se definem em diferentes tempos históricos.

3.8 (Re) territorialidade

É no território que ocorre a territorialidade, pois nele as pessoas alimentam suas formas de vida, nas situações socioeconômicas que, na contemporaneidade, estão em transformações galopes, principalmente quanto às interações que a globalização proporciona e pede posturas interativas. Neste cenário, o processo migratório é o responsável maior pela (des) territorialidade e, conseqüentemente, a (re) territorialidade.

A busca por novos lugares para estabelecer residência representa luta por melhores condições de vida, quer seja por questões políticas, sociais, econômicas, culturais e religiosas. Quem chega, vê o solo escolhido como acolhimento para suas aspirações, e o local passa por

um processo de des-territorialidade e re-territorialidade, com inclusão e interações culturais econômicas. Os sintomas dos espaços/lugares receptivos para a ocorrência de mudanças de simbologias e paisagens, em sua grande maioria, são graduais.

As absorções das populações para as mudanças de paradigmas passam por questões históricas e temporais, conforme é mostrado no quadro 9, baseado no argumento de Little (1994).

Quadro 9 - Percepções históricas da migração

Grupos	Situações
Primeiros grupos nômades	Migrantes contínuos com ciclos de concentração e dispersão de acordo suas necessidades;
Segundo grupo/fenômenos da diáspora	Momento histórico, grupo com identidade única e com sentimento de pertencimento geográfico;
Terceiro grupo/vítimas de deslocamentos diretos e forçados.	Transportes de africanos negros no comércio transatlântico de escravizados nos séculos XVI a XI;
Quarto grupo/migração coletiva para livrar-se de pressões políticas Ex.: colonialismo e imperialismo.	Respostas às pressões externas, reagrupamento em outras localidades, em busca de supremacia;
Quinto grupo/migrações colonizadoras.	Construção de soberania nacional;
Sexto grupo/migrações laborais temporais	Trabalhos temporários em busca de sobrevivência ou levantamento de capital;
Sétimo grupo/migração sobreviventista. Ex.: pós-guerra.	Em razão de guerra, religião, etnia, orientação sexual, ideologia etc., a pessoa é obrigada a sair de sua terra natal e se mudar para outra, por ser alvo de perseguição.

Fonte: Little (1994). Adaptação da própria autoria/2020.

As percepções históricas sobre as migrações apontadas por Little (1994) afirmam que não só os espaços geográficos desejados são fatores determinadores das migrações; existem também as memórias física e cultural elaboradas pelos povos de origem local, os quais, em interações com a população que se instala no novo espaço, desterritorializa para reterritorializar. Os grupos apresentados no quadro 9 permitem ter uma visão histórico-global de tempos diferentes, dos principais aspectos que se fizeram e ainda fazem as finalidades de ir, vir e se estabelecerem no local eleito, enfrentando outras maneiras de convívio e provocando mudanças privadas e públicas.

Santos (1996) menciona que, para reterritorializar, precisa desterritorializar, pois a ordem global é externa ao espaço; o migrante traz consigo um legado de sua origem e, em interação com a ordem local, leva-se à reterritorialização.

Quanto ao processo de territorialização, Haesbaert (2004) pontua a continuação no processo com os aspectos de dominação ou apropriação. Tanto o território quanto a territorialidade apresentam manifestações de poder, que são incorporadas aos sujeitos envolvidos.

Para exemplificar e ampliar a discussão sobre o processo de desterritorialidade e territorialidade no contexto da pesquisa, tem-se o Relógio da Rua 14 de Julho de Campo Grande - MS, erguido em 1933, conforme afirma Oliveira Neto (2003). Local estratégico para as manifestações públicas da época (foto 13). Em 1970 (foto 14), o relógio foi demolido e reerguido na Avenida Calógeras. Um dos motivos alegados para a retirada foi favorecer o trânsito; um outro, ainda apontado pelo mesmo autor, é que o símbolo estava em desacordo com a ideologia estabelecida no País, pós 1964, uma vez que o local era ponto de encontros e favorecia a liberdade de expressão contra o Ato Institucional número 5 (AI-5), emitido pela ditadura militar.

Foto 13 - Relógio da Rua 14 de Julho de Campo Grande - MS, 1933



Fonte: Revista Arca/2020.

Foto 14 - Relógio da Rua 14 de Julho de Campo Grande - MS, em 1970



Fonte: www.google.com.br/2020

Foto 15 - Relógio da Rua 14 de Julho de Campo Grande - MS, em 2020



Fonte: www.google.com.br/2020.

As três imagens (fotos 13, 14 e 15) refletem momentos históricos vividos pelo mundo, país, estado e município. Cada época específica, de 1930, 1970 e 2000 (foto 14), mostra que as influências exógenas são deterministas na arquitetura e no discurso local, presentes no espaço/lugar e na territorialidade que passam por processos de desterritorialidade firmados por um espaço tempo. A reterritorialidade proporciona situações socioeconômicas e culturais mobilizadoras. A mudança do Relógio da Rua 14 de Julho para a Rua Calógeras, esquina com a Avenida Afonso Pena, em Campo Grande - MS, tem o propósito de tornar esclarecedor que a reterritorialidade é um novo modo de relação para o domínio e uso do território.

A reterritorialidade, por sua vez, busca as manifestações do lugar, do espaço e do território, dando continuidade aos laços de identidade, e é nessas condições de solo que se tecem as histórias presentes na memória do campo-grandense. Nesse diapasão, Silva (2014) enfatiza que as transformações socioespaciais refletem nos territórios produzidos e reproduzidos inúmeras redes do cotidiano.

3.9 Desenvolvimento local

Todo conceito formulado e concepções adquiridas são ações que possuem uma base histórica. Novos conceitos surgem para derrubar concepções ultrapassadas que não mais respondem às novas organizações socioeconômicas e políticas. As dinâmicas

desenvolvimentistas estão sempre em mobilidade, pois o ser humano vive em processo de desconstrução e reconstrução (BUARQUE, 2002).

O desenvolvimento local está imbricado em escala territorial e local e, na atualidade, seu forte desempenho é desacerbar a influência capitalista. Nas palavras de Martins (2002), sua nova concepção, inserida a partir de 1980, busca dar condições para que a própria comunidade estabeleça as estratégias necessárias para a solução de problemas e promoção do desenvolvimento endógeno.

As práticas de desenvolvimento local no Brasil e fora deste são recentes. Ávila (2000) discorre que as primeiras ações desenvolvimentistas aconteceram nos finais dos anos de 1970 e em toda a década de 1980 do século XX, no Brasil, provindas de órgãos internacionais, tais qual a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), Fundo Monetário Internacional (FMI), dentre outros. Nesse período, as estratégias voltavam-se aos desenvolvimentos regionais, inclusive nos campos universitários. Para exemplificar a atuação da academia superior com este contexto, em Campo Grande - MS, tem-se a criação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal. Porém Ávila (2000) afirma que todas foram ações de cima para baixo, sem averiguações locais endógenas.

As concepções de desenvolvimento local já foram abordadas por inúmeros estudiosos, destacando-se, dentre eles, Martin (1999, p. 68), que defende o que se poderia analisar por síntese das ideias globais sobre o assunto, afirmando que: *“un proceso dinamizador de la sociedad local. [...] lo que implica cambios de actitudes y comportamientos de instituciones, grupos e individuos”*. Isto é, qualidade de vida em espaço solidário baseada em compromissos constantes.

No que se refere à educação & desenvolvimento local, Albagli (2006), em seus escritos, ressalta a produção de novos conhecimentos para a inclusão inovadora. Aponta, também, por desafio, associar as estratégias educacionais à disseminação e incorporação dos agentes territoriais para as produções que garantam o desenvolvimento socioeconômico, respeitando a diversidade da cultura local.

A escola é partícipe do desenvolvimento local, além dos tributos já invocados de ação inovadora e do preparo de agentes. Amiguinho (2005) revela a promoção de lideranças locais e seu envolvimento nas esferas educacionais locais. Este autor afirma que o projeto do desenvolvimento local, na escola, produz um impacto duplo: 1) a repercussão social e política

do projeto, no local; 2) projeto de domínio estritamente educativo. Esses dois momentos acabam formando agentes locais, com vistas a comportamentos voltados às ações endógenas locais com maior impacto do que as ações exógenas.

3.9.1 O desenvolvimento local pela ótica educacional

A educação no contexto do desenvolvimento local está ligada diretamente à formação de pessoas que entendem que as mudanças do local dependem que seus agentes compreendam as reais necessidades locais e a participação de todos, gerando dinâmicas construtivas. Para Amiguinho (2005), jovens e adultos desconhecem a história local, e toda cidadania ativa é uma cidadania informada. A educação deve servir para oferecer conhecimentos que embasam as transformações necessárias ao local.

Em relação à junção necessária entre a educação, patrimônio cultural e desenvolvimento local, é possível utilizar recursos patrimoniais tradicionais que são inclusos aos planos de desenvolvimentos locais, e o papel dos agentes com relação à estrutura de salvaguarda dos valores sociais e culturais das populações, comportamentos defendidos pela educação patrimonial (CUNHA; VIEIRA, 2002). Isto deve ser acompanhado pela promoção do desenvolvimento econômico e social, para que promova desenvolvimento e possam gerar mudanças e ampliação no setor empregatício.

O aspecto que ultimamente facilita as perspectivas do desenvolvimento local é bem diferente da praticada no Brasil, na década de 1980, que era impulsionada de cima para baixo, ou seja, a prioridade era a de aceitar os recursos exógenos, os quais tinham voz e ação quando o assunto era buscar desenvolver ou dar soluções aos problemas locais. Affonso (2000, p. 18) aponta o diferencial do desenvolvimento atual e enfatiza que “a globalização possui um potencial [...] salta aos olhos a multiplicação de iniciativas visando ao desenvolvimento local”. Este é visto mais por modelo exógeno do que endógeno, entretanto suas contribuições para o desenvolvimento local trazem inovações pertinentes ao meio, devido às redes de cooperações existentes nos espaços de atuação humana.

Os marcos conceituais relacionados e apresentados neste estudo, relativos à temática da educação patrimonial, procuraram efetuar seu enquadramento aos conceitos e concepções sobre o patrimônio histórico-cultural material/imaterial, memória e suas interligações básicas com espaço, lugar, território/territorialidade, reterritorialidade e desenvolvimento local. As análises e discussões embasam os fundamentos do tema: A educação do patrimônio cultural na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande -MS.

4 PANORAMAS HISTÓRICOS PATRIMONIAIS CULTURAIS PONTUAIS

Neste terceiro capítulo, procede-se à exibição e contextualização histórico-patrimoniais e culturais: mundo, Brasil e a cidade de Campo Grande - MS, para que se possa perceber as conexões históricos culturais.

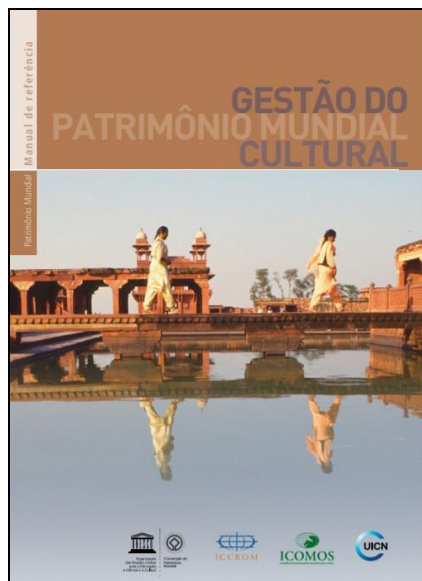
4.1 Patrimônio histórico-cultural/mundo

Patrimônio histórico mundial ou patrimônio da humanidade pode ser referendado como sendo um monumento, um sítio arqueológico, um conjunto arquitetônico, um objeto, manifestações rituais que estão situados em um lugar, espaço ou região com grande valor simbólico e afetivo para a humanidade. É reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (acrônimo de *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*), órgão executivo da ONU, formado por um comitê unicamente com esse fim, realizada por convenções.

La Convención del Patrimonio Mundial, adoptada por la Conferencia general de la UNESCO en 1972, creó un instrumento internacional único que reconoce y protege el patrimonio natural y cultural de valor universal excepcional. La Convención proporcionó una definición del patrimonio muy innovadora para proteger los paisajes. Desafortunadamente, sólo en diciembre de 1992 el Comité del Patrimonio Mundial adoptó las revisiones a los criterios culturales de la Guía Operativa para la Implementación de la Convención del Patrimonio Mundial e incorporó la categoría de paisajes culturales (ROSSLER, 2006, p. 47).

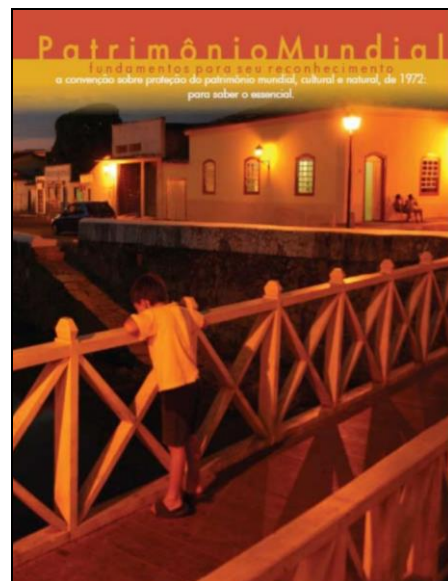
A Convenção do Patrimônio Mundial, com respaldo da Conferência Geral da Unesco, foi criada em 1972, como sendo instrumento internacional único, para elevar o *status* de reconhecimento universal dos bens móveis e imóveis à categoria de Patrimônio Histórico Cultural Mundial. Para orientação da Convenção, foram produzidos: “Manual de Referência do Patrimônio Mundial” (foto 16) e a cartilha para servir de aporte para escolhas de valor histórico-cultural que devem ser preservadas (foto 17).

Foto 16 - Manual de Referência de Patrimônio Mundial



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/2020>.

Foto 17 - Cartilha sobre patrimônio mundial



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/2020>.

No manual de referência, remete-se à gestão de patrimônio, à avaliação ao aperfeiçoamento dos sistemas gestacionais, mas seu título original era “Managing Cultural World heritage”. Já na cartilha está posto “O universo do Patrimônio Mundial hoje, sendo um repertório em permanente construção”, com os fundamentos para seu reconhecimento. Importante ressaltar que esses documentos são suportes para que o comitê (quadro 10) tivesse respaldo ao eleger os símbolos materiais e imateriais que pudessem ser considerados patrimônio da humanidade de cada localidade.

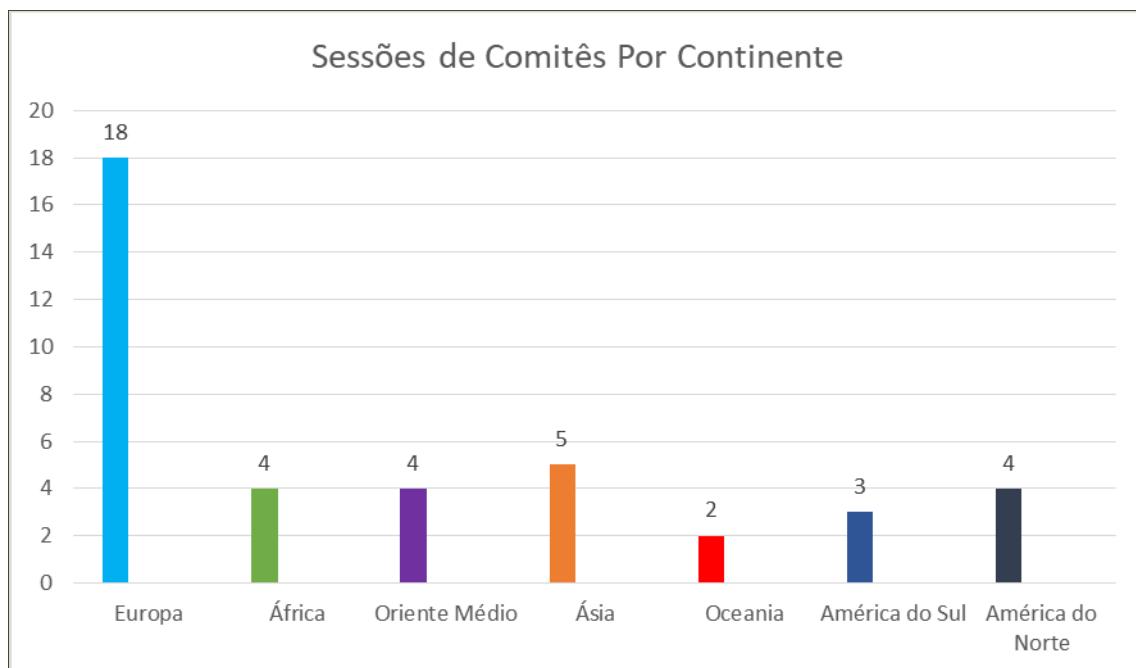
Quadro 10 - Encontros das realizações dos Comitês para o patrimônio mundial

Sessão	Ano	Data	Cidade Anfitriã	Estado
1	1977	27 de junho - 1 de julho	Paris	 França
2	1978	5 de setembro - 8 de setembro	Washington, D.C.	 Estados Unidos
3	1979	22 de outubro - 26 de outubro	Cairo e Luxor	 Egito
4	1980	1 de setembro - 5 de setembro	Paris	 França
5	1981	26 de outubro - 30 de outubro	Sydney	 Austrália
6	1982	13 de dezembro - 17 de dezembro	Paris	 França
7	1983	5 de dezembro - 9 de dezembro	Florença	 Itália
8	1984	29 de outubro - 2 de novembro	Buenos Aires	 Argentina
9	1985	2 de dezembro - 6 de dezembro	Istambul	 Turquia
10	1986	24 de novembro - 28 de novembro	Paris	 França
11	1987	7 de dezembro - 11 de dezembro	Paris	 França
12	1988	5 de dezembro - 9 de dezembro	Brasília	 Brasil

Sessão	Ano	Data	Cidade Anfitriã	Estado
13	1989	11 de dezembro - 15 de dezembro	Paris	 França
14	1990	7 de dezembro - 12 de dezembro	Paris	 França
15	1991	9 de dezembro - 13 de dezembro	Cartago	 Tunísia
16	1992	7 de dezembro - 14 de dezembro	Banff	 Canadá
17	1993	6 de dezembro - 11 de dezembro	Cartagena das Índias	 Colômbia
18	1994	12 de dezembro - 17 de dezembro	Phuket	 Tailândia
19	1995	4 de dezembro - 9 de dezembro	Berlim	 Alemanha
20	1996	2 de dezembro - 7 de dezembro	Mérida	 México
21	1997	1 de dezembro - 6 de dezembro	Nápoles	 Itália
22	1998	30 de novembro - 5 de dezembro	Quioto	 Japão
23	1999	29 de novembro - 4 de dezembro	Marrakech	 Marrocos
24	2000	27 de novembro - 2 de dezembro	Cairns	 Austrália
25	2001	11 de dezembro - 16 de dezembro	Helsínquia	 Finlândia
26	2002	24 de junho - 29 de junho	Budapeste	 Hungria
27	2003	30 de junho - 5 de julho	Paris	 França
28	2004	28 de junho - 7 de julho	Suzhou	 China
29	2005	10 de julho - 17 de julho	Durban	 África do Sul
30	2006	8 de julho - 16 de julho	Vilnius	 Lituânia
31	2007	23 de junho - 1 de julho	Christchurch	 Nova Zelândia
32	2008	2 de julho - 10 de julho	Quebec	 Canadá
33	2009	22 de junho - 30 de junho	Sevilha	 Espanha
34	2010	25 de julho - 3 de agosto	Brasília	 Brasil
35	2011	19 de junho - 29 de junho	Paris	 França
36	2012	25 de junho - 5 de julho	São Petersburgo	 Rússia
37	2013	17 de junho - 27 de junho	Phnom Penh	 Camboja
38	2014	15 de junho - 25 de junho	Doha	 Qatar
38	2015	28 de junho - 8 de julho	Bona	 Alemanha
40	2016	10 de julho - 20 de julho	Istambul	 Turquia
41	2017	2 de julho - 12 de julho	Cracóvia	 Polônia
42	2018	24 de junho - 4 de julho	Manama	 Barém
43	2019	30 de junho - 10 julho	Baku	 Azerbaijão

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Comit%C3%A9_do_Patrim%C3%B3nio_Mundial/2020.

A amostra do quadro 10 tem a pretensão de apresentar os números de sessões, anos e datas das realizações dos comitês nas cidades anfitriãs e seus respectivos estados nacionais, no intuito de comprovar a preocupação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em valorar, legar e preservar a cultura como sendo um bem de identificação histórica para a humanidade (gráfico 1).

Gráfico 1 - Participação dos Continentes nas Convenções/Comitês - UNESCO

Fonte: Elaborado pela autora/2019.

O gráfico 1 compactua com o quadro 10, em leitura mais precisa, para que possamos identificar os pontos de escalas das realizações de sessões. É evidente o número maior de encontros na Europa, com destaque de 8 em Paris, na França. Segundo Freitas (2020), do ponto de vista histórico, os continentes são rotulados por um mundo dividido em Velho Mundo (Europa, África e Ásia), Novo Mundo (Continente Americano), e Novíssimo Mundo (Oceania). É justificável, por esse prisma, o destaque de sessões nos territórios europeus, africanos e asiáticos, por serem os guardiões do patrimônio da humanidade (quadro 11).

Quadro 11 - Alguns patrimônios histórico-culturais do mundo

Patrimônio da humanidade/mundo	Especificação
<p>Foto 1 - Palácio e Parque de Versalhes</p>  <p>Fonte: https://cantinhodena.com.br/2016/08/palacio-de-versalhes-patrimonio-unesco-com-louvor/2020/.</p>	<p>É um castelo real localizado na cidade de Versalhes, uma aldeia rural da época de sua construção; atualmente está de nove a dez quilômetros a sudoeste de Paris. Considerado um subúrbio de cidade, consoante informa o site wikipedia.org/ acessado em set. 2020.</p> <p>Considerado patrimônio histórico-cultural pela Unesco, com louvor, desde 1979.</p> <p>Europa - França - Paris</p> 
<p>Foto 2 - Praça de San Mateo - Espanha/Cáceres</p>	<p>Referenda o <i>site</i> wikipedia.org que, o centro</p>

Patrimônio da humanidade/mundo	Especificação
 <p>Fonte: www.pinterest.es/pin/526921225131268749/2020.</p>	<p>histórico da cidade foi incluído na lista do Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, em 1986, sob o nome de “Cidade antiga de Cáceres”. Acesso em: set. 2020.</p> <p>Europa - Espanha - Cáceres</p> 
<p>Foto 3 - Cidades dos Mortos</p>  <p>Fonte: http://www.dw.com/pt-002/dez-patrimonios-mundiais-em-africa-que-deve-conhecer/g-18175956/2020.</p>	<p>O site www.dw.com expõe que os templos, túmulos, palácios de Mênfis, cidade há 20 quilômetros do Cairo, capital do Egito, foi em tempos considerada umas das sete maravilhas do mundo. Desde 1979, as ruínas de Mênfis, com as pirâmides de Gizé, Abusir, Saqqara e Dahshur, são patrimônio mundial da UNESCO.</p> <p>África - Egito - Mênfis</p> 
<p>Foto 4 - Zonas Históricas de Istambul</p>  <p>Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Zonas_Historicas_de_Istambul. Acessado em: set. 2020</p>	<p>As Zonas Históricas de Istambul são um conjunto de quatro zonas declaradas patrimônio mundial da UNESCO em 1985.</p> <p>Fonte: Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Zonas_Historicas_de_Istambul. Acesso em: set. 2020</p> <p>Oriente Médio - Turquia - Istambul</p> 
<p>Foto 5 - Memorial da Paz de Hiroshima (Genbaku Dome), província de Hiroshima</p>  <p>Fonte: https://www.japaoemfoco.com/patrimonios-mundiais-pela-unesco-no-japao/. 2020.</p>	<p>O Genbaku Dome é a única estrutura que ficou de pé na área onde caiu a primeira bomba atômica do mundo, no dia 6 de agosto de 1945. O edifício foi originalmente construído em 1915, para ser o Centro de Promoção Industrial de Hiroshima, mas acabou se transformando em um memorial que lembra um dia trágico.</p> <p>Fonte: Disponível: https://www.japaoemfoco.com/patrimonios-mundiais-pela-unesco-no-japao/. Postado em 5/4/2013. Acesso em: set. 2020.</p> <p>Ásia - Japão - Hiroshima</p> 
<p>Foto 6 - Sydney Opera, na Austrália</p>	<p>O complexo é um marco na arquitetura da</p>

Patrimônio da humanidade/mundo	Especificação
 <p>Fonte: https://viagemeturismo.abril.com.br/materias/viaje-nas-fotos-dos-patrimonios-mundiais-da-australia. Acesso em: set. 2020</p>	<p>Austrália, no século 20, e envolveu quase 20 anos de construção, sendo que o arquiteto abandonou a obra no meio. Em seu interior, o turista encontra cinco teatros, cinco estúdios de ensaios, dois auditórios e muitas lojas.</p> <p>Fonte: Disponível em: https://viagemeturismo.abril.com.br/materias/viaje-nas-fotos-dos-patrimonios-mundiais-da-australia/, Acessado em set. 2020</p> <p>Oceania - Austrália - 999247 0849</p>
<p>Foto 7 – Brasília, capital do Brasil</p>  <p>Foto: Renato Alves/2019</p>	<p>Primeira (e ainda única) cidade moderna com tal honraria, a capital do País foi inscrita na lista de Patrimônio da Unesco em 7 de dezembro de 1987.</p> <p>Fonte: ALVES, Renato. Cidades. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/. 2013. Acesso em: set. 2020</p> <p>América do Sul - Brasil - Brasília</p> 
<p>Foto 8 - Estátua da Liberdade</p>  <p>Fonte: https://www.todamateria.com.br/estatua-da-liberdade/2020.</p>	<p>A Estátua da Liberdade (em inglês, <i>The Statue of Liberty</i>) é um grande monumento localizado nos Estados Unidos. Ela foi declarada pela Unesco Patrimônio Mundial, em 1984.</p> <p>Fonte: https://www.todamateria.com.br/estatua-da-liberdade/. Acessado em Set. 2020</p> <p>América do Norte - Estados Unidos - Nova Iorque</p> 

Fonte: Quadro elaborado pela autora/2020.

Em relação ao quadro 11, que elege alguns patrimônios da humanidade, vale ressaltar que as escolhas foram serviram de subsídios para contextualização de que nos sete continentes, estão o legado, não só para a população mundial, mas porque reflete, direta ou indiretamente, no local do indivíduo. Relações patrimoniais são firmadas por redes hereditárias. Assim, a influência cultural advém da velha Europa aos enigmas dos faraós, passando pela suntuosidade turca (mistura de Ocidente com Oriente), a arte prodigiosa asiática, a versátil cultura do Continente Oceânico ou ao eclético patrimônio histórico-cultural americano. A diversidade cultural, composta pelo mundo, está na cidade de Campo Grande - MS, e é evidente na Rua 14 de Julho também, espaço desta pesquisa, quando por aqui estão presentes os edificadores, na figura de europeus, asiáticos, africanos e americanos.

Ainda se referindo à classificação mundial de bens históricos e culturais, o *site* do IPHAN menciona que a numerosa lista do patrimônio mundial é compartilhada com toda a humanidade, a qual é resultado da reunião de países que participam das convenções que os avaliam. Outro fator que deve ser informado é que uma sugestão é enviada para a lista indicativa, com o objetivo de inventariar o objeto a ser contemplado, ou seja, uma preparação que visa facilitar a avaliação pelos técnicos consultivos.

4.2 Patrimônio histórico-cultural/Brasil

O cenário do patrimônio histórico-cultural brasileiro é reflexo do teor vivido pela população durante anos de incorporação territorial. Cada momento foi sendo moldado para chegar ao que se caracteriza atualmente. Certo que esse fato é natural em todos os estados nacionais, porém, neste, o diverso, o diferente, está posto se comparado a outros. Em destaque para tal afirmação, sublinha-se a miscigenação, que se pluralizou, com menção aos povos indígenas e suas inúmeras etnias, os africanos oriundos de diversos países do continente com diferenças de dialetos e culturas e em linhagens um pouco mais harmônicas que os povos asiáticos, europeus e os vizinhos também americanos.

Pesavento (2013) confabula com a cultura como tradução do real com símbolos, embutidos em hábitos, ao erigido construído pelos atores sociais, significado de valoração. Nesse sentido, o quadro 12 refere-se aos dados do patrimônio histórico-cultural material brasileiro registrados nos livros do tombo: arqueológico, etnográfico e paisagístico, histórico, belas artes e artes aplicadas.

Quadro 12 - Livros Tombos - IPHAN

Livros	Identificações
Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	São jardins, cidades e conjuntos arquitetônicos.
Histórico	São edificações, fazendas, marcos, chafarizes, pontes, centros históricos, imagens, mobiliário, quadros e xilogravuras, entre outras peças.
Das Belas Artes	Sinônimo de arte acadêmica. Ex.: os azulejos aplicados nas obras da Reitoria da Universidade Federal da Bahia/UFBA, em Salvador. Outro exemplo é o conjunto de estátuas de Congonhas - MG, Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.
Das Artes Aplicadas	Criações de objetos, peças e construções utilitárias: alguns setores da arquitetura, das artes decorativas, <i>design</i> , artes gráficas e mobiliário, por exemplo.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas referências do site: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>. Acesso em: set. 2020.

Os bens materiais tombados no Brasil, registrados nos livros arqueológicos, históricos, das belas artes e das artes aplicadas preservam sinais da pré-história e da história brasileira, valores para grupos sociais pontuais, por tê-los construídos ou vivenciados que refletem no legado cultural do país.

Quanto aos bens culturais, tais quais centros históricos, edificações e outros, o Instituto os preserva como sendo imóveis, ou seja, não podem ser transportados; já os quadros, mobiliários, dentre outras peças, são preservados como sendo móveis, motivo por que podem ser transportados e ter a divulgação em outros espaços.

Em relação aos livros: belas artes e artes aplicadas, o Instituto segue o defendido pela academia, que se refere à primeira, apenas de função contemplativa. Por outro lado, as artes aplicadas estão classificadas como beleza e utilidade.

O Instituto de Patrimônio Artístico Nacional/IPHAN apresenta outros instrumentos de proteção, tal qual o de Valoração do Patrimônio Cultural Ferroviário, que, desde a extinção da Rede Ferroviária/RFFSA, cumpre a Lei n. 11.483, de 31 de maio de 2007, que atribui ao IPHAN a incumbência de cuidar do valor artístico, histórico e cultural da RFFSA e, embora os bens que não estejam no inventário não sejam de responsabilidade da Rede Ferroviária, sua proteção pode ser realizada por tombamento.

Outro instrumento de proteção é a Chancela da Paisagem Cultural, que atende à Portaria n. 127/2009 do IPHAN, cujo objetivo é reconhecer a interação, homem & meio natural. O propósito do instrumento de proteção é estabelecer um acordo entre poder público, sociedade civil e privada, para a gestão compartilhada de uma parcela do território nacional.

Portanto os diversos bens histórico-culturais brasileiros inscritos nos respectivos livros de tombo preservam a memória cultural e histórica do país. Um dos meios de contínua preservação e valoração desses bens é torná-los conhecidos. Para tanto o espaço escolar é um dos instrumentos para a continuidade desse processo. Assim sendo, a educação patrimonial promove a tríade: história, cultura e cidadania, sendo de suma importância refletirmos que o estudo do meu lugar de origem ou quer seja outro, tem ramificações endógenas e exógenas.

Na mesma medida que existe a preocupação de registrar para proteger, valorizar, conceber, divulgar, dentre outras funções, o patrimônio brasileiro material tem em seu acervo um trabalho quase idêntico dedicado ao patrimônio imaterial brasileiro, o livro de registro (quadro 13).

Quadro 13 - Livros de Registro do Patrimônio Imaterial - IPHAN

Livros de Registros	Identificações
Dos Saberes	Modos de fazer relacionados à cultura.
Das Celebrações	São ritos e festividades.
Das Formas de Expressões	São manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas.
Dos Lugares	São os mercados, feiras, santuários e praças.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas referências do site: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>. Acesso em: set. 2020.

Todo esse panorama de hábitos, crenças, comemorações, poesias, canções, representações, brincadeiras, estipulação da economia local e as interações nas praças dão o tom, o cheiro e os símbolos enigmáticos que não se podem ser “tocados”, mas vivos na memória de cada ser que tem o pertencimento da obra. Essa pretensão dá-lhe o direito e desejo de transmissão.

4.3 Patrimônio histórico-cultural de Campo Grande - Mato Grosso do Sul

A cidade de Campo Grande - MS, situada na região Centro-Oeste do Brasil, é a capital do estado de Mato Grosso do Sul, fundada em 1872 e elevada à categoria de cidade em 26 de agosto de 1899. Seus símbolos e catálogos culturais apresentam uma diversidade de um mundo posto num espaço de 8.092,951 km², com uma população estimada em 906.092 de pessoas, de acordo com os dados do último censo de 2010, do Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

O Patrimônio Histórico-Cultural da cidade (quadro 14) foi construído por influência dos povos imigrados: espanhóis, portugueses, japoneses, sírio-libaneses, armênios, paraguaios e bolivianos e por pessoas de outros estados do Brasil, especialmente dos estados vizinhos: São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Concentram-se, nesta Cidade, a segunda maior comunidade indígena do Brasil, mistura e influências de diversas etnias, principalmente dos vizinhos fronteiriços (WIKIPEDIA. Campo Grande, 2020). Quanto à população negra, encontram-se atuando em diversos setores da cidade, distribuída em seis comunidades quilombolas.

Quadro 14 - Bens tombados e registrados do patrimônio material e imaterial de Campo Grande - MS

Bens tombados em esfera municipal	Bens tombados em esfera estadual
Obelisco - Lei Legislativa n. 100, de 9 de setembro de 1975.	Casa do Artesão - tombada em 13 de julho de 1994, pelo Decreto n. 7.863.
Museu José Antônio Pereira - Decreto n. 4934, de 20 de abril de 1983.	Quartel General da 9ª RM (antiga sede), tombado em 26 de julho de 1994, pela Lei n. 1.526.
Morada dos Baís - Decreto n. 5390, de 4 de junho de 1986.	Acervo de Artes Plásticas “Lídia Baís”, tombado em 30 de dezembro de 1998, pela Resolução/SECE.
Conjunto dos Ferroviários - Decreto n. 3249, de 13 de maio de 1996.	Complexo Ferroviário da Rede Noroeste do Brasil, tombado em 26 de março de 1997, pela Lei n. 1.735.
Colégio Osvaldo Cruz - Lei n. 3387, de 27 de outubro de 1997.	Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado, tombada em 3 de julho de 1997, pela Resolução/SECE.
Escola Municipal Isauro Bento Nogueira - Sítio Histórico de Anhanduí - Decreto n. 8594, de 10 de janeiro de 2003.	
Loja Simbólica Maçônica Estrela do Sul n. 3 - Decreto n. 8966, de 29 de junho de 2004.	
Igreja de São Benedito - Decreto 3523, de 15 de junho de 1996.	Igreja São Benedito “Tia Eva”, tombada em 7 de maio de 1998, pela Resolução/SECE.
Monumento Símbolo da UFMS - Decreto 9489, de 10 de janeiro de 2006.	
Loja Maçônica “Oriente Maracaju” - Lei Municipal 4495, de 11 de Julho de 2007.	Loja Maçônica “Oriente Maracaju”, tombada dia 30 de julho de 2007, pela Lei n. 3.406.
Residência situada à Rua Antônio Maria Coelho n. 1334. Decreto 10327, de 16 de janeiro de 2008.	
Árvore da Rua da Paz (quase esquina com a Rua Rio Grande do Sul - Decreto Municipal n. 10.875, de 8 de junho de 2009.	
As 22 Árvores da Espécie Ficus Microcarpa e os Canteiros Centrais da Avenida Mato Grosso, (entre a Rua Pedro Celestino e Avenida Calógeras). Decreto n. 11.600, de 17 de agosto de 2011.	
Imóvel sede do Rádio Clube (localizado na rua Padre João Crippa, 1280). Decreto n. 11.937, de 15 de agosto de 2012.	

Bens tombados em esfera municipal	Bens tombados em esfera estadual
Conjunto Arquitetônico do Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Decreto n. 13.980, de 2 de setembro de 2019.	
Canteiro Central e das Árvores Octogenárias da Avenida Afonso Pena. Decreto n. 14.013, de 3 de outubro de 2019.	
bens registrados em esfera municipal	bens registrados em esfera estadual
Prato típico “Sobá” - Registrado pela deliberação CMC n. 1/2006, de 8 de agosto de 2006.	Cerâmica Terena - MS. Decreto n. 12.847, de 16 de novembro de 2009.
Feira Central de Campo Grande. Registrada pela Deliberação CMC n. 1/2017, de 29 de setembro de 2017.	

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas referências dos sites da Prefeitura Municipal de Campo Grande e da Fundação de Cultural de MS, 2020.

Os bens materiais e imateriais, que podem ser preservados, dentre outras formas, pelo tombamento e registro municipal ou estadual, conforme exposto no quadro 14, da cidade de Campo Grande - MS, na afirmação de Rabello (2015, p. 8) “servem para preservar contra mutilações e destruições; ou seja, coisas que, por serem portadoras de valor cultural, devem ser conservadas”. O Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940) assinala que:

Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico.

Art. 165 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

Alteração de local especialmente protegido

Art. 166 - Alterar, sem licença da autoridade competente, o aspecto de local especialmente protegido por lei:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

A preocupação em defender, preservar o patrimônio e, conseqüentemente, a história individual e coletiva, garantia da identidade nacional, completou 80 anos, entretanto, apesar da idade da Lei, verifica-se que continua contemporânea e necessária. O art. 165 não respalda o vandalismo, comum nos dias atuais; já o art. 166 garante a não descaracterização, ato que pode ser comum na mudança funcional de uso.

Os símbolos são marcos de identificação de uma cidade (fotos 18 a 25), pois relatam a história do lugar, como e por quem foi edificada. Basta um olhar em seus monumentos simbólicos que eles nos dão as pistas necessárias para entendermos quem viveu ou ainda ali. É assim a cidade Campo Grande - MS, que expressa seus principais construtores.

Foto 18 - Carro de boi

Fonte: Catálogo Marcos e Monumentos/ARCA.

Foto 19 - Índia Terena

Foto: Saul Schramm

Foto 20 - Monumento em Homenagem à Imigração Japonesa

Fonte: ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande.

Foto 21 - Índio Guerreiro da Etnia Guaicuru

Foto: Edemir Rodrigues

Foto 22 - Mesquita Muçulmana

Fonte: Jornal UCDB, de 23 de abril de 2008.

Foto 23 - Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

Fonte: Site oficial do Santuário/2020.

Foto 24 - Homenagem a Tia Eva

Fonte: Fundação Palmares.

Foto 25 - Catedral Síria Ortodoxa

Fonte: <https://igrejaortodoxasiriaca.wordpress.com/2020>

Com esteio nas fotos apresentadas, pode-se afirmar que, em Campo Grande - MS, há uma significativa diversidade cultural e étnica. Dessa forma é possível descrevê-la como sendo uma cidade com um mosaico cultural riquíssimo. As múltiplas culturas formam a identidade cultural que a personaliza em relação às demais populações mundiais. Os carros de bois, os povos indígenas Terena e Guaicuru, os negros, na representação da imagem da Tia Eva, os povos árabes representados na Mesquita Muçulmana, os japoneses, em monumento em sua homenagem e a Catedral Síria Ortodoxa servem também de símbolos das presenças síria e turcas; ainda a Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, com padres redentoristas, formam um mosaico cultural que conta um pouco da história da cidade, dentre tantas outras culturas e povos presentes, tais quais os ciganos, nossos vizinhos, imigrantes da América Latina e outros, e os além-mares, como os europeus.

Neste capítulo, descrevendo de maneira figurada, comparando a relação entre simbologia povos e espelho, nos é permitida a seguinte reflexão: os povos se refletem nos símbolos que refletem os povos. A linguagem simbólica, quer seja pelo viés da cultura e patrimônio material ou imaterial é identitária e apresenta as aspirações e os ideais humanos locais.

5 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Destacam-se, neste capítulo, conceitos defendidos por diversos autores sobre educação patrimonial, tal qual Horta, Grunberg e Monteiro (1999), Fratini (2009), Silveira (2007), Medeiros e Surya (2009), Teixeira (2008) e Scifoni (2017).

5.1 Conceitos

Os conceitos que permeiam o universo educacional, na maioria, visam atender às questões pedagógicas. Em se tratando da educação patrimonial, eles cercam os valores culturais de memórias sociais e assumem *status* de identidade para o indivíduo, quer seja individual ou coletivo.

Horta, Grunberg e Monteiro (1999) evidenciam que o público-alvo para a educação patrimonial são as crianças e adultos, consideram o tema não rigorosamente pontual, por estar em constantes ebulições, pois a cultura é algo contínuo que, em seu desenrolar, faz chamadas ao passado e presente. Contudo conseguem apontar perspectivas para o futuro, e tais propensões acrescentam fortes execuções com o trabalho que propõem para a divulgação e conhecimento do patrimônio histórico-cultural, com a alfabetização cultural, tal qual uma forma usual sempre presente na estrutura curricular, quer seja de maneira formal, oculta, quer seja de tema transversal a ser tratado em ambiente escolar, apresentando uma trajetória histórico-temporal.

Fratini (2009, p. 3) parte do princípio de que a educação patrimonial “favorece a incorporação do patrimônio por toda a sociedade e o reconhecimento desta como parte desse Patrimônio Histórico-Cultural”, ou seja, envolve laços afetivos com o meio em que estes indivíduos estão inseridos.

Já Silveira (2007) aponta outro detalhe que, ao estabelecermos conceitos para a educação patrimonial, devemos nos preocupar com a função da educação na abordagem do patrimônio referente ao aporte de lembrança e esquecimento. No campo individual, isso é bastante antagônico, pois existem pertencimentos variáveis que só a imposição histórica vai elevar o respeito e a valorização da história do outro.

A simbologia histórica de uma cidade, tal quais os monumentos, ruas, edificações, hábitos gastronômicos, lendas, mitos, músicas, dentre outras, servem de aporte pedagógico para o planejar e o educar para o patrimônio, averiguando todas as vertentes. Esses caminhos

proporcionam ao educando conceitos e conhecimentos que oferecem o sentido de pertencimento local e a valorização da identidade individual e coletiva (MEDEIROS; SURYA, 2009).

No ensino de História, as ações educativas são facilitadoras, se partirmos do preâmbulo de levar o conhecimento patrimonial do lugar pelo viés histórico, com a intenção de reconhecimento, em que pese o discernimento, para que a pessoa perceba a própria história e a do outro, ou seja, com a disciplina, o professor, com seus mecanismos didático-pedagógicos, pode priorizar o transparecer do diverso cultural (TEIXEIRA, 2008).

Na abordagem conceitual de Scifoni (2017), são relatados dois aspectos sobre o assunto: primeiro, a necessidade de renovação de práticas; segundo, a incorporação nos escritos sobre patrimônio e memória na educação. A necessidade de renovação é constante, por, principalmente, tratar-se de cultura, como já foi mencionado, e se faz necessário, uma vez que tem sua mobilidade natural. Outro fato é que, quando nos deparamos com as referências sobre patrimônio histórico-cultural, a menção à memória nem sempre está vinculada à educação, e isso delonga o trabalho com a educação patrimonial.

A alfabetização cultural, mecanismo de uso da educação patrimonial, enfatiza que a temporalidade cultural, os laços afetivos, lembranças, diversidade cultural, patrimônio e memória ensinam a valorizar, proteger, identificar e divulgar o histórico de um lugar construído individual e coletivo.

5.2 Educação patrimonial no Brasil

A educação patrimonial no Brasil surgiu com o 1º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, realizado em julho de 1983, no museu imperial, em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, iniciativa do Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Cultural (IPHAN, 2014).

Em 2007, o mesmo Instituto apresenta para as unidades federativas brasileiras (superintendências) o projeto pedagógico “Casas do Patrimônio”, com o objetivo de que as unidades federadas representantes do IPHAN adotassem a construção de debates constantes e coletivos com as instituições da sociedade civil, os poderes públicos municipais e estaduais, sobre o patrimônio histórico-cultural, com foco na educação patrimonial (IPHAN, 2014).

Por conseguinte, em 2008, em Pirenópolis - GO, aconteceu a oficina de capacitação em educação patrimonial, com a função de apresentar o projeto “Casas do Patrimônio” para os representantes do Instituto de todos os estados, com o objetivo de fomentar o papel

educativo das ações em prol do patrimônio cultural brasileiro (IPHAN, 2014). De acordo com o quadro 15, foram identificadas diversas ações das políticas de educação patrimonial do Brasil.

Quadro 15 - Ações das políticas de educação patrimonial do Brasil

Ações	Data	Local	Objetivos
I Encontro Nacional de Educação Patrimonial	12 a 17 de setembro de 2005	São Cristóvão - SE	- Discussão e proposição de parâmetros nacionais para ações de educação patrimonial do Iphan nas escolas, museus e sociedade.
I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio	27 de novembro a 1 de dezembro de 2009	Nova Olinda - CE	- Avaliar as atuações das primeiras casas do patrimônio. - Elaboração de documentos unificadores para as ações.
I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural	13 a 16 de dezembro de 2009	Ouro Preto - MG	- Formulação da política nacional. - Estruturação. - Potencialidade e parcerias. - Ações a serem implantadas em curto prazo.
II Encontro Nacional de Educação Patrimonial: Estratégias para a Construção e Implementação de uma Política Nacional.	17 a 21 de julho de 2011	Ouro Preto - MG	-Consolidação de uma rede de agentes educadores e a formatação de uma política nacional de educação patrimonial.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, com base em Florêncio (2019, p. 83 - 85).

O quadro 15 apresenta um histórico das principais ações desencadeadas para subsidiarem e apoiarem a educação patrimonial no Brasil. Ao término do primeiro seminário, foi elaborada a Carta de Nova Olinda, com diretrizes e instrumentos legais para assegurar o cumprimento das propostas de implantação de ações voltadas à educação patrimonial. No final do I Fórum, ficou evidente a interação comunitária e a inserção na educação formal. No primeiro encontro, os ressaltos a pontos acordados serviram de orientações para o crescimento em conjunto com a política nacional e, no segundo encontro, a configuração do texto amparou a mesma política com eixos e diretrizes.

Quanto à inserção do estudo patrimonial na educação formal, segundo o *site* do IPHAN, o Instituto, em parceria com o Ministério de Educação/MEC, tem desenvolvido estratégias com os programas Mais Educação para a educação básica, com o oferecimento de atividades sobre patrimônio histórico-cultural, por meio da educação integral, com o recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola/PDDE, desde que a escola faça adesão às atividades voltadas à educação patrimonial e inserida no Programa, que disponibiliza equipamentos

audiovisuais que facilitam o trabalho escolar na divulgação dos materiais pedagógicos das escolas, mesmo que não esteja vinculada ao Programa.

Outra inserção à educação formal é o Programa de Extensão Universitária/ProExt, com o objetivo de aproximar as ações patrimoniais com a universidade e a inclusão social. Segundo o mesmo *site*, a parceria MEC e IPHAN elabora, anualmente, com outros ministérios, secretarias e autarquias, o edital com proposta de trabalho com patrimônio cultural brasileiro.

Tais orientações de práticas pedagógicas, principalmente sobre o ensino básico, é de suma importância para o Brasil (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999). O Guia básico de educação patrimonial aponta algumas informações dessa dinâmica cultural, e o trabalho com objetos, monumentos, cidades históricas, dentre outros, com sugestões de atividades, também com enfoque interdisciplinar (quadro 16).

Quadro 16 - Algumas ações de educação patrimonial desenvolvidas no Brasil.

Projeto “Patrimônio Vivo: troca de saberes”, realizado em Corumbá - MS), teve início em outubro de 1919, atendendo cinco escolas da cidade, com o objetivo de socializar o conhecimento técnico-científico e valorizar os saberes e práticas locais.

Fonte: Disponível em: <https://www.corumba.ms.gov.br/2019/11/com-incentivo-do-fic-pantanal-projeto-patrimonio-vivo-circula-escolas-com-oficinas-de-educacao-patrimonial/> . Acesso em: out. 2020

O livro “Se Essa Rua Fosse Minha”, resultado das ações educativas realizadas pelo projeto de extensão "Educação Patrimonial: Cultura, Memória e Patrimônio", vinculado ao curso de História da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), na Escola Básica Elias Adaime de Itajaí, foi lançado no dia 30 de novembro, às 19h, na própria escola. A obra coletiva reúne contos e ilustrações baseados nas referências culturais presentes nos espaços de vida das crianças (Texto: Natália Uriarte Vieira | 30/11/2017).

Fonte: Disponível em: <https://www.univali.br/noticias/Paginas/livro-baseado-nas-referencias-culturais-de-criancas-do-cidade-nova-e-lancado.aspx>. Acesso em: out. 2020

Curso - “A Importância da Educação Patrimonial para o Ambiente Escolar”, ofertado pela Equipe de Currículo do Departamento de Educação Básica (DEB) da Secretaria de Estado da Educação, em parceria com o Museu da Escola Paranaense.

Fonte Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Secretaria-realiza-curso-de-educacao-patrimonial>. Publicado em: 15/09/2017 - 12:30. Acesso em: out. 2020

Fonte: Elaboração da própria autoria, com base nas fontes e elencadas/2020.

Os três exemplos apresentados, referentes a algumas ações de educação patrimonial desenvolvidas no Brasil, sem que fossem expostos em sua totalidade, deixam funções que são assertivas, quer no universo educacional, nas escolas básicas com parcerias com cursos universitários, quer no aperfeiçoamento de docentes em auxílio ao seu planejamento

pedagógico, para que não privem o educando de seus princípios primordiais no acato à sua cidadania.

Desde o início do 1º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, realizado em julho de 1983, disseminando o projeto “Casas do Patrimônio”, desencadearam-se, então, ações de caráter institucionais e jurídicos, com os programas e projetos de sustento e parcerias com o Ministério da Educação/MEC, tal qual “Mais Educação” e outros de Extensões Universitárias (ProExt). Com a amostra de alguns trabalhos desenvolvidos na área, no Brasil, é certo que precisamos de parcerias, apoio de ações governamentais e não governamentais, para estas incursões, porém, independente ou não desses apoios, a sensibilidade de um educador, seu olhar para a história dos seus alunos será sempre o desencadeador para o processo de ensino e de aprendizagem.

5.3 Educação patrimonial na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande - MS

Em Campo Grande - MS, a Rede Municipal de Ensino desenvolveu uma ação para a educação patrimonial, com educadores e alunos, em 2004, em parceria com a antiga Fundação de Cultura Municipal/FUNDAC, hoje Secretaria Municipal de Cultura e Turismo/SECTUR. A implantação do projeto na Rede de ensino sustenta o objetivo de conhecer a história e sensibilizar para a preservação, e aconteceu nos anos de 2004 a 2009, conforme registros de trabalhos de alunos, os quais podem ser encontrados nos repositórios das bibliotecas escolares das respectivas escolas participantes e nos órgãos institucionais centrais de fomento a esta ação (SEMED/SECTUR).

Em seu primeiro ano de execução, foram realizados estudos com a população docente envolvida, em forma de adesão, no intuito de solidificar as práticas pedagógicas aos princípios básicos aferidos à educação patrimonial, via conferências, seminários, oficinas e outros.

Em 2005, a pesquisa foi desenvolvida com os discentes, com o tema “A Rua da minha escola”, com a participação de 15 escolas, de maneira que fossem contempladas todas as regiões da cidade (urbana, do Segredo, Prosa, Imbirussu, Centro, Lagoa, Anhanduizinho e Bandeira), conforme fotos 26 a 28.

Foto 26 - Projeto ano 2005

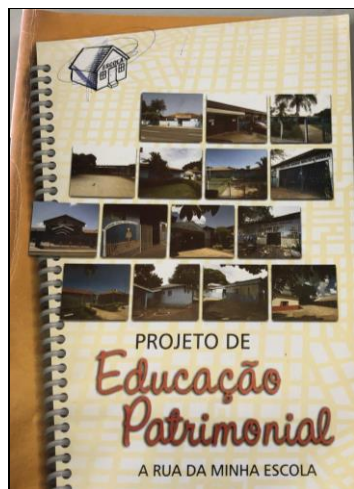


Foto: Magali Luzio Ferreira/2020

Foto 27 - Mapa da realização do projeto ano 2005

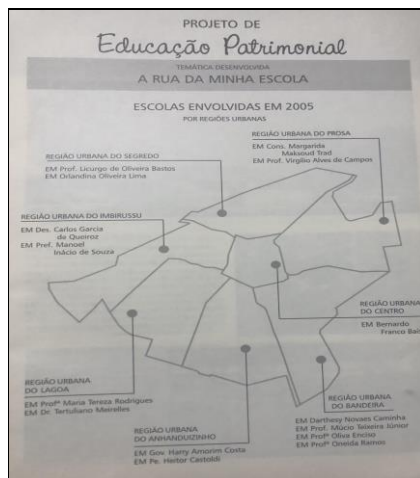


Foto: Magali Luzio Ferreira/2020

Foto 28 - Placa alusiva ao projeto ano 2005

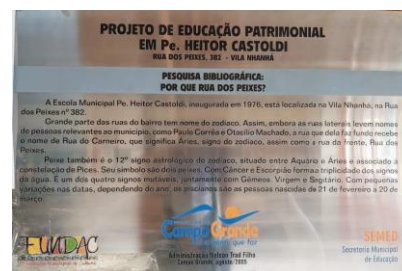


Foto: Sirlene Pavão/2021

A finalização do projeto A Rua da Minha Escola aconteceu nas escolas participantes, com o descerramento da placa alusiva ao nome da rua principal, ou seja, na qual fica a porta de entrada da escola. A pesquisa objetivou instigar a curiosidade, a história, uma identificação da referida rua.

O outro projeto, O Bairro da Nossa Escola é a gente que faz (foto 33), foi realizado em 2006, por 23 escolas da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande - MS, do qual resultou num livro, que foi publicado para divulgação dos anseios, desejos de crescimento do local em que vivem os alunos do ensino fundamental, os quais expressaram por meio de textos e ilustrações

Foto 29 - Livro O Bairro da Nossa Escola é a gente que faz



Foto: Magali Luzio Ferreira/2020

A riqueza da nossa história imaterial invadiu as escolas de Rede Municipal de Ensino de Campo Grande - MS em 2007, com a pesquisa História que os Bairros Contam (foto 30). O imaginário histórico, passado de geração a geração, permanece de instrumento de receios, medos e entretenimentos do local.

Foto 30 - Projeto 2007



Foto: Magali Luzio Ferreira/2020

Nesta edição de 2009, a ação valoriza as histórias arquivadas nas lembranças dos ferroviários da Noroeste do Brasil. Pesquisa o desenvolvimento da história oral, recolhendo relatos dos ex-ferroviários. Os alunos puderam conhecer a história da ferrovia em Campo Grande, com a finalidade de deixá-la registrada, por meio da execução do projeto Os Trilhos da Memória (foto 31).

Foto 31 - Projeto 2009

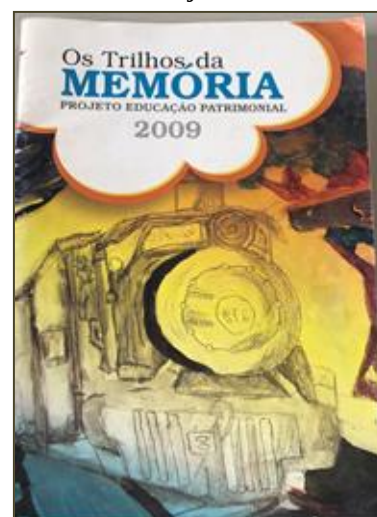


Foto: Magali Luzio Ferreira/2020

As ações nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande - MS para a educação patrimonial, de 2004 a 2009, deixaram para as próximas gerações registros diversos fundamentados na história local. Contudo o desenrolar do projeto sempre foi por adesão, com a participação de 15 escolas; nos períodos posteriores, esses números atingiram um total de 24 escolas, de um universo que variava de 90 a 95 instituições escolares. Outro parâmetro avaliativo foi que, por ser uma postura educacional considerada na escola, seu processo começa com uma estrutura básica, funcionando de projeto-piloto, com planos para posteriores crescimentos, entretanto ficaram estacionados em 2019 para ressurgirem somente em 2018 (quadro 17).

Quadro 17 - Ações da educação patrimonial depois de 2018

Tema	Período/Data	Objetivo
Formação de Professores - Educação patrimonial - Patrimônio Cultural um Constante Aprendizado.	Nos dias 23/10, 25/10, 26/10 e 29/10 de 2018	Valorização, conservação e preservação dos patrimônios históricos brasileiros, por meio de ações que promoveram o sentimento de pertencimento.
Reflexões Pedagógicas REME. Tema: A educação patrimonial no contexto do ensino fundamental.	Fevereiro/2019	Refletir e debater aspectos da educação patrimonial no contexto da memória, identidade e interculturalidade no lugar de memória.
Valorização do patrimônio cultural imaterial indígena do MS.	De fevereiro a julho de 2019	Valorizar o patrimônio imaterial indígena.

Fonte: Elaborado pela autora.

As reflexões pedagógicas, com o tema A educação patrimonial no contexto do ensino fundamental, resultado de parcerias da Secretaria Municipal de Campo Grande/SEMED e a Universidade Católica Dom Bosco/UCDB, tiveram de público-alvo a formação de professores de história da REME e áreas afins, com carga horária de 4 horas e oferecimento de certificados aos ministrantes e participantes. A formação aconteceu no espaço da Associação dos Ferroviários Aposentados, Pensionistas, Demitidos e Idosos/AFAPEDI, sob a coordenação da professora Maria Augusta de Castilho, que contou com as ministrantes doutorandas e mestrandas do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local/UCDB (fotos 32 a 35).

Foto 32 - Formação de professores (A)

Foto: Marinês Soratto (2019)

Foto 33 - Formação de professores (B)

Foto: Marinês Soratto (2019)

Foto 34 - Formação de professores (C)**Foto:** Marinês Soratto (2019)**Foto 35** - Formação de professores (D)**Foto:** Marinês Soratto (2019)

Este encontro fomentou, em alguns professores, a necessidade de implantar a educação patrimonial na Rede Municipal de Ensino e, para outros, a volta desse trabalho. Efetivamente se sabe que as aulas de história são terrenos férteis para as ações patrimoniais, o que justifica o oferecimento da formação para tais professores.

A valorização do patrimônio material e imaterial da cultura indígena no ambiente escolar teve por objetivo difundir a diversidade de saberes, vivências culturais e experiências que possibilitem entender as relações e visão de mundo de diferentes grupos sociais e étnicos, de acordo com seus saberes, culturas e potencialidades.

Considerando que, em Mato Grosso do Sul, há uma grande diversidade de etnias, tais qual Atikum, Ofaié, Guató, Guarani, Kadwéu, Kaiowá e Terena, cada uma com particularidades sociais, linguísticas e culturais que orientam sua visão de mundo, verifica-se a necessidade de desenvolver atividades interculturais que possibilitem conhecer e compreender suas cosmologias, lógicas, valores e princípios pedagógicos próprios.

O projeto teve por finalidade, também, reviver e conhecer as diferenças sociais e culturais dos povos indígenas que compõem o patrimônio material e imaterial do Estado, considerando diferentes visões de mundos, interação com a sociedade indígena e não indígena. Participaram, no primeiro semestre de 2019, a Escola Municipal Nerone Maiolino e a Escola Municipal Nazira Anache, com atividades que objetivaram conhecer as diferenças sociais e culturais dos povos indígenas que compõem o patrimônio cultural imaterial indígena de Mato Grosso do Sul (fotos 36 a 42).

Foto 36 - Formação de professores (E)**Foto:** Marinês Soratto (2019)**Foto 37** - Formação de professores (F)**Foto:** Marinês Soratto (2019)**Foto 38** - Formação de professores (G)**Foto:** Marinês Soratto (2019)**Foto 39** - Visita guiada - Aldeia Água Bonita II**Foto:** Wendell Cedrão (2019)**Foto 40** - Encerramento do projeto na Escola Municipal Nerone Maiolino**Foto:** Marinês Soratto (2019)**Foto 41** - Alunos visitam, *in loco*, o museu Apolônio de Carvalho**Foto:** Wendell Cedrão (2019)

As fotos referentes ao projeto perpassam os momentos significativos, tais qual a formação dos professores, visita pedagógica guiada com os alunos ao Museu de Arqueologia (MuArq), situado no Memorial Apolônio de Carvalho, o qual conta com um acervo com inúmeras peças indígenas do Estado, e outra visita pedagógica guiada com os alunos na aldeia Água Bonita.

O tema Patrimônio Cultural, um Constante Aprendizado, foram oficinas ministradas pelos técnicos do programa Educa Iphan - DF/MS, que iniciaram com aulas teóricas, desenvolvimento de atividades práticas de sensibilização, e culminaram na produção de fichas e mapas afetivos, os quais trouxeram discussões sobre o patrimônio cultural e seus valores, e uma visita guiada na área tombada da Explanada Ferroviária, nos anos de 2018 e 2019.

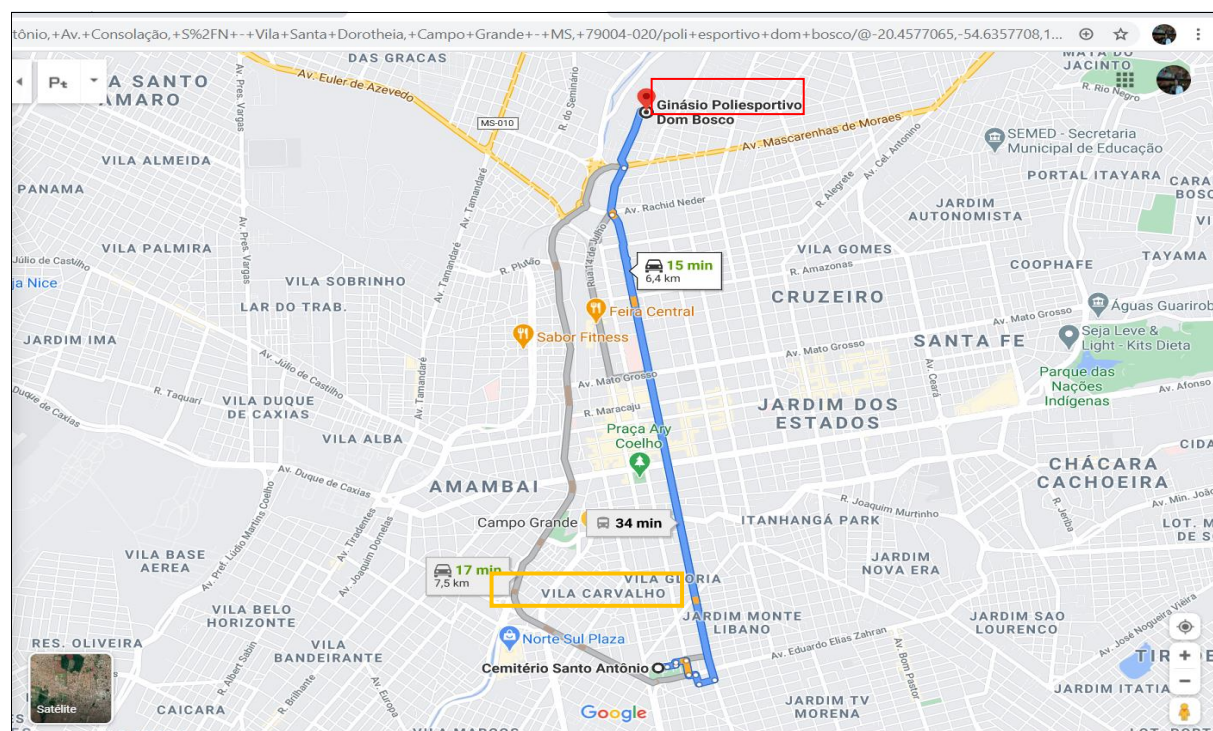
Dessa forma, a Rede Municipal de Ensino continua com a formação de professores, com o tema em questão, envolvendo práticas do trabalho pedagógico com museus. Quanto ao trabalho com a cultura indígena, está em andamento e terá a produção de um vídeo sobre a história da primeira aldeia urbana do mundo, que fica em Campo Grande - MS, denominada Aldeia Marçal de Souza.

6 REVITALIZAÇÃO/RE-TERRITORIALIZAÇÃO DA RUA 14 DE JULHO DE CAMPO GRANDE - MS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Neste capítulo, faz-se o enquadramento do tema da tese ao objeto de pesquisa principal - a relação passada como sendo sustentáculo do presente. Discute-se o histórico da Rua 14 de Julho até os dias atuais e a necessidade contemporânea de revitalização. Para tanto, denota os fundamentos que a levaram à reterritorialização à inserção desta mudança de roupagem, como modo de trabalho educacional, em discussão no exórdio para a educação patrimonial.

Toda cidade tem sua rua principal, em Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, não poderia ser diferente. É a partir dessa rua principal que a cidade cresce, pois ela funciona de célula-mãe para o desenvolvimento da cidade. Sodré (2005) aponta as lógicas das articulações do lugar, como sendo campos de fluxos que disseminam as diferenças e que são guias das identificações locais. A Rua 14 de Julho foi a ponte para o crescimento da cidade (mapa 3).

Mapa 3 - Rua 14 de Julho - Campo Grande - MS



Legenda:  Cemitério Santo Antônio -  Ginásio Poliesportivo Dom Bosco

Fonte: <https://www.google.com>. Acesso em: out. 2020.

O mapa 3 assinala o marco inicial da Rua, que parte do Cemitério Santo Antônio, perpassa a região urbana do Centro, ponto da revitalização, que se inicia na Avenida Fernando Correa da Costa, com a qual é paralela, com o plano que se conclui na transversa Avenida Mato Grosso. No entanto seu prolongamento contínuo finaliza no Ginásio Poliesportivo Dom Bosco.

Posta sua localização de início e final, o marco da pesquisa delimita-se na região central da Cidade, onde pulsa a implementação histórica do momento. Ressalta-se a Rua em sua plenitude, principalmente no contexto das ramificações que justificam o crescimento da Cidade e de proliferações de pessoas que funcionaram de agentes sociais e históricos.

O espaço desvendado que se transforma em uma cidade apresenta ruas, moradias, as quais funcionam de representações locais, começam tímidas e simples e podem ser de taipas, sapê ou somente de barro. Os trechos abertos para a circulação de pessoas e de animais são os que dão origem às ruas e avenidas de hoje. Para Damatta (1997, p. 29), “o espaço é como o ar que se respira [...], mas não vemos nem sentimos a atmosfera que nos nutre de força e vida. Para sentir o ar é preciso situar-se, meter-se numa certa perspectiva”. Sendo assim, poderíamos chamar esta perspectiva de cidade.

A Rua 14 de Julho (quadro 18) é considerada a mais importante da cidade, e tal afirmação é senso comum por parte dos habitantes locais. Segundo a revista Arca, esta Rua começou com um beco sem saída e, com o passar dos tempos, passou por diversas transformações, justificadas pelo desenvolvimento e por sua história. Conforme analisam Garcia, Almeida e Silvas (2017, p. 9), “Dentre todas as ruas da cidade, houve uma que por muitas décadas ocupou uma posição de destaque entre todas as demais, centralizando as manifestações artísticas, culturais e política [...]”. Por muito que seja considerada a rua principal da cidade, ela não foi a primeira, mas serviu de braço para a constituição do Município, tendo em vista que nasce da necessidade de escoações das antigas Ruas velhas, hoje 26 de Agosto, 7 de Setembro e 15 de Novembro.

Quadro 18 - Nomes da Rua 14 de Julho

Nome	Período	Homenagem
Rua 14 de Julho	De 1914 a 1930	À Queda da Bastilha
Rua Aníbal de Toledo	1930 (durou 9 meses)	Ao deputado Aníbal Benício de Toledo
Rua João Pessoa	De 1930 a 1945 (quinze anos)	A João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque - Presidente do Estado da Paraíba.
Rua 14 de Julho	De 1945 aos dias atuais	À Queda da Bastilha.

Fonte: Elaboração da própria autoria/2020

A princípio recebeu o nome de Rua 14 de Julho, em homenagem à Revolução Francesa, em especial à queda da Bastilha (prisão), mas existem dados que contrariam essa escolha, porém a argumentação é irrisória e sem embasamento se averiguada pela população que viveu aquele momento; tal engano refere-se ao fato de, nesta data, ter ocorrido a chegada do trem na cidade, pela primeira vez, argumento contestado pela população. O segundo nome a receber foi Rua Aníbal de Toledo, em 1930, mas não durou 9 meses; foi uma forma que o prefeito da época encontrou para homenagear o presidente do estado de Mato Grosso. O terceiro foi Rua João Pessoa, em homenagem ao candidato a vice-presidente do Brasil, assassinado em Pernambuco, em 1930. Depois de 15 anos, a Rua volta a ter o nome inicial.

Seu desenvolvimento durante o transcorrer dos anos, de situação de beco a rua planejada, como é atualmente, tornou-a a principal via comercial da Cidade e, por muitas décadas, configurou-se de acesso à Estação Ferroviária da Noroeste do Brasil. As fotos 42 a 49 revelam essas transformações.

Foto 42 - Rua 14 de Julho (década de 1910)



Fonte: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/artigos/r-14-de-Julho>. Acessado em out.2020.

Foto: Arquivo Histórico de Campo Grande

Foto 43 - Rua 14 de Julho (década de 1920)

Fonte: <http://campograndemscidademorena.blogspot.com/2011/11/algumas-fotos-historicas-de-campo.html>. Acesso em: out. 2020
Foto: Arquivo Histórico de Campo Grande

Foto 44 - Rua 14 de Julho, Casa Haddad - (década de 1920)

Fonte: <http://campograndemscidademorena.blogspot.com/2011/11/algumas-fotos-historicas-de-campo.html>. Acesso em: out. 2020
Foto: Arquivo Histórico de Campo Grande

Foto 45 - Rua 14 de Julho, Jardim Municipal (atual Praça Ary Coelho) - 1935

Fonte: <http://campograndemscidademorena.blogspot.com/2011/11/algumas-fotos-historicas-de-campo.html>. Acesso em: out. 2020
Foto: Arquivo Histórico de Campo Grande

Foto 46 - Rua 14 de Julho, Prédio José Abrão, construído em 1939

Fonte: <https://linhaslivres.wordpress.com/2015/04/11/predios-historicos-agonizam-no-centro-de-campo-grande-ms/>. Acesso em: out. 2020.
Foto: Leonardo de França

Foto 47 - Rua 14 de Julho - 1949

Fonte: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/artigos/r-14-de-Julho/>. Acesso em: out. 2020
Foto: Arquivo Histórico de campo Grande

Foto 48 - Rua 14 de Julho (década de 1950)

Fonte: <http://www.campogrande.ms.gov.br/reviva/artigos/teste-de-publicacao-de-patrimonio-cultural/>. Acesso em: out. 2020.
Foto: Arquivo Histórico de campo Grande

Foto 49 - Rua 14 de Julho

Fonte: <http://www.capital.ms.gov.br/arca/fotos/7194>.
Acesso em out. 2020.

A Rua 14 de Julho nasceu de um campo (foto 42), na década de 1910, em um descampado com apenas algumas moradias. Nas considerações de Williams (1989), este cenário inicial é definido como sendo uma forma simples de viver, referindo-se à cidade como espaços de realizações e comunicações incorporadas nas ruas. Contemplando essa proposta, as mencionadas anteriormente a 1920 ilustram a Rua como sendo parte da cidade, onde acontecem as comunicações e o dia a dia em efervescência.

Outras fotos apresentam dois aspectos da década de 1930, tais qual a fachada da Praça Ary Coelho, em 1935, e o prédio José Abrão, construído em 1939, de modo que se pode perceber que, em pequeno espaço de tempo, começa a surgir na Rua a imponência arquitetônica em estilo nascido na Europa: Art Déco.

O crescimento arquitetônico e as implementações necessárias, a partir de 1949, revelam já uma rua pavimentada e com inúmeros outros prédios e locomoção de pessoas, carros e animais que servem de transportes. Valverde (2004) confabula da ideia que a expansão é algo que pulsa naturalmente e, assim sendo, necessita de um prolongamento (em se tratando de rua) para se ocupar.

Carlos (2007) explicita que a urbanização não está acoplada ao crescimento por questões migratórias ou desenvolvimento demográfico, mas, sim, por hábitos e valores nas relações de espaços temporais. As fotos 48 e 49 destacam dois momentos importantes do uso do relógio: a primeira com os comícios na década de 1950, e a segunda com o mesmo relógio sendo ocupado de cenário fotográfico, retratando sua importância para a época.

Relatos da revista de divulgação do arquivo histórico de Campo Grande - MS/ARCA (1991) informam a implantação da Estrada de Ferro, e que a Rua 14 de Julho passou a ser-lhe tráfego para acesso, o que se tornou um caminho fértil para instalações comerciais. Neste

contexto, Meszaros (2008) anuncia que o trabalho está alinhado às concepções históricas que levam à emancipação.

Posto isso, é importante salientar que o título desta pesquisa, acerca da rua principal, deve-se ao seu sempre teor comercial, fato que, com o passar do tempo cronológico, foi ganhando painéis e placas chamativas ao consumismo, os quais encobriam-lhe as primeiras construções de legado histórico-patrimonial (fotos 50 e 51).

Foto 50 - Rua 14 de Julho - Campo Grande - MS



Fonte: www.capitalnews.com.br. Acesso em out. 2020.

Foto: Alessandra Carvalho

Foto 51 - Rua 14 de Julho - Campo Grande - MS



Fonte: www.capitalnews.com.br. Acesso em out. 2020.

Foto: Alessandra Carvalho

A Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS, para preservar seu patrimônio histórico-cultural, lançou o projeto Cidade Limpa (ou Reviva Centro), em 2011, por meio do qual todos os proprietários de lojas foram obrigados a retirar os letreiros que causavam invisibilidade ao patrimônio histórico, com o objetivo de preservar e impedir a obstrução que reduziam a visibilidade, que podiam afetar as interações sociais tradicionais ou ameaçar-lhe a integridade. Antes desse projeto já arrolava, em 2010, o Plano para a Revitalização do Centro de Campo Grande PMCG (2010), executado nos anos de 2018 e 2019 (fotos 52 e 53).

Foto 52 - Rua 14 de Julho - ano de 2020



Fonte: <http://g1.globo.com>. Acesso em: out.2020.

Foto: autor não revelado

Foto 53 - Rua 14 de Julho - Campo Grande - MS



Fonte: <http://g1.globo.com>. Acesso em out. 2020.

Foto: autor não revelado

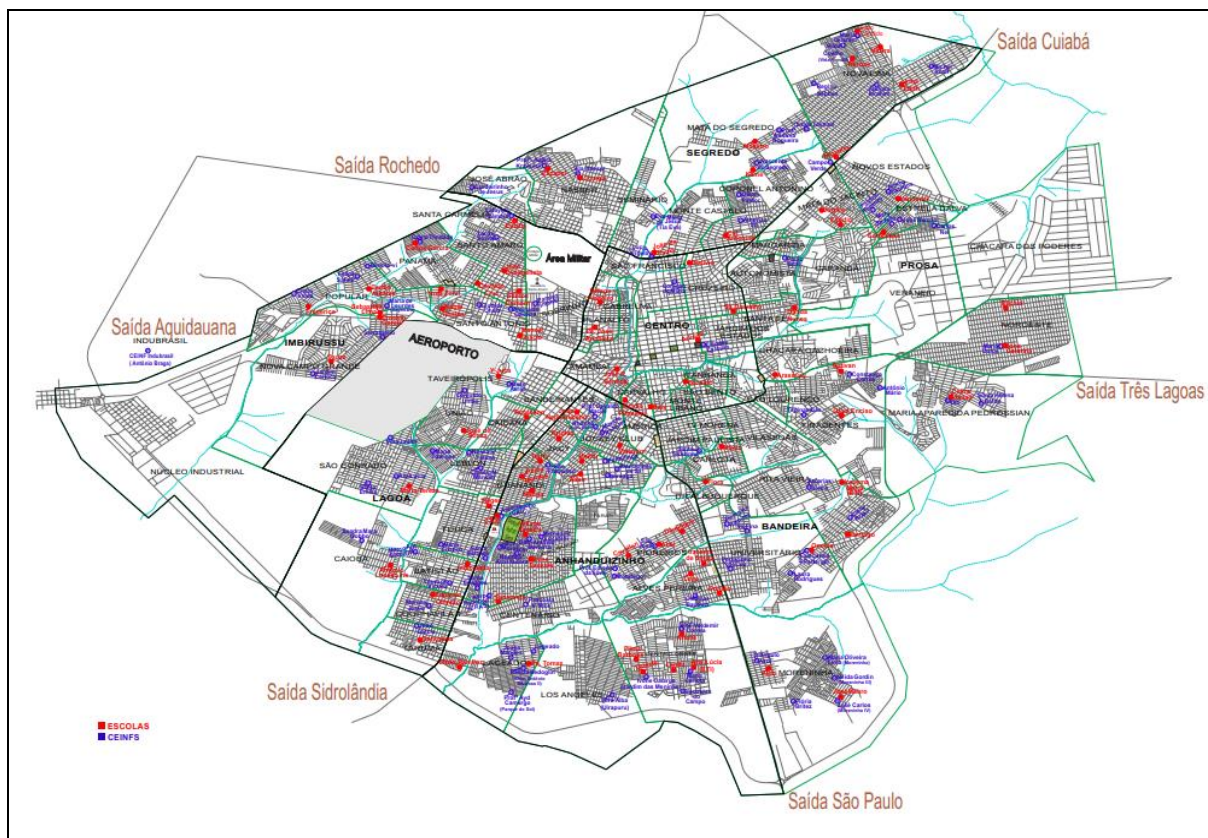
Pasquotto (2010) explana sobre o conceito de revitalização de cidades urbanas como sendo intervenções para reverter situações em que o contexto histórico encontra-se ameaçado, conforme é o caso da Rua 14 de Julho que, por entradas chamativas ao consumo, estava perdendo a originalidade inicial, por isso se optou pela modernização, sem perder seu legado, como se pode verificar pelas fotos (52 e 53).

Implementando tal discussão, Carlos *et al.* (1996) assumem novas discussões em torno do tema e contribuem para assegurar as relações entre os homens, com a utilização de *walkman*, telefones celulares e carros, por serem elementos novos que compõem o cenário da rua, ou seja, o novo convivendo com o espaço velho arquitetônico, prolongando, dessa maneira, a história da Rua 14 de Julho em Campo Grande - MS.

6.1 Aspectos gerais do Projeto Educação Patrimonial da Rede Municipal de Ensino/REME de Campo Grande - MS

A Rede Municipal de Ensino, em 2018 e 2019, resgatou o Projeto Educação Patrimonial, com o tema, Reviva Campo Grande - Rua 14 de Julho. Em 2018, com a retomada da parceria com a Secretaria de Cultura e Turismo, a edição preocupou-se em ter por base o Plano Municipal de Cultura e a contemplação das Metas (já citadas anteriormente) na área do patrimônio cultural, buscando desenvolver políticas públicas culturais com enfoque na valorização da cultura local e regional, com vista a consolidar a relação entre cultura e desenvolvimento. A atuação voltou-se à alfabetização cultural nas escolas da REME, de forma que, ao final do projeto, os professores e alunos poderiam atuar de agentes multiplicadores dos conhecimentos obtidos e de atitudes positivas e reflexivas com relação ao patrimônio arquitetônico, cultural, artístico e ambiental.

Com efeito este oferece a oportunidade para trabalhar por meio da educação patrimonial, as memórias da Rua 14 de Julho (mapa 4), ressaltando seu título de rua principal e também por estar localizada no centro - histórico da cidade, com influências do passado na atualidade.

Mapa 4 - Escolas Envolvidas no Projeto - 2018**Legenda Regiões**

Centro: Escola Municipal Nelson de Souza Pinheiro

Segredo: Escola Municipal Hércules Maymone

Segredo: Escola Municipal Leovegildo de Melo (Escola do Campo)

Anhauizinho: Escola Municipal Padre José Valentim

Imbirussu: Escola Municipal Desembargador Carlos Garcia

Bandeira: Escola Municipal José Mauro

Lagoa: Escola Municipal Doutor Eduardo Olímpio

Centro: Escola Municipal Lenita de Sena Nachif

Fonte: Secretaria Municipal de Campo Grande - MS (SEMED)

Foram oito escolas que aderiram ao projeto (mapa 4), praticamente uma em cada região, com os alunos dos 9^{os} anos. A localização das escolas é bastante significativa, tendo em vista o respeito à memória e ao patrimônio histórico, além da disseminação desses aspectos.

Quadro 19 - Ações do projeto - 2018

Atividades	Datas/Períodos	Objetivos	Público Alvo
Encontro com os professores das escolas em adesão.	De 29 de agosto a 4 de setembro de 2018.	Estabelecer estratégias pedagógicas	Professores de diversas áreas
Formação para alunos das escolas envolvidas.	Setembro de 2018.	Oferecer conhecimento histórico-patrimonial sobre o assunto.	Alunos
Formação - Programa	De 23 a 29 de	Qualificar os	Professores envolvidos

Atividades	Datas/Períodos	Objetivos	Público Alvo
Educa Iphan - “Patrimônio Cultural - Um constante aprendizado”.	outubro de 2018.	professores para o desenvolvimento do projeto	no projeto.
Amostra dos trabalhos/entrega dos certificados e apresentações culturais dos alunos participantes do projeto.	05 de dezembro 2018	Encerrar as atividades do ano de 2018	Educados e educadores da Rede Municipal de Campo Grande /MS

Fonte: Elaboração da própria autoria/2019.

As ações de 2018 contaram com a participação efetiva das oito escolas que desenvolveram o projeto, para possíveis novas adesões, e a culminância aconteceu depois de cinco meses de trabalho. Com a continuidade das ações, em 2019, ocorreu a revitalização da Rua 14 de Julho. As fotos (54 a 61) a seguir ilustram os trabalhos apontados no quadro 19.

Foto 54 - Projeto 2018 nas escolas (A)



Foto: Aline Ferreira/2018.

Foto 55 - Projeto 2018 nas escolas (B)

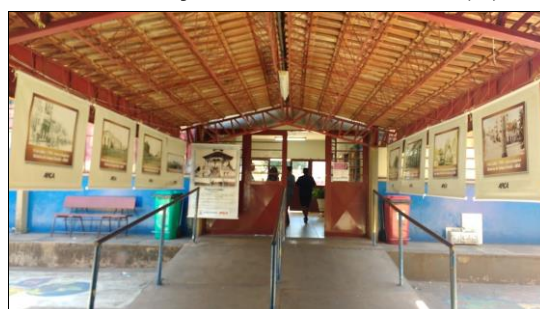


Foto: Aline Ferreira/2018.

Foto 56 - Projeto 2018 nas Escolas (C)



Foto: Magali Luzio Ferreira/2018.

Foto 57 - Projeto 2018 nas Escolas (D)



Foto: Magali Luzio/2018.

Foto 58 - Projeto 2018 - Visita guiada - Rua 14 de Julho (A)



Foto: Magali Luzio Ferreira/2018.

Foto 59 - Projeto 2018 - Visita guiada - Rua 14 de Julho (B)



Foto: Aline Ferreira/2018

Foto 60 - Projeto 2018 - Visita Guiada - Rua 14 de Julho (C)



Foto: Magali Luzio/2018.

Foto 61 - Projeto 2018 - Exposição de trabalhos - Rua 14 de Julho



Foto: Aline Ferreira/2018

Em 2019, o Projeto De Educação Patrimonial contou com a participação de seis escolas municipais; das oito participantes no ano anterior, somente a EM Nelson de Souza Pinheiro e EM Leovegildo de Melo (escola rural), e os alunos dos 9^{os} anos não participaram desta nova fase. O encerramento do projeto deu-se na Praça Ary Coelho, com exposição de fotos de autoria dos alunos em um grande painel (Foto 62).

Foto 62 - Projeto 2019 - Finalização da pesquisa



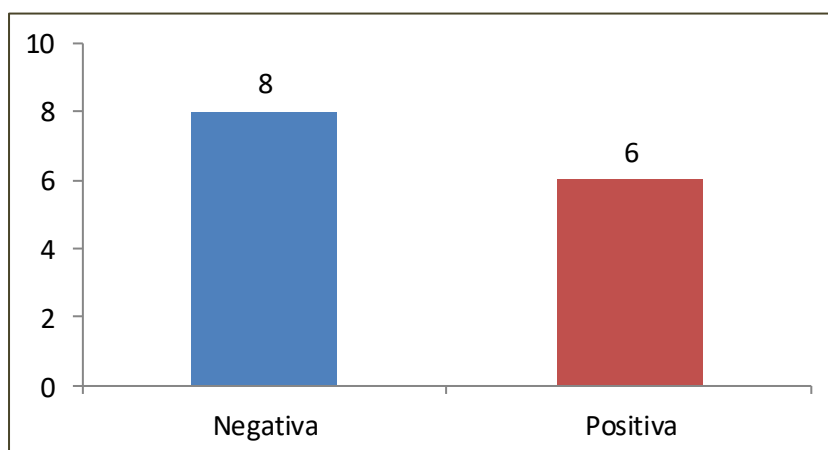
Foto: Magali Luzio Ferreira/2019.

A pesquisa referente a 2019 foi realizada no intuito de averiguar a importância da educação patrimonial nas escolas e solidificar o que foi traçado por objetivo principal, despertando, assim, o interesse dos alunos em preservar a memória e a história da rua principal da cidade, que foi revitalizada sem perder os vestígios de seu patrimônio histórico-cultural construído ao longo de sua história. Finalizaram expondo, em um painel (foto 68), os principais pontos que ganharam nova roupagem.

6.2 Dados estatísticos da pesquisa de campo

Com o propósito de averiguar o aproveitamento de dois anos de pesquisa, foi aplicado um questionário (apêndice A) aos 18 (dezoitos) professores participantes. Porém houve a rotatividade dos educandos, uma vez que a revitalização da Rua 14 de Julho, no Centro, ocorreu nos anos de 2018 e 2019, permanecendo os mesmos educadores. A finalidade desses dados foi o de coletar as experiências pedagógicas no campo da educação patrimonial.

Gráfico 2 - Aulas no centro histórico na cidade de Campo Grande - MS



No gráfico 2, verificou-se que os professores com experiências de ações pedagógicas não atingem a totalidade, e dos 18 questionados, 4 omitiram as respostas, por razões desconhecidas. Quando indagados com que frequência realizavam tais aulas, foram unânimes em responder negativamente.

O trabalho pedagógico voltado para a educação patrimonial, no ambiente escolar, ainda é novo; tais posturas precisam ser impostas na formação acadêmica do professor. O olhar sensível didático-pedagógico, em primeiro lugar, deve partir de quem forma esse educador. Priorizar alguns temas nas ciências humanas (quadro 20) deve ser tão necessário quanto se priorizar as quatro operações.

Quadro 20 - Motivos de adesão ao projeto

Reviva Campo Grande - Rua 14 de Julho
<ul style="list-style-type: none"> - Convite da equipe de História da Secretaria Municipal de Educação/SEMED. - O projeto de revitalização da Rua 14 de Julho. - Projeto Educação Patrimonial. - Olhar diferenciado de contemplação. - Análise da constituição do espaço e da organização da cidade.

As principais respostas obtidas no quadro 21 demonstram a necessidade, por parte dos órgãos centrais, tais quais secretarias educacionais e culturais, em oferecer e subsidiar ações às entidades escolares para despertarem interesses em conhecer a história da sua cidade e prepará-las para preservações futuras, apoiando as decisões e iniciativas de pesquisas que advierem.

Quadro 21 - Informações sobre a temática

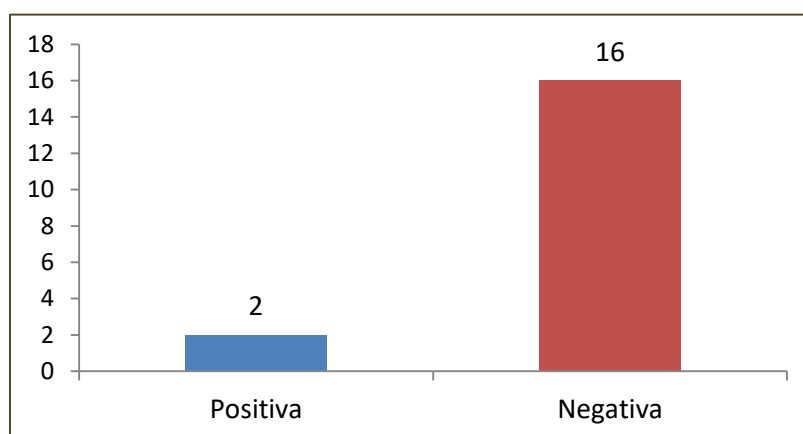
Conhecimentos prévios
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimentos sobre o processo histórico de formação da cidade de Campo Grande, acessos a materiais, formações e palestras disponibilizados pela equipe da Secretaria Municipal de Educação Campo Grande/SEMED. - Tema já havia sido trabalhado na escola, mas nunca fora feita visita pedagógica guiada ao centro histórico da cidade. - Apenas o obtido na graduação. - Participações em encontros.

Ainda sobre o quadro 21, identificou-se que os professores demonstraram conhecer anteriormente o tema dos estudos sobre a formação histórica da cidade e por meio de

formações oferecidas pela Secretaria. Assinalaram. Também, que desenvolveram trabalhos na própria escola de atuação; outros apontaram ter contato com o tema na graduação e em encontros diversos. Pelos relatos, foi possível observar que muitos professores participaram, pela primeira vez, de uma ação com os alunos em uma visita pedagógica guiada.

Os dados contribuem para que possamos aferir o estágio de preparo e execução dos professores em oferecer formações para seus alunos, que acerbe a identidade, cidadania e valorização histórica. Confronto necessário para que possamos alfabetizá-los culturalmente.

Gráfico 3 - Participação em projetos sobre educação patrimonial



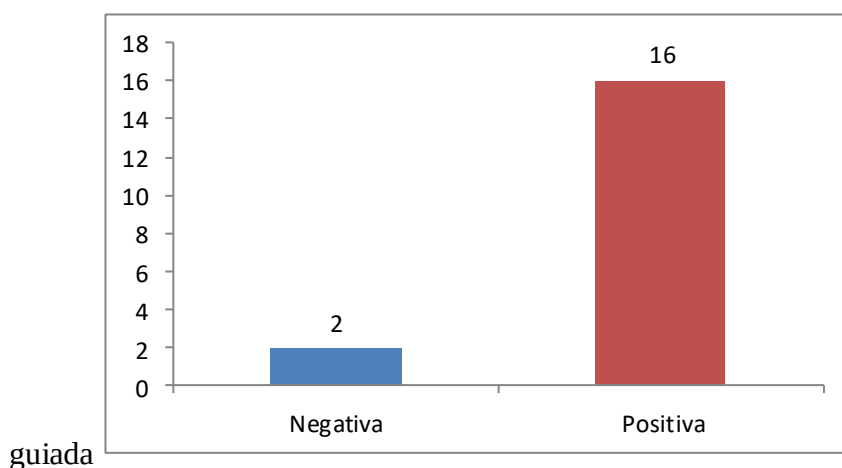
Com a leitura do gráfico 3, reconhecemos que a educação patrimonial, como sendo processo ativo metodológico, busca levar os educandos e educadores à valorização da herança cultural local, porém esta afirmação está longe de ser celebrada. Queiramos ou não, isso denota uma ameaça de extinção ou ocultação de nossos valores mais próximos.

Quadro 22 - Expectativa docente em participar das atividades do projeto

Expectativas em relação ao Projeto
<ul style="list-style-type: none"> - Estudar, na prática, um conteúdo que, muitas vezes, ficamos só com a parte teórica e distante da realidade. - Despertar o interesse do aluno sobre a necessidade da preservação patrimonial, da valorização da história e memória de sua cidade e sua vivência. - Desenvolver um olhar diferenciado sobre a Rua 14 de Julho e as edificações que fazem parte do patrimônio de nossa cidade, para que, a partir disso, estabeleçam hipóteses sobre como se deu o processo de urbanização. - Desenvolver nos alunos senso de pertencimento a uma história, seja na escola, no bairro ou na cidade, e que parte dessa história esteja contada indiretamente nas construções que os rodeiam.

O quadro 22, relacionado às expectativas dos professores, demonstra que o estudo para a educação patrimonial deve começar pela sensibilização para efeito de ressignificação. Segundo Cerqueira (2006, p. 4) “[...] deve-se cumprir uma função importante na trajetória do indivíduo, pois não só suscita lembranças, como também sentimentos, reforçando identidades”, uma vez que os investigadores, alunos, precisam se sentir participantes da pesquisa, uma vez que se refere à sua cidade de nascimento e moradia.

Gráfico 4 - Expectativas docentes atendidas - Visita



No gráfico 4, as respostas negativas criticam a forma na condução dos trabalhos, diferenças de posturas, métodos elaborados nos anos de 2018 e 2019, e que no primeiro ano houve maior empenho e dedicação por parte dos apoiadores SECTUR e SEMED. Uma das respostas negativas refere-se à não participação nas atividades de encerramento, ou seja, não conseguiu atingir o resultado esperado. Outro fator negativo mencionado foi o pouco interesse dos alunos. Por outro lado, a maioria registrou o prazer em visitar a Rua 14 de Julho com outros olhares.

Quadro 23 - Cognição dos alunos para a abordagem do tema

Pontos facilitadores
<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho realizado em sala de aula. - Material de apoio oferecido pela Secretaria Municipal de Educação/SEMED. - Realização de palestras, formações e exposições proporcionando os instrumentos necessários para compreensão e assimilação.

Os aspectos facilitadores apontados no quadro 23 foram realizados por técnicos da SECTUR e da SEMED e professores das oito escolas envolvidas, com o intuito de preparar os

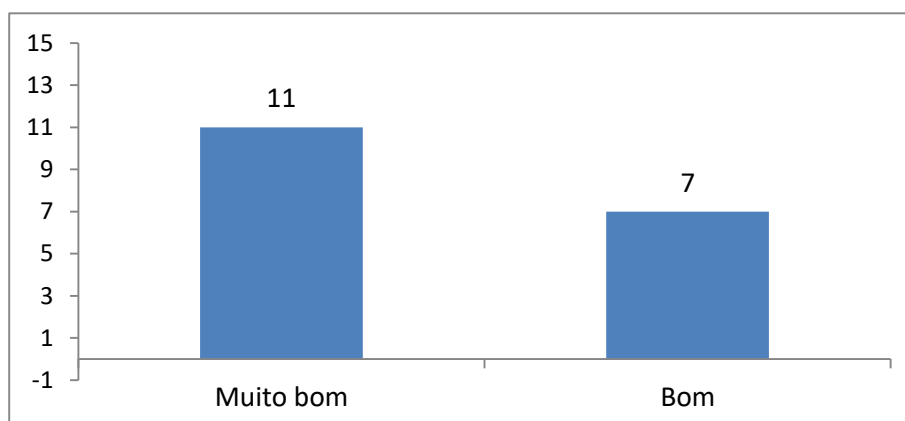
alunos para uma aprendizagem que, tal qual qualquer construção de conhecimento, requer preparação prévia. Cerqueira *et al.* (2011, p. 23) assinalam “[...] que se deve exercitar a faculdade cognitiva do olhar, como sentimento humano de fruição e inteligência do patrimônio”.

Quadro 24 - Incentivo à educação patrimonial

Principais afirmações
<ul style="list-style-type: none"> - Dar continuidade ao trabalho na escola. - Compartilhar o projeto com outras turmas. - Usar o material disponibilizado de recurso, para os próximos trabalhos. - Desenvolver a educação patrimonial nas aulas de História.

Quanto ao quadro 24, as afirmativas assinalaram a promoção da educação patrimonial no espaço escolar, com significado ao desenvolvimento cultural próximo ou não, ao que está aqui e do outro lado também. Rangel (2010, p. 9) defende que “é um processo de autoeducação e sensibilização que visa a eliminar a miopia”, que nos faz enxergar e exaltar somente os grandes fatos e heróis da história.

Gráfico 5 - Avaliação dos docentes



O gráfico 5 aponta para uma avaliação satisfatória, complementada por algumas sugestões: disponibilizar oficinas com mais acessibilidade; começar o trabalho desde o início do ano letivo; desenvolver o Projeto Educação Patrimonial em todas as turmas; dar continuidade ao projeto nas escolas.

A finalidade desses dados foi coletar as experiências pedagógicas no trato quanto à educação patrimonial por parte dos professores e, para isso, houve uma prévia preparação

para a execução dos trabalhos, porque, conforme já apontando, o assunto é tímido no meio escolar, mas isso não somente em Campo Grande - MS, mas em todo o território nacional.

Uma vez os professores preparados com oficinas, palestras e seminários, com apoio técnico da SEMED e da SECTUR para realizarem sondagens, constatou-se a hipótese de grande relevância o uso deste assunto como recurso pedagógico para ser utilizado nas aulas de história, a ser introduzido em todos os conteúdos, uma vez que toda história é feita de sujeito que constrói seu patrimônio, com ações e acima de tudo, afetivas.

Vale notar que a inferência dessas Secretarias, para despertar nesses educadores o desejo de trabalhar educação patrimonial, foi de grande valia, pois abre as portas do conhecimento para descobrir o seu espaço e do outro, como forma afetiva de construção cognitiva.

Outro fator que deve ser ressaltado é a complementação das aulas teóricas com a prática, às vezes necessário, mas que pouco ou que quase nunca acontece, por falta não somente de preparo acadêmico do professor, mas, também, por ausência de recursos. Essa interação (sala e campo), principalmente quando se trata do local mais próximo, é fundamental, já que outros lugares podem ser estudados virtualmente. Por ser o local mais próximo a ser ensinado, o aluno precisa sentir o cheiro, as formas, já que reside na cidade. Neste sentido, Saballa (2007, p. 24) afirma que, “[...] assentar-se em bases sólidas a identidade cultural, com apropriação e valorização de heranças sendo assim o patrimônio cultural se manifesta” [...]. Fato que, também, propõe-se, nesta tese, apresentar um estudo que promova a história, com valorização das identidades múltiplas e facetadas que compõem o cenário de Campo Grande - MS e da sua rua principal.

Destaca-se a experiência pedagógica em educação patrimonial, em que se utilizou por ponto de partida a Rua 14 de Julho e sua revitalização, com acompanhamento das etapas de reconstrução, além da reflexão e estudo de preservação histórica, para, dessa maneira, desenvolver outros trabalhos que venham a acontecer no espaço escolar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando conhecemos o universo do patrimônio histórico-cultural, é gratificante o sentimento de bem-estar e prazer aos quais somos envolvidos, porque sentimos despertar o pulsar da vida humana, quer numa arquitetura suntuosa ou não, num objeto pessoal ou numa peça de museu, numa história contada a diversas gerações ou numa receita gastronômica de família, enfim, sentimos a ação e imaginação do homem, seja comum ou notório.

Apesar de todas essas ponderações, esse território ainda é pouco conhecido, motivo por que a dificuldade de respeito e valoração sobre o assunto é grande, e isso se deve à falta de conhecimento, o que faz com que a educação patrimonial ocupe um espaço ainda pequeno na área educacional.

Em relação ao alargamento desse espaço de estudo sobre o patrimônio histórico-cultural na escola, faz-se necessário implantarmos programas e projetos que disseminem o assunto; fortalecer ações que possam ser avivadas com o estabelecimento de parcerias com órgãos governamentais, institucionais ou não, mas que estejam abertos a dar apoio e subsídios.

Embora haja iniciativas de propagação dos estudos sobre patrimônio histórico-cultural, por meio da educação patrimonial, torna-se imprescindível a efetividade do respeito e salvaguarda do bem, e o primeiro passo para que isso ocorra é se oferecermos ao público-alvo em questão o sentimento de pertença, quer seja o seu ou do outro, com efetividade, de forma material ou imaterial. Essa percepção de sensibilidade deve partir dos gestores ou proponentes da causa.

Por se firmar tal concepção inicial de pertencimento ao meio em que vivemos, esta pesquisa relacionou, em seus caminhos, o evidenciar a Rua 14 de Julho, por patrimônio histórico-cultural da cidade de Campo Grande - MS, com suas ramificações espaciais e históricas e a identificação de suas mudanças e permanências ao longo do tempo.

Para tanto é preciso um processo ativo metodológico, com marcos e metas que busquem levar os educandos, educadores e sociedade à valorização da herança cultural local. Dessa forma, o estudo pautou-se em se ocupar do projeto de revitalização da rua principal da cidade para fomento à valorização ao patrimônio histórico-cultural pela educação patrimonial, com vistas a não perder a afetividade, que só tem a contribuir para com o desenvolvimento local.

Contudo a realização desta pesquisa somente nos é permitida se não ignoramos o posicionamento de outros estudiosos sobre o tema, que contribuíram e contribuem para

qualificar o que hoje se pode conceber por patrimônio histórico-cultural e educação patrimonial. Enquanto pesquisadores e adeptos da causa, devemos nos alçar das leituras advindas sobre o que temos acerca de patrimônio cultural material e imaterial, memória, espaço, lugar, território/territorialidade, reterritorialidade e desenvolvimento local.

É importante perceber as conexões histórico-culturais, tanto quanto os panoramas histórico-culturais que expostos no mundo, Brasil e na cidade de Campo Grande (conforme Decreto n. 9.685, de 18 de julho de 2006, pelo qual se institui o registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível que constituem patrimônio cultural do município de Campo Grande).

Por outro lado, os conceitos defendidos por Horta, Grunberg, Monteiro, Fratini, Silveira, Medeiros e Surya, Teixeira e Scifoni, referentes à educação patrimonial, proporcionam-nos embasamentos teórico-práticos para que possamos operacionalizar as questões relativas ao tema.

O enquadramento do tema a educação do patrimônio cultural na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande - MS: Rua 14 de Julho, fez-se presente nesta pesquisa para propiciar uma relação do passado não somente de sustentáculo para o presente, mas, também, para possibilitar a germinação, no terreno escolar, do sentimento de pertença, de valorização, de identidade, de respeito e de boa qualidade de vida, com vistas ao desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

AFFONSO, Rui de Britto Alvares. **Descentralização, desenvolvimento local e crise da Federação no Brasil**. Santiago - Chile: CEPAL, 2000. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/31396/S0003168_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 out. 2020.

ALBAGLI, Sarita. Conhecimento, inclusão social e desenvolvimento local. **Inclusão Social**, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/100988>. Acesso em: 18 out. 2020.

AMIGUINHO, Abílio. Educação em meio rural e desenvolvimento local. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 18, n. 2, p. 7-43, 2005.

ARCA. Revista do Arquivo Histórico de Campo Grande. **A Ferrovia Noroeste do Brasil: colonização japonesa e alemã**, n. 2, Campo Grande, 1991.

ÁVILA, Vicente Fideles. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. **Interações: revista internacional de desenvolvimento local**, Campo Grande MS, n. 1, p. 63-75, 2000.

BERTOLT, Brecht 1898 - 1958. Perguntas de um operário letrado. Disponível em: https://www.pensador.com/autor/bertolt_brecht. Acesso em: 14 jul. 2020.

BORDO, Adilson Aparecido *et al.* As diferentes abordagens do conceito de território. **Recuperado em**, v. 5, 2012.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: Set. de 2020.

BRASIL. **Lei Complementar n. 161, de 20 de julho de 2010**. Institui o plano para revitalização do centro de Campo Grande e dá outras providências. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/wp-content/uploads/sites/18/2016/12/Lei-Complementar-n.-1612010.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. **Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12343.htm. Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília: MINC, 2012.

BRÊTAS, Ana Cristina Passarella. Pesquisa qualitativa e o método da história oral: aspectos conceituais. **Acta Paul Enferm.**, v. 13, n. 3, p. 81-91, 2000.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUTTIMER, Anne. **Aprendendo o dinamismo do mundo vivido**. In: CHRISTOFOLETTI, A. Perspectivas da Geografia. São Paulo: DIFEL, 1985.

CABRAL, Clara Bertrand. **Patrimônio Cultural Imaterial** - Convenção da Unesco e Seus Contextos. Portugal: Edições 70, 2018.

CALADO, Lenita Maria Rodrigues. Feira Livre Central em Campo Grande: Lugar de consumo material e cultural na cidade que se transformou em capital. **Albuquerque: revista de história**, v. 4, n. 7, 2012.

CAMPO GRANDE (município). **Decreto municipal n. 11.510, de 23 de maio de 2011**. Regulamenta parcialmente o capítulo II, que trata da poluição visual no código de polícia administrativa, instituído pela Lei n. 2.909, de 28 de julho de 1992, e o art. 26 da Lei Complementar n. 162, de 20 de julho de 2010, que trata do controle da poluição visual na zona especial de interesse cultural do centro. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/semadur/downloads/decreto-municipal-n-11-510-de-23-de-maio-de-2011>. Acesso em: 25 out. 2020.

CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. **Horizontes antropológicos**, v. 11, n. 23, p. 163-175, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri *et al.* **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Metamorfoses urbanas. **GeoTextos**, v. 3, 2007.

CASTRO, Maria Laura Viveiros; FONSECA, Maria Cecilia Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais**. Brasília: Educarte; UNESCO, 2008.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. São Paulo: Editora FGV, 2016.

CERQUEIRA Fábio Vergara. Programa Memoriar: sensibilização de jovens para a diversidade identitária por meio da educação patrimonial. **Anais... V ENCONTRO DO NÚCLEO REGIONAL SUL DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA - SAB/Sul**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 20 a 23 de novembro, 2006.

CERQUEIRA, Fábio Vergara *et al.* Considerações conceituais e metodológicas sobre projetos de educação patrimonial. **Revista Arqueologia Pública**, v. 4, n. 1 [4], p. 20-31, 2011.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

CORREIA, Roberto Lobato *et al.* **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CUNHA, Lúcio; VIEIRA, António. **Patrimônio geomorfológico, recurso para o desenvolvimento local em espaços de montanha: exemplos no Portugal Central**. Portugal: Universidade de Coimbra, 2002.

CUNHA, Maria Isabel. Os conceitos de espaço, lugar e território nos processos analíticos da formação dos docentes universitários. **Educação Unisinos**, v. 12, n. 3, p. 182-186, 2008.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, v. 5, 1997.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral-memória, tempo, identidades**. São Paulo: Autentica, 2017.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural** - recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

DOWBOR, Ladislau. Educação e desenvolvimento local. **Globalização, educação e movimentos sociais**, v. 40, p. 22-36, 2006.

DUHL, Leonard J. 1963. **The Urban Conditions: People and Policy in the Metropolis**. Nova York: Simon & Schuster, 1963.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, **CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, p. 133-168, 2005.

FERNANDES, Eugénia M.; MAIA, Ângela. **Grounded theory**. Braga: Universidade de Minho, 2001.

FERREIRA, Magali Luzio; CASTILHO, Maria Augusta; OLIVEIRA, Edilene Maria. Brasil, Paraguai, Argentina e Chile/Rota Bioceânica: relações culturais no território vivido. **Interações (Campo Grande)**, p. 69-89, jul. 2019. Disponível em: <http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/2299>. Acesso em: 18 nov. 2019.

FLORENCIO, Sônia Rampim. Política de educação patrimonial no Iphan: diretrizes conceituais e ações estratégicas. **Revista CPC**, v. 14, n. 27 ed. esp, p. 55-89, 2019.

FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. **Histórica - Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 34, 2009.

FREITAS, Eduardo. **A divisão do mundo de acordo com a visão eurocentrista**. 17 abr. 2020. <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/a-divisao-mundo-acordocom-visao-eurocentrista.htm>. Disponível em: Acesso em: 20 out. 2020.

FUNARI, Pedro Paulo. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Zahar, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **O que é patrimônio cultural imaterial?** São Paulo: Brasiliense, 2017.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GARCIA, Daniela Sottili; REIS, Josiane Agostini de Almeida; SILVA, Luciana de Jesus Rabêlo. A importância da revitalização da Rua 14 de Julho para o fortalecimento da identidade cultural de Campo Grande, Mato Grosso do Sul/MS, Brasil. **Turismo e Sociedade**, v. 9, n. 3, 2017.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

HAYLLAR, Bruce *et al.* **Turismo em cidades**: espaços urbanos, lugares turísticos. Trad. Ana Paula Spolon e Jorge Camargo. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2011.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Educação patrimonial. *In*: BARRETO, Euler Arrais *et al.* (Orgs.). **Patrimônio cultural e educação** - artigos e resultados. Goiânia: IPHAN, 2010, p. 15 - 21.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan, 1999.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimonial material**, 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>. Acesso em: 21 out. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O IPHAN** - histórico. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acesso em: 21 out. 2019.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação patrimonial** - histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf. Acesso em: 21 out. 2019.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Sustentabilidade local. **Anais... IV SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SOCIOECONÔMICOS DO PANTANAL** - Sustentabilidade Regional, v. 23, p. 93-99, Corumbá - MS, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: Unesp, 1998.

LEITE, Adriana Filgueira. O lugar: duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 21, p. 9-20, 1998.

LIMA, Eduardo; TREVISAN, Rita. **Para que serviam as missões jesuíticas?** 1º maio 2011. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2447/para-que-serviam-as-missoes-jesuisticas>. Acesso em: 31 out. 2019.

LITTLE, Paul E. Espaço, memória e migração: por uma teoria da reterritorialização. **Textos de história**, v. 2, n. 4, p. 5-25, 1994.

LOWENTHAL, David. **The heritage crusade and the spoils of history**. Cambridge University Press, 1998.

LOWENTHAL, David. **The heritage crusade and the spoils of history**. Cambridge University Press, 1998.

MACHADO, Mônica Sampaio. Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. **Geo UERJ**, nº 1, p. 17-32, 1997.

MARQUES, Heitor Romero *et al.* **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Campo Grande: UCDB, v. 55, 2006.

MARQUES, Rubens Costa. **Sobá**: Patrimônio Imaterial de Campo Grande/MS. 22 jul. 2009. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos/1714018>. Acesso em: 12 dez. 2020.

MARQUES, Rubens Moraes da Costa. **Trilogia do patrimônio histórico e cultural sul-mato-grossense**. 2. ed. Campo Grande: Fundação de Cultura de MS, 2007.

MARTIN, José Carpio. Nuevas realidades en el desarrollo local en España e Iberoamérica. **Anais... SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PERSPECTIVAS DE DESARROLLO LOCAL EN IBEROAMÉRICA**. Santiago de Compostela, 3-7 maio, 1999.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Interações (Campo Grande)**, v. 3, n. 5, set., 2002.

MEDEIROS, Mércia Carréra; SURYA, Leandro. A importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio. **Anais... XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH**, Fortaleza, 2009.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico. **História em Revista**, v. 10, n. 10, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-qualitativo**: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MUNIZ, Tiago Silva Alves; PELACANI, Barbara Cristina; SÁNCHEZ, Celso. Abordagem Crítica da Educação Ambiental e Patrimonial: conexões possíveis rumo ao pensamento pós-colonial. **Anais... IX EPEA - ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**, Juiz de Fora, 13 a 16 agosto, v. 9, p. 1-10, 2017.

MURTA, Stela Maris. **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

NORA, Pierre *et al.* Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino. **Campo Grande e a Rua 14 de Julho**: tempo, espaço e sociedade. 2003. 181f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2003.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista. **Memória, história e patrimônio histórico**. São Cristóvão: UFS, 2010.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista. O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 21, n. 29, p. 19-38, 2008.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista. O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. **Cadernos do CEOM**, ano 21, n. 29, 2008.

PASQUOTTO, Geise. Renovação, revitalização e reabilitação: reflexões sobre as terminologias nas intervenções urbanas. **Revista Complexus** - Instituto Superior de Engenharia Arquitetura e Design - CEUNSP, Salto - SP, v. 1, 2010.

PENÁLBA, Josue Llull. *Evolución de concepto u de la significación social del patrimonio cultural*. **Revista Arte, Individuo y Sociedad**. Madrid, v. 17, may, 2000.

PEREIRA, Maria da Piedade Rolo; CARDOSO, Ana Paula Pereira Oliveira. A escola e a educação patrimonial: perspectivas de intervenção. **Millenium - Journal of Education, Technologies and Health**, n. 38, p. 107-123, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. São Paulo: Autêntica, 2013.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. São Paulo: Contexto, 2005.

PINTO, Helena. Educação patrimonial e educação histórica: contributos para um diálogo interidentitário na construção de significado sobre o passado. **Diálogos** - Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, v. 19, n. 1, p. 199-220, 2015.

PIRES, Maria Coeli Simões. **Da proteção ao patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

RABELLO, Sonia. **O tombamento**. Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Dalla nostalgia del territorio al desiderio di paesaggio**: elementi per una teoria del paesaggio. Firenze: Alinea Editrice, 2005.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. São Paulo: Loyola, 2005.

RANGEL, Carlos Henrique. O papel da Educação patrimonial. **Revista de Educação patrimonial por Dentro da História**, ano 2, n. 3, p. 9-10. 2010.

RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica. **Guia para eficiência nos estudos**, v. 13, p. 131, 1996.

SABALLA, Viviane Adriana. Educação patrimonial: “lugares de memória”. **Revista Mouseion**, v. 1, p. 23-25, 2007.

SANDRONI, Carlos. Samba de roda, patrimônio imaterial da humanidade. **Revista Estudos avançados**, v. 24, n. 69, p. 373-388, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica-razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SCHNEIDER, Cristina Seibert. Turismo Cultural: uma proposta de preservação do patrimônio material. **Anais...** Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, v. 4, 2006.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova Educação patrimonial. **Revista Teias**, v. 18, n. 48, p. 5-16, 2017.

SIGNIFICADOS. Ecletismo. Disponível em: <https://www.significados.com.br/ecletismo>. Acesso em: 31 out. 2019.

SILVA, Denison Ferreira. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, 2014.

SILVA, Elsa Peralta. Patrimônio e identidade. Os desafios do turismo cultural. **Antropológicas**, n. 4, p. 217-224, 2000.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu *et al.* Educação patrimonial: perspectivas e dilemas. **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**, 2007.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 18-42, 2003.

STRAUSS, Anselm L. **Qualitative analysis for social scientists**. San Francisco: Cambridge University Press, 1987.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. A educação patrimonial no ensino de História. **Biblos**, v. 22, n. 1, p. 199-211, 2008.

TELLES, Mário Ferreira Pragmácio. O registro como forma de proteção do patrimônio cultural imaterial. **Revista CPC**, n. 4, p. 40-71, 2007.

TUAN, Yi-Fu. Environment” and “world. **The Professional Geographer**, v. 17, n. 5, p. 6-8, 1965.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: A perspectiva da experiência**. SciELO-EDUEL, 2013.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris: UNESCO, 17 outubro, (2003).

VALE, Ana Lia Farias; SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves. O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. **Revista Faz Ciência**, v. 7, n. 1, p. 11, 2005.

VALVERDE, R. R. H. F. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **GEOUSP-Espaço e Tempo, São Paulo**, n. 15, p. 119-126, 2004.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. **Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 4, n. 1, p. 437-454, 2009.

VIANNA, Leticia Costa Rodrigues *et al.* Patrimônio imaterial: legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular. **Celebrações e saberes da Cultura Popular**, p. 15-24, 2004.

VIANNA, Leticia Costa Rodrigues. **Patrimônio imaterial**. Dicionário do Patrimônio Cultural. Brasília: IPHA, 20 de jun. de 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/85>. Acesso em: 20 jun. 2019.

VIEIRA NETO, Paulo **Estatística descritiva: Conceitos básicos**. São Paulo, março, 2004.

WESTPHAL, Márcia Faria. O movimento cidades/municípios saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, p. 39-51, 2000.

WIKIPEDIA. **Campo Grande**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_Grande#Etnias. Acesso em: 20 set. 2020.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

YÁNEZ CASAL, Adolfo. Património e modernidade. *In: Museologia e Autarquias*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 1999, p. 57-61.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006.

APÊNDICE

Questionário de Avaliação do Professor

PROJETO REVIVA CAMPO GRANDE - RUA 14 DE JULHO

Escola:..... Ano:.....

Dia/Hora:..... Idade (faixa etária):.....

Prezado Professor:

Para otimizar o trabalho desenvolvido pela equipe do Projeto de Educação Patrimonial, gostaríamos de sua colaboração para avaliar a atividade educativa oferecida aos seus alunos.

A sua opinião nos será muito útil.

1. É a primeira vez que você traz seus alunos ao centro da cidade?

() Sim

() Não

Com que frequência você o faz?

() Mensal

() Semanal

() Anual

2. O que o motivou a trazê-los?

.....

3. Qual disciplina você leciona para esta turma?

.....

4. Qual nível de informação/conhecimento você possui sobre o tema?

.....

5. Você já participou de algum Projeto de Educação Patrimonial? Qual?

.....

6. Qual a expectativa ao trazer seus alunos para participarem da atividade e do Projeto de Educação Patrimonial?

.....

A sua expectativa foi atendida?

() Sim

() Não

() Em parte

Por quê?.....

7. Houve preparação para a visita ao centro da cidade?

() Sim

() Não

Em caso positivo, que tipo de preparação?

.....

8. Os alunos estavam motivados a visitarem o centro da cidade?

() Muito () Em parte () Não

Qual a razão da motivação/desmotivação?

.....

Eles estavam motivados a desenvolverem as atividades propostas?

() Sim () Não () Em parte

Como você observou isso?.....

.....

9. Os alunos se mostraram participativos durante o Projeto?

() Muito () Em parte () Não

10. O tempo utilizado no Projeto foi suficiente?

() Sim () Não

11. A abordagem do tema estava compatível com o nível de compreensão dos alunos?

() Sim () Não

Por quê?

12. A atividade oferecida pelo Projeto auxiliará você, de alguma forma, em sala de aula?

() Sim () Não () Em parte

Em caso de afirmativo, como você pretende utilizá-la?

() em História () em Arte () em Comunicação e Expressão

() em Matemática () outros:.....

13. Como você classificaria o tratamento dispensado pela equipe do Projeto?

() Muito Bom () Bom () Regular () Péssimo

14. Sugestões:

.....

.....

.....

.....

.....

ANEXOS

ANEXO 1 - Projeto Educação Patrimonial 2018

REVIVA CAMPO GRANDE - ETAPA

Prefeito Municipal

Marcos Marcello Trad

Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Nilde Clara de Souza Benites Brum

Secretária Municipal de Educação

Elza Fernandes

Gerente de Patrimônio Cultural

Lenilde Ramos

Chefe Divisão de Patrimônio Cultural

Joelma Arguelho

Superintendente - SEMED/Suped

Waldir Leonel

Chefe - SEMED/DED

Magali Luzio

Técnicos Responsáveis SEMED

Aline Ferreira

Fernando Vendrame

Técnicos Responsáveis SECTUR

Adriano San

Joelma Arguelho

Pesquisa

Arquivo Histórico de Campo Grande/ARCA

Eva Lucélia Loureiro de Carvalho

Wellen Joyce Pinheiro

Texto

Eva Lucélia Loureiro de Carvalho

APRESENTAÇÃO

O Projeto de Educação Patrimonial, neste ano de 2018, pretende retomar a parceria com a Secretaria Municipal de Educação/SEMED, com continuidade às ações de fomento no campo da educação patrimonial na REME.

Além de realizar essa retomada, essa edição preocupa-se em ter por base o Plano Municipal de Cultura e contemplar as metas na área de patrimônio cultural. Elaborado em 2009, com período de implantação 2010-2020, o Plano foi construído em concordância ao Plano Nacional de Cultura e em conjunto com a sociedade civil campo-grandense, considerando-lhe as perspectivas e demandas. Busca desenvolver políticas público-culturais com enfoque na valorização da cultura local e regional, com vistas a consolidar a relação entre cultura e desenvolvimento.

Apesar de a educação patrimonial não estar restrita ao ambiente escolar e buscar toda a comunidade para público, com o objetivo de difundir seus princípios e conteúdos, a escola pode ser considerada um primeiro nível para se trabalhar o tema, sendo a educação a produtora e difusora de conhecimento, uma vez que as iniciativas educativas e de aprendizagem como sendo recursos para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local. Esse contexto oferece o elemento para a compreensão de que o patrimônio cultural é fruto da trajetória de seu povo, e que seu legado merece ser preservado, pois propicia esse entendimento às gerações futuras.

A revitalização da Rua 14 de Julho, em 2018, oferece mais uma oportunidade para se trabalhar o tema, considerando que evidencia sua importância para a formação do centro histórico e da própria cidade de Campo Grande. O resgate dessa trajetória promove reflexões sobre a influência do passado na atualidade e projeta o impacto das ações do homem no futuro. Essa dinâmica demonstra a importância de se trabalhar a educação patrimonial para a preservação do patrimônio cultural em Campo Grande.

Atuando efetivamente de instrumento de alfabetização cultural, o Projeto quer impulsionar a aquisição de valores e comportamentos que permitam identificar, reconhecer, valorizar e preservar o patrimônio cultural campo-grandense na REME, nos períodos de agosto a dezembro.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Educação Patrimonial/2018 é uma iniciativa que tem por base o Plano Municipal de Cultura e busca contemplar as metas estabelecidas até o ano de 2020 na área de patrimônio cultural.

O Plano Municipal de Cultura de Campo Grande (2010-2020) é um documento que objetiva fundamentar, regulamentar e desenvolver políticas públicas de cultura necessárias ao município. Essas Políticas são focadas em ações que busquem a valorização da cultura local e regional. Desta forma, faz-se necessário a elaboração e institucionalização de programas e projetos estratégicos em diversas áreas de atuação da sociedade, concretizando assim, a relação entre cultura e desenvolvimento

A seguir, as principais metas do Plano Municipal de Cultura que podem ser alcançadas e potencializadas, a partir da implantação do Projeto de Educação Patrimonial na REME.

META 11 - Aumento, em 100%, no total de pessoas beneficiadas, anualmente, por ações de educação patrimonial.

QUADRO AÇÃO

13	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implementar programa de educação patrimonial nas comunidades e centros comunitários do município; 2. Inserir a educação patrimonial e transmissão de saberes e conhecimentos tradicionais nos currículos escolares; 3. Promover ação conjunta entre educadores, agentes culturais e entidades comunitárias, visando à preservação e à valorização do patrimônio cultural do Município; 4. Realizar programas de educação patrimonial e incentivo à conservação.
----	---

META 15 - Realização permanente de eventos de capacitação e formação, por meio de cursos, oficinas, palestras, fóruns e seminários, com conteúdos técnicos, artísticos, de gestão cultural e formação de público.

meta 18 - Aumento, em 100%, do número de pessoas que frequentam bibliotecas, museus, centros culturais, cinema e espetáculos de teatro, circo, dança e música em equipamentos públicos.

Elaborado em concordância ao Plano Nacional de Cultura e construído com a sociedade civil, atendendo seus anseios e demandas, o Plano Municipal de Cultura:

Significa a consolidação de um grande pacto político no campo da cultura e a institucionalização das políticas públicas de cultura, **indo além de Políticas de Governo para tornarem-se Políticas de Estado** e que ao ser transformado em Lei pela Câmara de Vereadores, terá garantida a sua **continuidade**.

Outro aspecto fundamental e de extrema relevância para a execução do Projeto é o ambiente escolar. Produtor, questionador e difusor de conhecimento, possui elementos adequados e necessários para impulsionar os princípios da educação patrimonial, pois desperta e estimula o exercício da cidadania.

A escola também é fonte de experiências agregadoras a partir da diversidade cultural e das respectivas manifestações existentes. O legado histórico-cultural evidenciado pelos patrimônios materiais e imateriais das culturas formadoras do Município oferecem meios para refletir e reforçar a identidade local e fortalecer os laços em comum e o sentimento de pertencimento à comunidade.

Ainda em formação, o público-alvo presente no ambiente escolar apresenta chances muito positivas para absorver e internalizar a alfabetização cultural promovida pela educação patrimonial, gerando não só mudanças de comportamento em relação ao tema, mas também transformações que possam contribuir para o desenvolvimento local e para a multiplicação desse conhecimento.

Quanto ao Projeto Reviva Campo Grande e à Revitalização da Rua 14 de Julho, o Projeto de Educação Patrimonial não poderia ser mais oportuno.

Importante para a formação do centro histórico de Campo Grande, a Rua 14 de Julho se consolidou de pólo comercial e econômico da região, depois da chegada da ferrovia, em 1914. Conduzindo pessoas e produtos, o trem foi responsável por atrair e fixar comerciantes e oportunidades de negócios.

Esta dinâmica socioeconômica e cultural imprimiu, na Rua 14 de Julho, importante legado de patrimônio cultural material, demonstrando a diversidade de ideias de povos e de culturas que, ao longo do tempo, foram moldando e construindo Campo Grande.

Promover a compreensão e valorização da trajetória histórico-cultural da Rua 14 de Julho e do patrimônio cultural material nela abrigado é compreender a própria formação de Campo Grande e a importância deste patrimônio por fonte de desenvolvimento local.

OBJETIVOS

Gerais

- I- Contemplar metas (11, 15 e 18) do Plano Municipal de Cultura referentes ao patrimônio cultural campo-grandense;
- II- Ampliar o diálogo cultura x educação, compartilhando esforços para a permanência das ações de fomento à educação patrimonial;

- III- Promover a alfabetização cultural, possibilitando ao público-alvo uma leitura crítica de mundo e compreensão do universo sociocultural e sua trajetória histórico-temporal;
- IV- Consolidar a aquisição de valores e comportamentos que permitam o reconhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio cultural campo-grandense;
- V- Evidenciar a importância da Rua 14 de Julho e entorno, por serem polo de patrimônio cultural material, e por suas potencialidades para o desenvolvimento local.

Específicos

- a) Elaborar ações, projetos e programas que busquem o alcance das metas estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, com parcerias, quando necessário, para a potencialização;
- b) Implantar programa de educação patrimonial na REME, por meio do apoio, da participação e do diálogo entre agentes culturais e sociais e das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais;
- c) Desenvolver pensamento crítico e refletir a dinâmica do passado x presente x futuro, sensibilizando para a relevância da preservação do patrimônio cultural, considerando as variáveis responsáveis pela formação de Campo Grande;
- d) Oferecer recursos para o reconhecimento e a valorização da diversidade e do legado cultural existente em Campo Grande, a partir de suas influências histórico-culturais, fortalecendo a identidade local, o sentimento de pertença e o comportamento cidadão;
- e) Traçar a trajetória histórica da Rua 14 de Julho, com abordagem dos principais elementos que levaram à sua revitalização e a importância dessa preservação para o desenvolvimento local da região.

ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Adoção do guia básico de educação patrimonial.

Publicação do IPHAN, em parceria com o Museu Imperial, coordenado pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta. “Apresenta os fundamentos conceituais e práticos da metodologia da Educação Patrimonial, visando orientar professores, estudantes, técnicos de museus e do Patrimônio na exploração e utilização dos bens culturais e do meio ambiente histórico em que estão inseridos, como fonte direta de conhecimento e compreensão do passado e do presente, e como instrumento para a construção de um futuro consciente, sustentado por nossas raízes”.

1ª ação: Encontros pedagógicos e de formação

Encontro SECTUR x SEMED x IPHAN para capacitação e formação quanto ao tema.

Data: 9/8/2018

Temáticas a serem abordadas:

- a) Apresentação do assunto educação patrimonial e sua importância;
- b) Patrimônio cultural municipal (introdução do assunto específico seguinte);
- c) Rua 14 de Julho (projeto de revitalização, integração de ideias e conceitos).

2ª ação: Exposição ARCA - Rua 14 de Julho

Exposição itinerante de banners do Arquivo Histórico de Campo Grande/ARCA, com fotos antigas da Rua 14 de Julho, nas escolas participantes do Projeto, com o objetivo de potencializar a estratégia anterior.

Período: 29/8/2018 a 4/9/2018

Estratégias da ação:

- Elaborar roteiro prévio de visita à exposição, de forma a direcionar o olhar dos alunos aos aspectos referentes à história da Rua 14 de Julho e à sua importância para o desenvolvimento de Campo Grande;
- Visitar a exposição. Delimitar um tempo específico para a visita dos alunos;
- Realizar atividade pedagógica, em sala de aula, posteriormente à exposição e conforme o roteiro prévio.

3ª ação - Visita guiada à Rua 14 de Julho

Promoção de experiências e vivências mais práticas ao redor da educação patrimonial.

Período: 1º/10/2018 a 10/10/2018

Estratégia da ação:

- Estabelecer um trajeto a ser percorrido ao longo da Rua, com paradas para observação e análise dos elementos ligados à história da Rua;
- Percorrer o trajeto estabelecido;
- Realizar atividade pedagógica, em sala de aula, posteriormente à visita;

4ª ação - Formação SEMED X IPHAN

Data: outubro/2018 (23/10/2018 a 29/10/2018)

5ª ação – Encerramento - culminância do Projeto

Apresentações culturais.

Apresentação dos trabalhos realizados pelos alunos.

Os alunos mostrarão as criações, por meio de performances de dança e teatro, composições musicais, exposição de pinturas e álbuns, exibição de vídeos, declamação de poemas e outras formas de expressão artística.

Data: 7/12/2018

CRONOGRAMA*

Ação	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Obs
Adoção do Guia Básico de Educação Patrimonial	X					
Encontros pedagógicos e de formação	X					
Apresentação do assunto educação patrimonial e sua importância	X					
Patrimônio cultural municipal (introdução)	X					
Rua 14 de Julho (projeto de revitalização, integração de ideias e conceitos)	X					
Elaboração de roteiro	X					
Exposição ARCA Rua 14 de Julho		X				
Visita guiada à Rua 14 de Julho			X			
Encerramento					X	

*Sujeito a alterações

MONITORAMENTO/AVALIAÇÃO

Aplicação de roteiro para o desenvolvimento do tema, a fim de gerar dados mais uniformes.

Aplicação de formulário padronizado, em cada etapa do Projeto, para os professores, para observar a efetividade das ações desenvolvidas.

Registro fotográfico (data, local, horário, participantes, assunto) e aplicação de formulário, para visita, *in loco*, palestras e atividades similares.

ANEXO 2 - Evolução histórica do conceito de patrimônio

Época	Concepção	Ideias relacionadas
Idade Antiga	Patrimônio = coleção de riquezas, raridades e antiguidades de caráter extraordinário ou de grande valor material, indicadores de poder, de luxo e de prestígio.	Butins de guerra. Troféus. Tesouros. Oferendas religiosas. Propriedade privada. Desfrute individual. Inacessibilidade.
Grécia, Roma e Idade Média	Patrimônio = vestígios de uma civilização considerada superior, que, por isso, é imitada. Valorização estética e herança de interesse pedagógico.	Escavações arqueológicas. Colecionismo seletivo. Tráfico de obras de arte. Cópias de modelos originais. Museus e câmaras de maravilhas. Relíquias. Exposição pública de alguns elementos com intenção de propaganda.
Renascimento e séculos XVI - XVIII	Patrimônio = objetos artísticos especialmente belos ou méritos, também valorizados pela dimensão histórica e rememorativa. A obra de arte pode ser um documento para conhecer o passado.	Cultura elitista de intenção pedagógica. Academicismo. Colecionismo artístico e científico. Primeiros estudos de história da arte. Desfrute por grupos eruditos. Certo grau de acessibilidade.
Século XIX início do século XX	Patrimônio = conjunto de expressões materiais ou não materiais que explicam, historicamente, a identidade sociocultural de uma nação e, pela condição de símbolos, devem ser conservadas e restauradas.	Nacionalismo. Investigações históricas, artísticas, arqueológicas e etnológicas. Importância do folclore. Educação popular. Legislação protetora. Conservação seletiva. Restauração monumental. Museus. Arquivos e bibliotecas estatais a serviço do público
1945 - 1980	Patrimônio = elemento essencial para a emancipação intelectual, para o desenvolvimento cultural e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Começa-se a considerar seu potencial socioeducativo e econômico, além de seu valor cultural.	Reconstrução do patrimônio destruído. Políticas de gestão educativa. Exposições e ciclos de atos culturais para que toda a população conheça o patrimônio. Difusão dos bens culturais. Consumo superficial. Turismo de massa.
Atualidade	Patrimônio = riqueza coletiva de importância crucial para a democracia cultural. Exige-se o compromisso ético e a cooperação de toda a população para garantir tanto sua conservação quanto sua exploração adequada.	Legislação. Restauração. Plena acessibilidade e novos usos. Participação. Envolvimento da sociedade civil. Turismo sustentável. Cultura popular significativa. Criatividade. Descentralização. Didática do patrimônio.

Fonte: PENÁLBA, José Llull. Evolución del concepto y de la significación social del patrimonio cultural. *Arte, individuo y sociedad*. Madrid, v. 17, p. 177-206, 2005.